

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Luiza de Almeida Bezerra

Trabalho de Conclusão de Curso

PONTOS DE CULTURA E SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O CAPITAL SOCIAL  
DOS JOVENS PARTICIPANTES

Porto Alegre, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Luiza de Almeida Bezerra

Trabalho de Conclusão de Curso

PONTOS DE CULTURA E SAÚDE: UM ESTUDO SOBRE O CAPITAL SOCIAL  
DOS JOVENS PARTICIPANTES

Trabalho de Conclusão de  
Curso de Graduação em  
Ciências Sociais na  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul.

Prof. Dr. Marcelo Kunrath  
Silva  
Orientador

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todos e todas que estiveram presentes no decorrer desta caminhada, seja me apoiando nos momentos difíceis, seja tornando a vida mais alegre. Dedico, em especial, aos meus pais, às minhas irmãs, aos colegas de faculdade que se tornaram grandes amigos, aos meus queridos familiares e aos amigos que fiz durante a militância no Movimento Estudantil da UFRGS. Dedico, ainda, às pessoas que constroem diariamente os Pontos de Cultura, levando cidadania, lazer, conhecimento, cultura e educação para as comunidades de todo o Brasil.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse realizado. Primeiramente, ao meu pai e a minha mãe, que me proporcionaram não apenas uma educação formal de qualidade, mas também (e mais importante) ensinamentos de cidadania e humanidade. Agradeço a minha irmã Flávia por ter me proporcionado minha primeira experiência como bolsista de uma pesquisa acadêmica. Também a minha irmã Júlia pelo apoio nas transcrições das entrevistas do presente trabalho. A toda minha família por todo apoio e carinho. Agradeço igualmente aos colegas do Núcleo de Pesquisas sobre América Latina (NUPESAL), local em que desenvolvi minha bolsa de iniciação científica, em especial ao amigo Bruno Mello Souza, que sempre me ajudou nos momentos acadêmicos difíceis. Agradeço aos funcionários do Grupo Hospitalar Conceição, local em que realizei estágio durante um ano e pude conhecer tanto a política pública do SUS, quanto a dos Pontos de Cultura: certamente foi a experiência mais significativa que tive durante minha graduação. Agradeço aos Pontos de Cultura e Saúde por terem me ensinado a importância da cultura, bem como de se trabalhar em rede, coletivamente, destacando os jovens Agentes de Cultura e Saúde que são essenciais para que os Pontos dêem certo. Não poderia deixar de agradecer aos amigos e camaradas da União da Juventude Socialista, entidade que tem me ensinado a fazer política e que me proporcionou um aprendizado único. Incluo ainda todas as pessoas que me deram suporte, em especial neste último semestre, tornando possível a execução desta pesquisa. Por último, gostaria de agradecer a meu orientador, Marcelo Kunrath Silva, pela paciência, dedicação e sugestões, sem as quais este trabalho não teria sido possível. A todos, muito obrigada.

“O que seria mais relevante para um historiador ou cientista social? Agir sobre a realidade e provocar mudanças, se colocar no meio delas, ou refletir sobre elas? A bem da verdade, está tudo interligado. Não é possível agir de forma consequente sem uma boa análise crítica, sem teoria. Da mesma forma, o distanciamento crítico cultuado pelo positivismo é muito mais uma abstração que realidade. Sempre interferimos no objeto que analisamos, assim como o objeto analisado interfere em nossa reflexão. Como nosso objeto é a sociedade, o envolvimento é inevitável” (Célio Turino, 2009).

## **Resumo**

Este trabalho estuda comunidades da zona norte de Porto Alegre que entraram em contato com a política pública dos Pontos de Cultura e Saúde, programa do Ministério da Cultura em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Pretendeu-se analisar os efeitos produzidos nas redes de relações sociais dos jovens que pertencem a grupos segregados socialmente e que participaram da política pública aqui estudada, buscando averiguar se houve mudança na trajetória de vida desses jovens devido à participação no Programa. Os resultados foram bastante significativos, demonstrando que houve diversificação e ampliação das redes de relações dos jovens Agentes, além de terem redefinido suas posições dentro da comunidade, bem como mudado suas perspectivas e aprendido novas habilidades. Coloca-se ao final da pesquisa a necessidade de aprofundar tal estudo, ampliando a amostra no intuito de verificarmos se os efeitos encontrados aqui se estendem para os demais Pontos de Cultura.

**Palavras-chave:** capital social, redes de relações sociais, Pontos de Cultura, políticas públicas.

## **Abstract**

This research studies the communities of North Zone of Porto Alegre which got in touch with the public politic of *Pontos de Cultura e Saúde*, a program of Ministry of Culture in partnership with the *Grupo Hospital Conceição* (GHC), an important hospital of the city. It intended to analyses the effects produced in the social networks of the young people that participated of this public politic, inquiring if there was a change in the life trajectory of this teenagers after the participation in the *Pontos de Cultura*. The results were revealing, showing that existed diversification and enlargement in their social networks. In addition, the *Agentes de Cultura e Saúde*, redefined their positions inside the community, besides they have changed their perspectives and have learned new abilities. In the end of this research we stood up that is important to continue this study, collecting a bigger sampling to verify if the discovered effects will be the same for the others *Pontos de Cultura*.

**Keywords:** social capital, social networks, Pontos de Cultura, public politic.

## Sumário

<b>Resumo.....</b>	<b>6</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
Tema.....	12
Justificativa.....	12
Relevância.....	12
Objeto Empírico.....	14
Problema.....	14
Objetivos.....	14
Metodologia.....	15
Estrutura do Trabalho.....	15
<b>Capítulo 1 - Elementos conceituais relativos ao capital social e às redes de relações sociais.....</b>	<b>17</b>
1.1 Participação Social.....	18
1.2 Redes Sociais e Capital Social.....	19
1.3 Exclusão social, pobreza e Capital Social.....	22
1.4 Ação do Estado na construção de Capital Social.....	24
1.5 Empoderamento.....	25
1.6 Juventude.....	26
<b>Capítulo 2 - Política Pública Cultural: o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura.....</b>	<b>32</b>
2.1 Histórico de implementação do Programa Cultura Viva.....	32
2.2 Características e objetivos dos Pontos de Cultura.....	34
2.3 Marco Legal das políticas culturais.....	38
2.4 Pontos de Cultura e Saúde.....	41
2.5 Agente de Cultura e Saúde.....	44
<b>Capítulo 3 - Análise da Participação dos jovens Agentes de Cultura e Saúde.....</b>	<b>47</b>
3.1 Perfil dos Agentes entrevistados.....	48
3.2 A participação no Ponto.....	49
3.3 Redes de relações sociais antes e depois da participação no Ponto de Cultura e Saúde.....	51
3.4 Trajetória de vida dos Agentes de Cultura e Saúde.....	54
<b>Conclusão.....</b>	<b>57</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>63</b>
<b>Anexo I – Edital dos Pontos de Cultura e Saúde.....</b>	<b>66</b>
<b>Anexo II - Acordo de Cooperação entre Ministério da Cultura e Ministério da Saúde.....</b>	<b>77</b>
<b>Anexo III – Entrevista com Melissa Sander.....</b>	<b>84</b>
<b>Anexo IV – Entrevista com RB.....</b>	<b>101</b>
<b>Anexo V – Entrevista com BC.....</b>	<b>110</b>

## Introdução

Este trabalho estuda comunidades da zona norte de Porto Alegre que entraram em contato com a política pública dos Pontos de Cultura e Saúde, programa do Ministério da Cultura em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), com o objetivo de analisar mudanças na trajetória e, especialmente, no capital social dos jovens que participaram de tal política.

Parte-se da premissa de que o Brasil e a América Latina passaram por grandes transformações políticas e sociais na última década. Em grande parte, essas mudanças ocorreram devido à ascensão, através da via eleitoral, de governantes progressistas nos países dessa região.

No Brasil, com a eleição de Lula em 2002, começa-se um ciclo de mudanças, exemplificadas em diversas políticas públicas, que proporcionaram conquistas no último período, como o aumento real do salário mínimo, a criação de 15 milhões de empregos com carteira assinada<sup>1</sup>, a realização de diversos concursos públicos<sup>2</sup>, e a retomada do investimento nas universidades públicas<sup>3</sup>, ampliando o acesso ao ensino superior através das cotas e de programas como o ProUni e o Reuni, entre outras políticas. Tais transformações certamente são fruto de uma postura de mais diálogo do Governo Federal, que proporcionou diversos debates com a sociedade e com os movimentos sociais, exemplificadas nas Conferências de Juventude e de Cultura, do mesmo modo como pela criação de outros canais de diálogo como o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC).

No entanto, apesar de tais conquistas, ainda há muita pobreza e desigualdade social no Brasil. A desigualdade se expressa de diversas maneiras, sendo que uma delas é a diferença nas possibilidades de participação política entre os vários segmentos da sociedade. Diante disto, os Pontos de Cultura se colocariam como um potencial instrumento no sentido de viabilizar a participação das comunidades, uma vez que estes contribuiriam no processo de organização social dos beneficiados pelo Programa.

---

<sup>1</sup> Disponível em:

<[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45310\\_O+PAIS+DO+PLENO+EMPREGO](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/45310_O+PAIS+DO+PLENO+EMPREGO)>. Acesso em: 10 out. 2011.

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=195>>. Acesso em 10 out. 2011.

<sup>3</sup> Disponível em:

<[http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5730&Itemid=47](http://www.educacionista.org.br/jornal/index.php?option=com_content&task=view&id=5730&Itemid=47)>. Acesso em 11 out. 2011.

Como diz Silva (2004): “(...) as organizações sociais desempenham um papel fundamental para a efetivação da democracia, incorporando outros atores relevantes ao ‘jogo político’ além dos tradicionais partidos políticos” (p. 191).

O mesmo autor nos mostra a importância da participação, em especial para aqueles grupos de baixa renda, falando que,

(...) autores têm analisado que a magnitude dos processos de empobrecimento, somadas ao descrédito em qualquer perspectiva de transformação a partir de uma ação coletiva organizada no campo político, não gera ações contestatórias, mas sim formas de auto-exclusão política, através do fechamento em círculos de sociabilidade primária, a busca de alternativas mágico-religiosas e, na sua face mais dramática, a inserção nas crescentes estruturas da criminalidade organizada. (...) Estes processos de auto-exclusão, de fechamento na esfera privada, de rejeição de alternativas de organização e ação coletivas, seriam geradores da ou reforçariam a fragilidade daqueles fundamentos associativos dos quais dependeria a democracia para sua vitalidade e seu efetivo funcionamento (p. 197-198).

Assim, políticas públicas, que visem à organização dos seus participantes, podem ser meios de superar este processo de auto-exclusão, podendo resultar igualmente no aumento da participação das comunidades em fóruns de decisão.

Deste modo, discute-se, ainda, a questão da exclusão social, partindo da premissa de que uma maneira de ampliar a participação política se dá através da existência de Pontos de Cultura nas comunidades, uma vez que esses possibilitam o aumento das relações sociais dos indivíduos dessas comunidades, criando pontes para fora das mesmas e ampliando seu capital social, bem como as possibilidades de mudanças nas trajetórias de vida desses jovens.

O Programa Cultura Viva – dentro do qual os Pontos de Cultura estão inseridos, sendo a principal ação – é desenvolvido pelo Ministério da Cultura e faz parte das modificações que o país vem sofrendo. Implantado a partir de 2004, trata-se de recursos repassados a entidades que já desenvolviam atividades culturais junto às comunidades, no intuito de potencializar estas ações. O Programa trabalha com a noção de rede, valorizando as trocas entre os Pontos, assim como criando canais de diálogo destes com o Estado (Conselho Nacional de Políticas Culturais, Conferência de Cultura, Teia, Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, Sistema Nacional de Cultura). Visa incentivar a autonomia e o protagonismo das comunidades, a fim de que estas se empoderem e comecem a participar efetivamente de instâncias de decisão, assim como da elaboração

de políticas públicas, passando de meros beneficiários para parceiros da implantação das políticas desenvolvidas pelo MinC.

Neste estudo, pretende-se, assim, verificar a eficácia concreta do Programa, uma vez que este propõe um modelo de política pública inovador, investindo nas pessoas e acreditando que através da mudança de mentalidade é possível mudar nossa sociedade. Através de um estudo empírico busca-se examinar a comprovação, ou não, da aplicabilidade desses argumentos que fundamentam o Cultura Viva.

Boaventura de Sousa Santos (2003) nos mostra como as elites político-culturais percebem que o abismo entre as experiências sociais e as expectativas sociais é um problema a ser solucionado através da inclusão social, mas que, no entanto, isso se torna difícil de ser alcançado, uma vez que “não há uma memória coletiva de luta ou de movimentos empreendidos em nome da *emancipação social*” (Idem, p. 9). Segundo o mesmo autor, “(...) toda e qualquer discussão acerca da emancipação social se vê suprimida pela globalização neoliberal, uma vez que, segundo esta, a ordem e a sociedade boas já estão conosco, carecendo apenas de consolidação” (Idem, p.11). Ele também afirma que, se por um lado a globalização consegue impor certas barreiras, por outro ela cria condições para que diferentes organizações contra-hegemônicas, em diversas partes do mundo, percebam que possuem reivindicações em comum, havendo a possibilidade de se unir as distintas lutas. Por isso, é preciso potencializar as lutas cosmopolitas subalternas - as quais combatem o modelo de globalização neoliberal hegemônica -, criando um movimento mundial que reivindique a emancipação social. Porém, para isto ocorrer é necessário que haja uma maior articulação entre os movimentos sociais (com as mais variadas bandeiras), dentre eles os Pontos de Cultura. Esta comunicação entre os movimentos é a chamada luta *contra-hegemônica* (Idem, p. 11).

Deste modo, Boaventura de Sousa Santos (2003) aponta que é através da comunicação e da formação de redes que será possível superar o modelo neoliberal hegemônico em que vivemos; a política dos Pontos de Cultura acredita e se propõe a atuar neste mesmo sentido. Além disso, como coloca Turino (2009), o Ponto de Cultura visa criar uma nova cultura política, modificando tanto a atuação do Estado quanto da sociedade: enquanto aquele deve se desburocratizar, ouvir mais o que a população quer e como quer, o segundo também deve aprender mais sobre gestão de políticas públicas. Seria nessa troca que todo o conjunto da sociedade brasileira conseguiria crescer. Nesse processo, começaria a brotar uma nova lógica, mais voltada para a solidariedade e

centrada em valores, ao invés de interesses (Turino, 2009). Além disso, os vários grupos da sociedade, muito mais do que despertarem para a própria identidade, perceberiam-se no outro, compreenderiam que é possível construir políticas conjuntas com grupos que pensam diferente. A lógica egoísta, centrada nos interesses próprios, iria gradualmente sendo modificada, e substituída pela noção de bem comum. Nesse sentido, seria necessário realizar pesquisas a fim de verificar em que medida tais objetivos da política estariam se concretizando.

## Tema

Assim sendo, o tema a ser estudado refere-se ao papel dos Pontos de Cultura na alteração das trajetórias e, particularmente, na ampliação do capital social dos jovens das comunidades, analisando indicadores dos mesmos antes e depois da participação como Agentes de Cultura e Saúde.

## Justificativa

O tema deste trabalho foi escolhido devido à realização de um estágio no Núcleo de Cultura do GHC (Grupo Hospitalar Conceição), no qual entrei em contato com os Pontos de Cultura e Saúde e com a Rede de Pontos existente no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Assim, pude perceber a potencialidade desta política pública, que é inovadora no modo de pensar o papel do Estado, decidindo realizar um estudo focado neste tema a fim de verificar os efeitos concretos que ela tem gerado nas comunidades.

## Relevância

Os temas abordados neste trabalho são relevantes e atuais, sendo investigados por um número extenso de pesquisadores.

Diversos autores abordam o tema da participação social (Kleba e Wendausen, 2009; Gohn, 2004; Silva, 2004), ressaltando sua importância no período de redemocratização até os dias de hoje para o fortalecimento da democracia. No presente estudo, a participação é vista como essencial não só para o fortalecimento da

democracia, mas também como superação da vulnerabilidade social em que se encontra significativa parcela da população brasileira. Assim, é preciso encontrar meios de superar o processo de (auto) exclusão, no qual se encontram determinadas comunidades, fortalecendo as organizações sociais e aumentando a participação dos indivíduos em fóruns de decisão.

Vários pesquisadores têm enfatizado igualmente a temática das redes em seus estudos (Marques et al., 2007; Marques, 2009; Pavez, 2006; Marteleto e Silva, 2004), numa tentativa de apresentar a sociologia relacional como alternativa aos pesquisadores brasileiros. Esta pesquisa trabalha com a ideia de redes sociais, por entender que estas são de extrema relevância para a sociabilidade dos indivíduos, possibilitando (ou não) o acesso a diversos recursos materiais e imateriais, dependendo do tamanho, diversidade e características da sua rede de relações.

Um conceito chave que é utilizado quando falamos em redes é o de capital social. O presente trabalho utiliza o conceito de capital social na perspectiva estruturalista, a qual destaca a importância dos vínculos para ter acesso a determinados recursos dentro de uma rede de relações. Em seu trabalho sobre segregação e capital social, Burt (1992 apud Pavez, 2006) coloca mais claramente o conceito de capital social estrutural: “o valor das relações sociais de um indivíduo” (p. 21).

Outro conceito utilizado com frequência quando se estuda indivíduos em situação de pobreza é o de segregação social. Diversos autores têm estudado os efeitos da segregação nas redes de relações dessas pessoas (Marques, 2005; Torres, 2005; Sunkel, 2003; Briggs, 2001 apud Pavez, 2006). Comunidades mais pobres tendem a ter um menor capital social, pois a segregação interfere na extensão e diversidade dos vínculos desses indivíduos, restringindo o acesso aos mais variados recursos. Isso acontece devido ao fato de que os membros desses grupos possuem características muito semelhantes uns aos outros (homofilia), partilhando as mesmas informações, influência e prestígio, e tendo, assim, dificuldades para criarem pontes para fora das comunidades (Pavez, 2006).

É igualmente importante retomarmos o conceito de empoderamento, muito utilizado para caracterizar um dos objetivos da política dos Pontos de Cultura. Segundo Kleba e Wendausen (2009) e Gohn (2004), é preciso estabelecer em que sentido é utilizado tal termo; assim como as autoras, aqui não se entende o empoderamento numa concepção assistencialista, na qual alguém empodera certa comunidade, mas sim que os indivíduos ou grupos se empoderam a si mesmos.

Por sua vez, o tema sobre juventude vem sendo cada vez mais pesquisado nas mais diferentes áreas. Aqui, utilizaram-se artigos de autores que focaram tanto no tema juventude e participação, quanto no de juventude e cultura (Moreira e Barbosa, 2010; Scárdua, 2010; Tokarski, 2010; Fraga, 2008; Montebianco, 2010; Silva, 2008, Vasconcelos, 2008; Castro e Vasconcelos, 2009).

## Objeto Empírico

O objeto deste estudo são os jovens que exercem a função de Agentes de Cultura e Saúde dentro dos Pontos de Cultura vinculados ao GHC. A Rede de Pontos de Cultura e Saúde do GHC (um hospital federal com atendimento integral a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS), é a primeira experiência do Brasil unindo saúde e cultura em pontos. Este processo começou em 2007, quando o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Saúde (MS) celebraram um Acordo de Cooperação que prevê ações conjuntas que contribuam para a garantia do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação do ambiente hospitalar e a melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro. Hoje, a Rede de Pontos de Cultura e Saúde conta com 10 pontos conveniados, que já desenvolvem atividades nas comunidades, Unidades de Saúde e Hospitais do GHC. O objetivo da Rede é ampliar e qualificar os processos de promoção da saúde por meio de atividades culturais, reconhecendo o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida.

## Problema

Em que medida a participação de jovens como Agentes de Cultura e Saúde dos Pontos de Cultura propicia um aumento de seu capital social?

## Objetivos

Verificar os efeitos produzidos, pela ação do Estado através da política pública de Pontos de Cultura, nas redes de relações sociais dos jovens que pertencem a grupos segregados socialmente e que participaram da política pública aqui estudada, buscando averiguar se houve mudança na trajetória de vida desses jovens devido à participação nessa política.

## Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos, utiliza-se o método qualitativo, através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas, que permitem ao pesquisador conduzir a entrevista, mas, ao mesmo, não deixá-la restrita às perguntas.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro. Inicialmente, havia a ideia de realizar uma entrevista com a funcionária do GHC responsável pela coordenação da Rede de Pontos de Cultura e Saúde GHC, outra com a coordenadora de um dos pontos, bem como os Agentes de Cultura e Saúde de três Pontos de Cultura.

No entanto, devido a dificuldades em contatar essas pessoas, foi possível realizar apenas a entrevista com a funcionária do GHC responsável pela Rede de Pontos GHC, a fim de que pudéssemos obter informações tanto do histórico da Rede GHC, como da situação atual desses pontos. Além desta funcionária, foi entrevistado o RB<sup>4</sup>, Agente de Cultura e Saúde do Ponto Falando a Gente se Entende, localizado no bairro Rubem Berta, bem como a jovem B.C, que participou do Ponto Vila na Trilha como Agente, localizado no bairro Vila Jardim, entre os anos de 2009 e 2010.

## Estrutura do Trabalho

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, tratamos dos elementos conceituais utilizados no presente estudo. Inicia-se com uma retomada da importância da participação social na elaboração de políticas públicas, a fim de fortalecermos a democracia e construirmos um país mais justo e desenvolvido. Uma das maneiras de fazer com que a comunidade conquiste maior espaço na participação política se daria através da produção de capital social, ou seja, através da ampliação das suas redes de relações para fora da comunidade, mas sem perder a coesão dentro da mesma, a fim de estarem articuladas e poderem, assim, cobrar e dialogar com o Estado. Assim, discutimos também, no capítulo um, algumas noções relativas aos conceitos de redes, capital social, exclusão social e segregação. Aprofunda-se, ainda, o tema da intervenção do Estado e como este pode contribuir na construção do capital social das comunidades, através de políticas que visem empoderar esses indivíduos, como é o caso dos Pontos de Cultura. Em seguida, retoma-se alguns dados e estudos

---

<sup>4</sup> Foram utilizados nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos jovens entrevistados.

sobre o tema juventude, uma vez que compreendemos que estes indivíduos se encontram em situação de elevada vulnerabilidade, entendendo que há uma carência de políticas públicas focadas para esta faixa etária, que precisa ser sanada.

No capítulo dois, retomamos o histórico da implementação do programa Cultura Viva, dentro do qual os Pontos de Cultura estão inseridos, bem como apresentamos de forma breve suas características e objetivo. Pontuamos, ainda, sobre os avanços e desafios colocados aos movimentos culturais com relação ao marco legal para esta área. Posteriormente, fazemos o histórico específico da Rede de Pontos de Cultura e Saúde GHC, suas singularidades e potencialidades, assim como suas limitações. Por fim, discorreremos sobre o Agente de Cultura e Saúde, uma inovação dentro da Rede de Pontos, que se refere à participação de jovens dentro dos Pontos de Cultura, através de uma bolsa concedida aos mesmos.

No terceiro e último capítulo, realizamos a análise da participação dos jovens Agentes de Cultura e Saúde na Rede de Pontos GHC, buscando relatar as experiências vivenciadas, bem como verificar se houve alteração em suas redes de relações sociais antes e depois de participarem dos Pontos de Cultura e Saúde, na perspectiva de que, devido ao curto período em que estiveram presentes nos mesmos, não iremos encontrar mudanças drásticas nas redes sociais desses jovens, o que não diminui a relevância dessa experiência. Para isso, tomamos como base empírica as entrevistas realizadas com dois Agentes, os quais participaram de Pontos diferentes e em épocas distintas.

Na conclusão, sistematizamos os resultados encontrados pela pesquisa, propondo horizontes novos para futuros estudos que pretendam abordar o tema da política pública dos Pontos de Cultura.

## **Capítulo 1**

### **Elementos conceituais relativos ao capital social e às redes de relações sociais**

Apesar de o Brasil ter melhorado vários de seus indicadores sociais através de políticas públicas<sup>5</sup>, ainda há muita pobreza, exclusão social e desigualdade social. Esta última pode ser percebida em diversos casos; um deles está na dificuldade encontrada por alguns segmentos da sociedade em obter uma participação política relevante, atuando em espaços de decisão e dando suas opiniões a respeito da formulação de políticas públicas.

Nesse sentido, buscamos analisar em que medida políticas públicas que visem uma organização das comunidades beneficiadas podem contribuir para o aumento da participação política desses indivíduos, investigando também se tais programas incidem na elevação do capital social dessas pessoas, aumentando suas redes de relações e as estendendo para fora das comunidades, e possibilitando, desta maneira, mudar a trajetória de vida dos indivíduos que participaram de tais programas.

Deste modo, no presente capítulo fazemos uma retomada da importância da participação social na formulação de políticas públicas, tanto para o fortalecimento da democracia, quanto para que as mesmas respondam às demandas da população beneficiada. De igual forma, tratamos do conceito de capital social e sua importância para o fortalecimento da comunidade, demonstrando que a desigualdade social também é perceptível nos diferentes tamanhos e tipos de redes sociais encontradas em indivíduos de classes sociais distintas.

Partindo disso, fazemos uma reflexão acerca do papel do Estado no sentido de criar políticas públicas que estimulem o aumento do capital social, fortalecendo o capital social interno da comunidade, mas também diversificando as relações sociais das

---

<sup>5</sup> Exemplo disso está no site do PNUD: “O Brasil já cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015: de 25,6% da população em 1990 para 4,8% em 2008. Mesmo assim, 8,9 milhões de brasileiros ainda tinham renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia até 2008. Para se ter uma idéia do que isso representa em relação ao crescimento populacional do país, em 2008, o número de pessoas vivendo em extrema pobreza era quase um quinto do observado em 1990 e pouco mais do que um terço do valor de 1995. Diversos programas governamentais estão em curso com o objetivo de alcançar essas metas”. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/odm/objetivo\\_1/](http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_1/)>. Acesso em: 10 out. 2011.

classes populares e criando pontes para além desses locais, o que possibilitaria maiores oportunidades para os mesmos.

Realizamos, ainda, um breve debate acerca do conceito de empoderamento, tendo em vista que este é utilizado na formulação do programa dos Pontos de Cultura.

Além disso, o presente estudo estabelece seu foco na juventude por compreender que estes indivíduos se encontram em situação de elevada vulnerabilidade, entendendo que há uma carência de políticas públicas direcionadas para esta faixa etária, que precisa ser sanada.

A seguir, aprofundamos os tópicos descritos acima.

### 1.1 Participação Social

Diversos autores abordam o tema da participação social (Kleba e Wendausen, 2009; Gohn, 2004; Silva, 2004), ressaltando sua importância no período de redemocratização até os dias de hoje para o fortalecimento da democracia. Depois de tantos anos sob o regime militar, a sociedade se mobilizou em torno de mais participação nas decisões dos governos a partir dos anos 1980. Segundo Kleba e Wendausen (2009), a implantação dos Conselhos Gestores em várias áreas sociais, iniciada nos anos 1980 e expandindo-se vertiginosamente nas duas décadas seguintes, representaram um avanço na institucionalização da participação social, embora ressaltando a necessidade de estudos para verificar a eficácia desses mecanismos.

Salienta-se que a participação da sociedade não é vista aqui como substituta do papel do Estado, como bem coloca Gohn (2004), mas sim como um instrumento de pressão para que este cumpra seu dever, buscando conhecer a realidade local e dialogando, portanto, com os indivíduos que serão alvos das políticas públicas.

Nesse sentido, Silva (2004) nos fala da

(...) importância dos processos organizativos e da atuação dos atores sociais para a implantação, sustentação e/ou qualificação da democracia. Funcionando como “escolas” de cidadania, possibilitando a expressão pública de representações e interesses sociais, controlando e orientando a ação estatal, desenvolvendo relações de confiança e envolvimento coletivo, entre outras potencialidades, as organizações sociais desempenhariam um papel fundamental para a efetivação da democracia, incorporando outros atores relevantes ao “jogo político” além dos tradicionais partidos políticos (p. 191).

O mesmo autor nos mostra a importância da participação, em especial para aqueles grupos de baixa renda, falando que o empobrecimento, em conjunto com outros fatores, tende a gerar a auto-exclusão política, fechando estes indivíduos em círculos de sociabilidade primária.

Por sua vez, Gohn (2004) acredita que uma sociedade democrática somente será possível com a participação de grupos e indivíduos organizados, salientando a relevância da participação no plano local, já que é ali que se encontram as instituições importantes do cotidiano, como escolas e postos de saúde, mas ressalta que não é apenas com a participação no micro que iremos modificar a sociedade.

Assim, é preciso encontrar meios de superar o processo de auto-exclusão, fortalecendo as organizações sociais e aumentando a participação das comunidades em fóruns de decisão. Portanto, a participação é vista aqui como essencial não só para o fortalecimento da democracia, mas também como superação da vulnerabilidade social em que se encontra significativa parcela da população brasileira.

## 1.2 Redes Sociais e Capital Social

O presente estudo trabalha com a ideia de redes sociais por entender que estas são de extrema relevância para a sociabilidade dos indivíduos, possibilitando (ou não) o acesso a diversos recursos materiais e imateriais. Como bem coloca Marques (2009), elas têm dois efeitos, uma vez que

(...) as redes são exploradas como elemento importante na promoção tanto de coesão social (*bonding*) quanto na construção de conexões e de integração social (*bridging*), no sentido dado aos termos por Briggs (2001). O primeiro efeito pode auxiliar na produção de identidades, na promoção de sensação de pertencimento e na construção de controle social nas comunidades. O segundo efeito tem consequências sobre a integração social, a redução do isolamento de grupos sociais específicos e a construção de padrões de sociabilidade com troca e integração mais intensa entre grupos. Tanto redes sociais quanto redes pessoais produziram potencialmente coesão e integração (p. 476).

Diversos autores têm abordado a temática das redes em seus estudos (Marques, Bichir, Pavez, Zoppi, Moya e Pantoja, 2007; Marques, 2009; Pavez, 2006; Marteleto e Silva, 2004), numa tentativa de apresentar a sociologia relacional como alternativa aos pesquisadores brasileiros, já que esta ferramenta ainda é pouco utilizada em nosso país.

Esses autores destacam a contribuição desta vertente ao conseguir articular o macro e o micro, rompendo, de certa forma, com este debate dicotômico estabelecido nas Ciências Sociais. Marques (2009) afirma, ainda, que não se trata de negar a importância das condições econômica objetivas, tampouco das estratégias individuais, ao contrário, “a integração da sociabilidade e das redes aos constrangimentos econômicos mais amplos e às escolhas individuais permite avançar para a superação da dicotomia entre estrutura e ação que marca a maior parte das interpretações sobre o tema” (p. 472).

O mesmo autor coloca também que outro ponto positivo é que os estudos de pobreza podem ir além dos dados estatísticos, focados predominantemente em indicativos econômicos, possibilitando pesquisas que levem em conta as relações sociais dos indivíduos em situação de pobreza (Marques, 2009).

Um conceito chave que é utilizado quando falamos em redes é o de capital social. Este é um conceito que tem gerado certas controvérsias no debate teórico, seja por ter sido usado por diferentes autores com significados divergentes, seja por ser utilizado às vezes como um “coringa”, podendo pecar por sua generalização. Marteleto e Silva (2004) retomam de forma clara e sucinta os três principais teóricos desse conceito:

(...) James Coleman, que aplica o conceito na área da educação e analisa o seu papel no crescimento do capital humano, em uma abordagem baseada na escolha racional. Para este autor, o capital social é um recurso para o indivíduo que pertence a uma determinada estrutura. Robert Putnam aplicou o conceito na compreensão da participação e engajamento da sociedade e os seus efeitos nas instituições democráticas e na qualidade do governo em algumas regiões da Itália. Os dois tratam o capital social como um recurso coletivo baseado nas normas e redes de intercâmbio entre os indivíduos. Já Pierre Bourdieu trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura. Cada campo social se caracteriza como um espaço onde se manifestam relações de poder, o que significa dizer que os campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um *quantum* social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. P. Bourdieu denomina esse *quantum* de “capital social”. A estrutura do campo é composta, desse modo, por dois pólos opostos: o dos dominantes e o dos dominados. Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social, enquanto os que se situam no pólo dominado definem-se pela ausência ou pela escassez do capital valorizado no espaço específico do seu campo de pertencimento e, por sua vez, na sociedade como um todo (Bourdieu, 1985) (p. 44 e 45).

Deste modo, o presente trabalho utiliza o conceito de capital social da vertente iniciada por Bourdieu (apud Marteleto e Silva, 2004), com uma perspectiva estruturalista, a qual destaca a importância dos vínculos para ter acesso a determinados recursos dentro de uma rede de relações. Vale ressaltar que diferente de Coleman e Bourdieu, trata-se aqui de valorizar não apenas as conexões internas de determinado campo ou grupo, mas também as conexões que existem externas a estes (Pavez, 2006).

Em seu trabalho sobre segregação e capital social, Pavez (2006) coloca mais claramente o conceito de capital social estrutural: “‘o valor das relações sociais de um indivíduo’ Burt (1992) ou, como ‘os recursos acessíveis mediante as conexões sociais diretas ou indiretas’ Lin (2001) (...)” (pág. 21).

Assim, o que está colocado é quanta influência possui determinada rede de relações sociais de um indivíduo ou de uma comunidade. É sabido que indivíduos em situação de pobreza tendem a ter redes menores, mais locais e com sociabilidade menos variada do que pessoas de classes mais abastadas (Marques, 2009). Propomo-nos neste estudo a verificar se políticas públicas – como a dos Pontos de Cultura – são capazes de modificar esta situação, contribuindo para a ampliação do capital social dos jovens participantes.

Nesse sentido, cabe destacar a contribuição feita por Granovetter (1973 apud Marteleto e Silva, 2004), em que ele nos fala das características dos laços sociais, dividindo-os em laços fortes e fracos. Os primeiros seriam aqueles que demandariam mais tempo de investimento, com maior intensidade emocional e trocas (como família e amigos), enquanto os segundos necessitariam de pouco esforço (como colegas de trabalho e pessoas conhecidas). Segundo o autor, a ampliação da rede de relacionamento de indivíduos se daria em função dos laços fracos, os quais possibilitariam a criação de pontes (ligações entre dois indivíduos situados em agrupamentos distintos e não conectados, a não ser por essa ligação que se torna a ponte entre os dois agrupamentos) para fora do seu grupo.

Também abordando as ideias de Granovetter, Pavez (2006) ressalta o princípio da interação homofílica, mais comum em comunidades mais pobres, na qual os indivíduos possuiriam características e informações muito semelhantes as dos demais membros do grupo, restringindo os recursos sociais destes. Ainda trabalhando com o conceito de pontes, seria essencial para estes buscarem vínculos para além do seu grupo social, ampliando suas redes e possibilitando o acesso a informações diferentes. Esse

processo de entrar em contato com atores de círculos sociais diversos seria a interação heterofílica, estudada por Granovetter e considerada essencial para a obtenção de emprego. Estes laços fracos, construídos através de vínculos mais frágeis, menos intensos e frequentes, portanto, teriam muita força na visão do autor por ampliarem a rede de relações dos indivíduos, garantindo, assim, acesso a recursos antes distantes para estas pessoas.

Em seu artigo, Marteleto e Silva (2004) aprofundam o tema das relações sociais, dividindo esse conceito em três tipos. O primeiro seria a Relação Social de Ligação, algo parecido com os laços fortes mencionados por Granovetter, já que se dariam na própria comunidade, visando à cooperação dos membros e à diminuição do custo da obtenção de informações. As relações se dariam nesse caso entre pessoas com características iguais.

O segundo seria a Relação Social de Ponte, que existiria quando determinada comunidade consegue se relacionar com outros grupos sociais com características semelhantes, ampliando a rede e o alcance de suas ações.

Já o terceiro tipo seria a Relação Social de Conexão, o qual lembraria os laços fracos de Granovetter, pois entende ser importante ir além da ampliação da rede, diversificando-a, ou seja, construindo relações com indivíduos em posição de autoridade, os quais possuem maior poder na busca de recursos para o desenvolvimento da comunidade.

Assim, segundo estes autores,

Para as comunidades, a situação ideal é ter o seu capital social dividido entre essas três formas de redes sociais, uma vez que cada uma delas responde por aspectos importantes para o sucesso da comunidade: i) confiança e comprometimento; ii) ampliação das fontes de informações e conhecimento; iii) acesso às instituições e ao poder (Marteleto e Silva, 2004, pág. 44).

### 1.3 Exclusão social, pobreza e Capital Social

O conceito de *exclusão social* não possui uma definição precisa, segundo Reis e Schwartzman (2003), mas

(...) o conceito aglutina estudiosos dos problemas da pobreza que, de uma perspectiva *policy oriented*, buscam um entendimento dinâmico e processual dos mecanismos que criam, preservam ou mesmo agravam a pobreza. Nesse esforço, optam por “exclusão” como o conceito que ajudaria a ir além da radiografia propiciada pelos diagnósticos de pobreza que constituíram por

longo tempo o cânone. Mais ainda, o conceito traz implícita a problemática da desigualdade, já que os excluídos só o são pelo fato de estarem privados de algo que outros (os incluídos) usufruem (p. 5).

Assim, os excluídos seriam aquelas pessoas privadas de sua cidadania e de seus direitos sociais, que muitas vezes estão previstos em lei, mas não são alcançados na prática por parte da população. Tais direitos estariam ligados ao acesso a bens e serviços considerados essenciais para se viver de modo digno e para a convivência social (Reis e Schwartzman, 2003).

Outro conceito utilizado com frequência quando se estuda indivíduos em situação de pobreza é o de segregação social. As comunidades de baixa renda que são segregadas espacialmente podem ser consideradas excluídas sociais, pois geralmente encontram dificuldades de acessar serviços públicos considerados básicos, como educação, saúde e lazer, devido à distância longa em que essas se encontram dos centros das cidades, onde se encontra a maior parte desses atendimentos.

Diversos autores têm estudado os efeitos da segregação nas redes de relações dessas pessoas (Marques, 2005; Torres, 2005; Sunkel, 2003; Briggs, 2001 apud Pavez, 2006). Como já foi dito anteriormente, comunidades mais pobres tendem a ter um menor capital social, pois a segregação interfere na extensão e diversidade dos vínculos desses indivíduos, restringindo o acesso aos mais variados recursos. Isso acontece devido ao fato de que os membros desse grupo possuem características muito semelhantes uns aos outros, partilhando as mesmas informações, influência e prestígio, e tendo, assim, dificuldades para criarem pontes para fora das comunidades (Pavez, 2006).

Segundo Pavez (2006),

(...) a segregação socioespacial pode ter efeitos sobre as redes de relações ao estabelecer configurações sociais que afastam espacialmente os grupos mais pobres, reduzindo o contato com outros grupos sociais, criando uma homogeneidade interna (que no caso dos grupos mais pobres apresentam geralmente características sociais negativas) e uma heterogeneidade externa na distribuição dos grupos no espaço urbano (p. 24).

Portanto, um indivíduo excluído socialmente deverá ter maiores dificuldades para possuir um elevado capital social, restringindo suas possibilidades de criar pontes e superar a situação em que está. É necessário encontrarmos maneiras de reverter esse fato, uma vez que o capital social é importante tanto para manter a coesão dentro da comunidade, a fim de baixar os custos da circulação da informação dentro da mesma e

fazendo com que haja uma ajuda mútua na solução dos problemas cotidianos, como também para criar oportunidades de mobilidade social.

Deste modo, “entende-se por segregação a separação dos diferentes grupos sociais no espaço urbano, configurando espaços relativamente homogêneos internamente – em função de suas características sociais – e heterogêneas em relação ao entorno” (Pavez, 2006, p. 22 e 23).

Se observarmos a cidade de Porto Alegre, veremos que a parcela mais pobre da população se encontra residindo em bairros populosos, homogêneos e distantes do centro, caracterizando-se como comunidades segregadas, a exemplo da maioria dos bairros da Zona Norte da cidade. Na capital gaúcha, têm-se poucos espaços de lazer nesses bairros, já que muitas vezes as praças existentes estão abandonadas pelo setor público, sendo ocupadas pelo tráfico de drogas. Por conseguinte, as comunidades segregadas caracterizam-se por possuírem redes mais locais e com sociabilidades menos variadas.

Com relação a isso, vale ressaltar que as redes desses indivíduos também são influenciadas pelo custo da manutenção dos vínculos de tais relações. Segundo Campbell e Lee (1992 apud Marques, Bichir, Pavez, Zoppi, Moya e Pantoja, 2007), manter a rede viva envolveria despesas com comunicação, transporte, tempo, entre outros custos. Assim, é comum que indivíduos de comunidades segregadas interajam entre si, tendo em vista o alto custo da locomoção para outros pontos da cidade, por exemplo.

#### 1.4 Ação do Estado na construção de Capital Social

Ao analisar as características das redes de comunidades de baixa renda, percebemos que o indivíduo precisaria realizar um grande esforço para se relacionar com pessoas de diferentes posições em que ele se encontra. Nesse caso, uma ação do Estado que visasse ampliar a rede de relações dessas comunidades poderia gerar impactos positivos no combate à pobreza, pois expandiria os vínculos para fora da comunidade, criando a interação com grupos sociais semelhantes e possibilitando a troca de experiências e saberes (Pavez, 2006). Assim, seria possível a esses indivíduos possuírem relações sociais de ponte e de conexão, o que resultaria no empoderamento da comunidade.

Neste trabalho pretende-se ver de que maneira ações do Estado podem, ou não, potencializar o aumento dessas redes sociais das comunidades populares. No entanto, o Estado brasileiro teria certas características, ainda predominantes, que poderiam dificultar a eficácia de suas políticas públicas. Como coloca Silva (2004), o Estado brasileiro se apresentaria de forma autoritária ao longo de nossa história, em suas diversificadas faces, como o clientelismo e o patrimonialismo. Assim,

Em uma perspectiva na qual a democracia depende tanto da capacidade de apreensão e processamento institucional dos interesses sociais expressos na esfera pública e/ou diretamente nos espaços de participação, quanto da capacidade de resposta a estes interesses através das políticas públicas, torna-se central, para sua efetivação, a ruptura com estruturas e dinâmicas avessas à interlocução com a sociedade civil e, assim, incapazes e/ou desinteressadas em responder aos interesses e demandas dos atores sociais (Silva, 2004, p. 199).

Deste modo, a visão de Estado utilizada neste trabalho é a de que ele está inserido num contexto maior, sofrendo influências tanto do restante do mundo capitalista, principalmente do setor financeiro, como também da história da formação do Estado brasileiro, não sendo algo fácil modificar radicalmente suas características. Assim, evita-se cair na simplificação de afirmar que se trata apenas de “falta de vontade” quando não é possível implantar políticas públicas eficientes e na quantidade necessária para o Brasil, uma vez que há diversos aspectos envolvidos em tal situação. Nesse sentido, vale ressaltar que não se aceita aqui a ideia de que o Estado está, necessariamente, a serviço das classes abastadas, embora estas ainda tenham amplos poderes sobre este; pelo contrário, o Estado pode servir como importante ferramenta de mudança da sociedade e melhoria de vida da maior parte da população.

O desafio, então, seria o de fazer com o que Estado sirva à maioria da população, democratizando-se, ouvindo mais o que ela tem a dizer, quais são suas demandas, tentando encontrar em conjunto as soluções para os problemas. Como afirmam Marteleto e Silva (2004), “as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus universos locais de vivência, interação e trabalho” (p. 48).

### 1.5 Empoderamento

Outro conceito cuja retomada é de fundamental importância é o de empoderamento, muito utilizado para caracterizar um dos objetivos da política dos

Pontos de Cultura. Segundo Kleba e Wendausen (2009) e Gohn (2004), é preciso estabelecer em que sentido é utilizado tal termo; assim como as autoras, aqui não se entende o empoderamento numa concepção assistencialista, na qual alguém empodera certa comunidade, mas sim que os indivíduos ou grupos se empoderam a si mesmos. Assim,

Profissionais ou agentes externos podem catalizar ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, os quais refletem situações de ruptura e de mudança do curso de vida. Através desse processo, pessoas renunciam ao estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos (Herriger, 2006 apud Kelba e Wendausen, 2009, p. 735).

Trata-se aqui de compreender que as pessoas são capazes de modificar suas próprias vidas, necessitando muitas vezes apenas de mais oportunidades e ferramentas para conseguirem se organizar de forma coletiva e potencializar suas ações. Tais oportunidades podem ser construídas através de políticas públicas, nas quais os indivíduos da comunidade são protagonistas de seu desenvolvimento.

Assim sendo, entende-se como empoderamento o “processo de mobilizações e prática destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)” (Gohn, 2004, p. 23).

## 1.6 Juventude

O presente estudo foca-se, em especial, nas consequências que os Pontos de Cultura e Saúde tiveram na vida dos jovens que participaram do programa. Assim, é necessário falarmos sobre as características da juventude brasileira nos dias de hoje.

Sobre o que é ser jovem atualmente, Fraga (2008) nos coloca algo bastante interessante:

Muito diferente de ser apenas um “estado de espírito”, “representação estanque de uma faixa etária”, ou um “mal que se cura com o tempo”, a juventude é o momento da vida em que se dá com maior intensidade esse conflito, que interfere diretamente nas escolhas e na definição da identidade individual e coletiva das pessoas. Não podendo ser encerrada apenas pela determinação quantitativa de uma condição etária, a juventude se define especialmente como momento qualitativo em que o futuro da vida está sendo decidido, em que são tomadas as grandes decisões. E, se a juventude

caracteriza-se pelo pico do conflito entre potencial criativo versus bloqueios, então essas decisões e escolhas se dão sob forte tensão e sob a figura da angústia (p. 36).

Sobre a realidade da juventude brasileira, Castro e Vasconcelos (2009) colocam:

O tema pede discussão sobre juventudes nestes tempos de barbárie neoliberal, ressaltando os limites da participação democrática quando se é excluído da participação na geração e distribuição de riquezas. Por exemplo, 40% dos 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos no Brasil vivem em famílias com menos de três salários mínimos por mês. (...) Por exemplo, os que não estudam e não trabalham correspondem a 20,4% do total de jovens entre 15 a 24 anos, no conjunto das nove Regiões Metropolitanas no Brasil – o que significa mais de 11 milhões de jovens em 2002 e a maioria desses são afrodescendentes (Waiselfisz, 2006 apud Castro e Vasconcelos, 2009, p. 102).

Já Montebanco (2010) ressalta que em um estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), no ano de 2006, os jovens entre 15 e 29 anos somavam 51,1 milhões de pessoas, totalizando 27,4% da população brasileira. Assim sendo, é possível afirmar que hoje o Brasil é um país de jovens, possuindo uma oportunidade histórica de alavancar seu desenvolvimento econômico e social, uma vez que a população economicamente ativa nunca esteve tão volumosa quanto agora. No entanto, os dados abaixo nos mostram que a juventude ainda se encontra em uma situação de vulnerabilidade social. Assim,

O reconhecimento da juventude como agente estratégico do pleno desenvolvimento econômico e social da nação passa a ser, portanto, uma questão fundamental. O atual estágio de desenvolvimento do Brasil não permite que se enxergue a juventude como a “geração do futuro”. É urgente que se priorize a temática da juventude na agenda nacional com enfoque em políticas públicas emancipatórias (Tokarski, 2010).

Com relação aos 51,1 milhões de jovens, pode-se dizer que 46% estavam desempregados; 50% dos indivíduos entre 18 e 24 anos que tinham alguma ocupação, não possuíam carteira de trabalho, enquanto 30% dos ocupados entre 25 a 29 anos também se encontravam na mesma situação de empregos precários. A pesquisa revela, ainda, que 31% dos jovens encontram-se em situação de pobreza, pois têm a renda domiciliar per capita menor que meio salário mínimo (Montebanco, 2010).

Com relação à educação, o estudo nos mostra que 2,8% são analfabetos (o que equivale a aproximadamente 1,5 milhões de jovens analfabetos), 68,3% não frequentam

atividades regulares de ensino e 19,9% não concluíram o ensino fundamental (Monteblanco, 2010). Além disso, há também o problema da distorção série-idade: 34% dos jovens entre 15 e 17 anos estão matriculados no ensino fundamental. Com relação ao ensino superior, apenas 12,7% dos jovens têm acesso a ele (Tokarski, 2010).

Ao analisarmos as mortes causadas por fatores externos, percebemos que a juventude é mais atingida: enquanto na população adulta apenas 9,8% das mortes ocorrem por este motivo, entre os jovens este número aumenta para 72,8% (Weiselfisz, 2007 apud Tokarski, 2010).

No que se refere ao acesso a bens culturais, percebe-se que os jovens pobres são os que têm maior dificuldade de entrar em contato com os mesmos. Segundo Silva (2008), em uma pesquisa realizada em 2005, 88% dos jovens consultados nunca participaram de algum projeto cultural, o que sinaliza a necessidade de políticas culturais mais abrangentes.

Portanto, percebe-se que a juventude é uma das parcelas da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Mesmo que tenhamos há nove anos governos progressistas no âmbito nacional, não foi possível reverter drasticamente estes dados. Por outro lado, é impossível negar que houve avanços; como coloca Monteblanco (2010), neste último período, observamos rearranjos administrativos, no sentido de criar canais de participação da sociedade na gestão pública. Além disso, percebemos a criação de diversas políticas públicas voltadas à juventude nos anos recentes.

Diversos autores (Moreira e Barbosa, 2010; Scárdua, 2010; Tokarski, 2010) ressaltam a importância da Constituição de 1988 para variadas conquistas sociais da população brasileira. No entanto, a mesma não trata dos direitos da juventude, “deixa, assim, de reconhecer os jovens como categoria social, ou seja, como sujeitos de direitos e destinatários de políticas públicas específicas” (Moreira e Barbosa, 2010, p. 14).

Assim, ressalta-se a importância da construção, em 2005, do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional de Juventude, fruto da eleição do primeiro governo de esquerda no Brasil, bem como da pressão feita pelos movimentos juvenis, exigindo mais canais de diálogo com o governo (Scárdua, 2010). Isso demonstra uma preocupação do governo federal em colocar em prática políticas públicas de/para/com a juventude (Castro e Abramovay, 2002 apud Castro e Vasconcelos, 2009).

Essa perspectiva de políticas públicas de/para/com os jovens difere da apresentada pelo Banco Mundial, para quem os jovens seriam clientes do Estado, precisando ser apenas consultados do andamento da política, excluindo-os, dessa forma, da elaboração das políticas públicas e do próprio desenvolvimento do país (Vasconcelos, 2008).

Nesse sentido, estas novas políticas públicas buscam superar a visão que associa a juventude a problema social, que tende a levar a formulações de políticas públicas que proponham apenas respostas emergenciais às mazelas sofridas. Ao contrário, entende-se que a juventude carrega em si singularidades, dificuldades, mas também diversas potencialidades, que devem ser estimuladas e desenvolvidas pelas ações do Estado (Tokarski, 2010).

Além disso, o debate sobre a implementação de um ordenamento jurídico que inclua a juventude vem sendo protagonizado, em especial, pelo CONJUVE. Deste modo, a principal luta da segunda gestão do Conselho tem sido a implementação de um marco legal para essa ampla parcela da população brasileira, focando na aprovação do Plano Nacional de Juventude, no Estatuto da Juventude e na Proposta de Emenda Constitucional, conhecida como PEC da Juventude (Moreira e Barbosa, 2010; Scárdua, 2010). A aprovação destes é importante para que os avanços conquistados pelos jovens não dependam apenas da vontade deste ou daquele governo, mas virem políticas de Estado (Scárdua, 2010).

No que tange à participação política dos jovens, devemos cuidar para não cairmos em análises simplificadas, que dominam o senso comum. Não é raro ouvirmos frases do tipo “a juventude de hoje não é tão ativa quanto à da década de 60” ou “o jovem de hoje em dia só está preocupado consigo mesmo”. É necessário aprofundarmos as pesquisas sobre o tema para não correremos o risco de fazer análises equivocadas da realidade juvenil, que é complexa, principalmente no que se refere à participação política.

Ao verificarmos, por exemplo, o alistamento eleitoral para 2006, divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, percebemos um aumento de 39%, em relação a 2002, no número de eleitores entre 16 e 17 anos, período em que o voto é facultativo. Outro dado que contraria o senso comum do jovem como “ser alienado”, presente numa pesquisa realizada pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), no ano de 2005, é de que 65,6% dos jovens entrevistados procuram se informar sobre política e 85,8% se informar sobre o que acontece no mundo (Moreira e Barbosa, 2010).

Segundo Castro e Vasconcelos (2009), uma pesquisa realizada pela Unesco no Brasil em 2004 revelou que 27,3% dos jovens participam ou participaram de alguma organização associativa, o que significaria que aproximadamente 13 milhões de jovens já fizeram parte da ONGs, movimentos sociais, partidos políticos, grupos religiosos, ecológicos, sindicatos, agremiações esportivas, e outras organizações semelhantes. Tal número, segundo os autores, revela que embora seja significativo o número de jovens envolvidos nos mais diversos tipos de movimentos, pode-se considerar baixa a parcela da juventude que se engaja em agências formais de participação.

Nesse sentido, os mesmos autores ressaltam, ainda, a importância da formação desses jovens, a fim de que eles possam participar efetivamente não apenas do controle das políticas públicas voltadas para juventude, mas também (e principalmente) para que possam eles mesmos elaborar políticas públicas.

Com relação a esse tema Castro e Vasconcelos (2009) acrescentam que,

Por outro lado, há que ter a preocupação em garantir o lugar de posturas críticas. Não seria o caso apenas de propor políticas, mas colaborar para que os jovens possam exercer posturas críticas do fazer política. O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, a acompanhar e a cobrar a ação do Estado, exercendo sua cidadania. Participação sugere pertença, exercício do direito de ser sujeito, cidadania por construção de democracia. Os jovens se orientam em princípio pela irreverência, pelo questionamento, por desestabilizar verdades, pela crítica e essas são construções importantes para o novo, para a renovação. Então participação de jovens é importante não somente para os jovens, mas para rejuvenescer o fazer política, renovar a coisa pública (p. 110).

Vale ressaltar que, assim como Fraga (2008), não consideramos a juventude como naturalmente progressista (basta olharmos na história o que era a juventude nazista). Mas é sim “uma enorme potencialidade em disputa” (Fraga, 2008, p. 37). Percebe-se, assim, a importância de políticas inovadoras, que impulsionem um pensamento crítico frente à realidade enfrentada pela maioria dos jovens brasileiros.

A ausência do Estado por tantos anos fez com que houvesse um abandono de políticas para a grande maioria da população, em especial para os jovens. Segundo Monteblanco (2010), “podemos dizer que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil, com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância” (p. 4). Isso resulta, ainda hoje, em sentimentos de inutilidade e baixa auto-estima da

juventude ao não conseguir alcançar seus objetivos (Silva, 2008). Além disso, devemos pensar em estratégias que modifiquem a visão predominante em muitos jovens de periferia de que não é possível modificar a sua situação social. Por conta dessa visão, muitos jovens largam cedo os estudos e ingressam no mercado de trabalho, conseguindo vagas, na maioria das vezes, em empregos precários e sem carteira.

Tendo isso em vista, segundo Vasconcelos (2008), seria necessário incentivarmos o protagonismo juvenil, conceito que está entrelaçado com diversos outros como a qualificação da democracia, auto-estima, busca por pertencimento e afirmação de cidadania. No entanto, o autor alerta para não resvalarmos na ideia de que, na busca por autonomia, basta querer ser bem sucedido e “ir atrás com determinação” que o jovem conseguirá tudo o quer, dependendo apenas dele a sua própria emancipação. Ao fazermos isso, estaríamos desconsiderando as dificuldades impostas pela sociedade e pelo sistema capitalista a este jovem, além de desresponsabilizar o Estado da promoção do protagonismo juvenil, que caminha lado a lado com o acesso à formação para a cidadania e o incentivo à participação política. Mas o conceito de protagonismo tem elevado valor ao perceber esse jovem “(...) como sujeito que intervém na realidade e sugere transformações, o que pode evitar o desânimo e o menosprezo e impulsionar a partilha de experiências, a construção do respeito e da auto-estima e a gratificação pelo reconhecimento social” (Vasconcelos, 2008, p. 7).

Numa época na qual impera a valorização da meritocracia, o senso comum não leva em conta as barreiras sociais existentes para a efetiva realização dos objetivos da juventude. No entanto, os limites encontrados pelos jovens são diversos,

Entre esses limites, podem ser destacados a vivência cotidiana em espaços com capital simbólico desvalorizado, estigmas relacionados ao local de moradia, necessidades emergenciais de sobrevivência que concorrem com o tempo destinado aos estudos, redes de relacionamento e de significação cotidiana com poucas experiências de mobilidade via elevação da escolaridade ou, ainda, com uma perspectiva “desacreditada” em relação a ações governamentais, devido a experiências frustrantes com outros programas que vivenciaram anteriormente (Monteblanco, 2010, p. 7).

Portanto, buscamos analisar se, por meio de políticas como a dos Pontos de Cultura, é possível organizar tais jovens, fazendo com que eles superem, através do coletivo, tais dificuldades encontradas.

## Capítulo 2

### Política Pública Cultural: o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura

No presente capítulo, pretendemos retomar o histórico da implementação do Programa Cultura Viva, dentro do qual os Pontos de Cultura estão inseridos, bem como apresentar de forma breve suas características e objetivos. Além disso, falaremos dos avanços e desafios colocados aos movimentos culturais com relação ao marco legal para esta área. Posteriormente, mostraremos como surgiu a Rede de Pontos de Cultura e Saúde GHC, suas singularidades e potencialidades, assim como suas limitações. Por fim, iremos discorrer sobre o Agente de Cultura e Saúde, uma inovação dentro da Rede de Pontos, que se refere à participação de jovens dentro dos Pontos de Cultura, através de uma bolsa concedida aos mesmos.

#### 2.1 Histórico de implementação do Programa Cultura Viva

O Programa Cultura Viva foi proposto sob a administração de Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), ainda no primeiro mandato do Governo Lula.

Antes de iniciarmos o histórico do Programa propriamente dito, vale ressaltar aqui o contexto das políticas culturais da época. Segundo Vilutis (2009), a década 1990 foi marcada por uma lógica mercantil da produção cultural, na qual o Estado aceitava os mecanismos impostos pelo mercado. Assim, o público dos espetáculos passou a ser visto como consumidor das produções culturais, as quais estavam se tornando cada vez mais homogêneas, além de se concentrarem nas mãos de poucos grupos.

Se, por um lado, isso não restringiu a expansão da produção cultural, por outro lado, a lógica comercial e a regulamentação do mercado incidiu na produção cultural, criando padrões, regulando condições e não garantindo a contrapartida pública<sup>6</sup> de projetos e iniciativas culturais (Vilutis, 2009, p. 57).

---

<sup>6</sup> A contrapartida social ou pública é um mecanismo de responsabilização dos proponentes de iniciativas culturais com a ação pública, que garante o acesso à produção cultural por um público diverso, por meio da ampliação da circulação das ações culturais e a expansão de sua gratuidade, entre outras formas (Vilutis, 2009, p. 57).

Desse modo, os grupos artísticos desejavam reverter a situação na qual apenas as grandes empresas eram beneficiadas pela renúncia fiscal, exemplificada pela Lei Rouanet, de 1995. Nessa lógica, tais empresas investiam em produções artísticas (normalmente as grandes peças com atores da Rede Globo, pois estas geravam mais lucro), obtendo, além do desconto dos impostos, a imagem de “responsável social” (Turino, 2009).

Nesse sentido, no seu discurso de posse, realizado no dia 2 de janeiro de 2003, o Ministro Gilberto Gil já colocava quais seriam as orientações que o MinC seguiria dali para frente. No discurso (MinC, 2010), Gil coloca que é preciso aproximar o Ministério das pessoas, pois este se encontrava afastado da população. Segundo o Ministro, não caberia ao Estado fazer cultura, mas sim estimular, criar condições, promover o desenvolvimento cultural da sociedade. A nova gestão do MinC acreditava, assim, que a cultura é direito fundamental do cidadão, se igualando a outros direitos como educação, saúde e moradia.

Porém, Gil afirma também que isso não significa apenas “deixar agir”, repassando a responsabilidade para o mercado, a fim que este regule a oferta de cultura no Brasil, como ocorria no governo anterior. “O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para um cliente preferencial” (MinC, 2010, p. 29). Assim sendo, o Estado não deve se retirar da responsabilidade de formular e executar políticas públicas para a cultura.

No mesmo discurso, o então Ministro colocava ainda que:

(...) não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de “do-in” antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país (MinC, 2010, p. 29).

Foi a partir deste discurso que se começou a formular a política dos Pontos de Cultura, pensando em massagear esses *pontos vitais* que Gil mencionou em sua posse.

Primeiramente, o que o MinC planejava realizar era a construção das chamadas BACs (Bases de Apoio a Cultura), estruturas que seriam instaladas nas periferias das grandes cidades e no interior do país no intuito de aproximar a cultura da população de baixa renda (Vilutis, 2009). Tinha-se a ideia de construir 50 BACs, com apoio da Petrobrás. No entanto, o projeto não chegou a ser colocado em prática: um dos motivos seria a falta de recursos para a manutenção desses locais – gastos como água, luz, impostos e pessoal.

Nesse sentido, repensou-se a política, passando para outra lógica: ao invés de construir espaços culturais, passou-se a investir e apoiar projetos já desenvolvidos nas comunidades. Assim, em julho 2004, cria-se o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva –, do qual faziam parte inicialmente as seguintes ações: Pontos de Cultura, Escola Viva, Ação Griô, Cultura Digital e Agente Cultura Viva. As ações eram vinculadas aos Pontos de Cultura, carro chefe do programa e responsáveis pela articulação da rede que se estava criando. Com o passar do tempo, de acordo com as necessidades levantadas pelos próprios Pontos, surgiram outros mecanismos além dessas ações, como alguns prêmios, que exigiam menos burocracia para serem acessados (BRASIL, 2011i).

## 2.2 Características e objetivos dos Pontos de Cultura

Os Pontos de Cultura são, assim, entidades que já desenvolviam alguma atividade sócio-cultural nas comunidades e que, através da seleção por editais, são reconhecidas e apoiadas financeiramente e institucionalmente pelo Ministério da Cultura. Atualmente, os Pontos recebem R\$180 mil, em três parcelas anuais de R\$ 60 mil. Segundo o sítio do MinC, em abril de 2010, somavam-se 2.500 mil Pontos em 1.122 cidades do Brasil. Com relação à abrangência dos Pontos, Turino (2009), utilizando dados de uma pesquisa de 2010 feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), nos mostra que há uma média de 3.300 pessoas participando por Ponto de Cultura. Com isso, tem-se aproximadamente 8.250.000 indivíduos beneficiados pelo Programa.

A ideia da política é a de que os Pontos não tenham uma forma única: eles podem existir nas mais variadas instalações físicas e desenvolver as atividades segundo as demandas da própria comunidade. Porém, “um aspecto comum a todos é a

transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade” (MinC, 2010b, p. 14).

Segundo o sítio do Ministério da Cultura, os objetivos do Cultura Viva seriam os seguintes (Brasil, 2011f):

- Ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- Identificar parceiros e promover pactos com atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, no qual a cultura seja forma de construção e expressão da identidade nacional;
- Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira;
- Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- Fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos”;
- Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem;
- Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direito e economia.

Este último objetivo revela que o programa Cultura Viva trabalha com a ideia de três concepções de cultura. Turino (2009) fala dos três “e” indissociáveis da cultura: estética (dimensão simbólica), ética (dimensão do direito ou cidadã) e economia (dimensão econômica). A primeira se referiria à valorização da cultura brasileira, feita pela população e responsável pela construção da identidade nacional. Já a segunda seria o direito à cultura como qualquer outro direito considerado essencial, como saúde e educação. Sobre esta dimensão cidadã, Vilutis (2009) coloca:

Políticas de cultura que contemplem a **dimensão cidadã da cultura** são propostas pelo Ministério da Cultura dentro da perspectiva de superação da

exclusão social, eliminação das desigualdades e discriminações, reforço da autoestima e apropriação do sentimento de pertencimento. (...) A ampliação do acesso a bens e serviços culturais e sua garantia, de forma universal, a toda população brasileira, em todos os territórios e estratos sociais têm sido a tônica de orientação da política cultural dos documentos e programas do MinC (p. 67).

A dimensão econômica é abordada dentro do Programa tanto no sentido de fomentar a cultura como meio rentável para as comunidades, como também no intuito de construir outra lógica econômica, dando enfoque à Economia Solidária<sup>7</sup>.

Já o público alvo é apresentado da seguinte maneira pelo mesmo sítio (Brasil, 2011f):

- Populações de baixa renda, habitantes de áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Estudantes da rede básica de ensino público;
- Professores e coordenadores pedagógicos da educação básica;
- Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;
- Agentes culturais, artistas e produtores, pesquisadores, acadêmicos e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural.

O Programa se norteia, ainda, por três conceitos-chave: autonomia, protagonismo e empoderamento. Segundo o MinC (2010b), a autonomia não seria conquistada apenas pelo repasse de recursos financeiros às entidades, o que gera a possibilidade de a comunidade opinar sobre quais são suas demandas culturais e como irá colocá-las em prática. Este conceito iria além da simples transferência de responsabilidades, mas tratar-se-ia de um processo no qual os grupos vão adquirindo autonomia na relação com os pares (no caso, os outros Pontos), na interação com autoridades (Estado), e na aquisição de conhecimento. “Nesse sentido, não é alguma prática futura, nem espontânea, nem mesmo uma técnica social, política ou cultural, mas

---

<sup>7</sup> “Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem”. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria\\_oque.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp). Acesso em: 10 nov. 2011.

a própria realização, os atos concretos de participação e afirmação social” (MinC, 2010b, p. 20).

Protagonismo seria o reconhecimento não só pelo indivíduo, mas também por parte do Estado, da afirmação de cada cidadão como sujeito que intervém nas políticas, participando de sua elaboração, assim como contribuindo para o desenvolvimento econômico e social não apenas de sua comunidade, mas também do seu país.

O empoderamento é entendido como processo, no qual este conceito se torna fundamental nas transformações das relações econômicas e de poder. Quando se investe nos Pontos, então, estes se potencializariam, o que geraria mais respeito por parte dos poderes locais pelas manifestações culturais desenvolvidas pelas comunidades.

O Programa acredita que estes três conceitos precisam ser entendidos em conjunto, se complementando; além disso, nenhum deles pode ser compreendido como algo estático ou como modelo. São conceitos em constante construção, que ganham forma e importância na medida em que se relacionam com os próprios Pontos.

Segundo Turino (2009),

A equação em que se sustenta a teoria dos Pontos de Cultura (...) pode ser expressa em uma equação simples, em que a soma de Autonomia + Protagonismo resulta em um contexto favorável ao rompimento de relações de dependência, ou assistencialismo, tão comuns na aplicação de política governamentais. Este novo contexto representa um avanço em política pública e pode ser potencializado se, ao resultado da soma, agregarmos a articulação em rede. Quanto mais articulações e redes houver, mais sustentável será o processo de empoderamento social desencadeado pelo Ponto de Cultura. Com esta equação percebe-se que um Ponto de Cultura só se realiza plenamente quando articulado em rede (p. 66).

Deste modo, percebemos a importância dada por esta gestão do MinC à ideia de se trabalhar em rede, a fim de fortalecer os Pontos através dessa relação. O objetivo do Programa é fortalecer os Pontos criando uma grande teia, para que a relação entre Estado e sociedade possa se dar de forma mais igualitária e horizontal. É possível visualizar a importância que o Cultura Viva dá à organização em rede por, pelo menos, duas ações desenvolvidas pelo Ministério: a primeira seria a obrigatoriedade de que uma parte da primeira parcela seja utilizada para investimento em um kit multimídia (microcomputador, mini-estúdio para gravar CD, câmera digital, ilha de edição), a fim de facilitar a divulgação das atividades que ocorrem nos pontos, assim como fortalecer a comunicação com os demais Pontos do Brasil.

A outra iniciativa proposta pelo MinC trata-se do encontro nacional dos Pontos de Cultura, chamado de *Teia*. Neste encontro, ocorrem tanto seminários, no intuito de pensar politicamente a cultura, quanto manifestações artísticas dos mais variados tipos. A Teia teve sua primeira edição em 2006, na cidade de São Paulo; depois, ocorreu em 2007, em Belo Horizonte; em 2008 na capital do país, Brasília; e em 2010, em Fortaleza. A princípio, ocorria anualmente, mas a partir de 2008 passou a acontecer a cada dois anos. Foi formulada para ser um momento em que os Pontos se conhecem e interagem, assim como dialogam com o Estado de igual para igual. Dentro da Teia de 2007, foi criado o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, instância política dos Pontos.

O Fórum tem como objetivos fortalecer o Sistema Nacional de Cultura, fomentar a construção de marcos legais que reconheçam a autonomia e o protagonismo cultural do povo brasileiro, e debater os avanços e desafios na gestão compartilhada do Programa Cultura Viva (MinC, 2010a, p. 61).

Além do Fórum, formou-se também a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a qual é responsável por articular os Pontos a fim de que eles participem das Teias, Fóruns e demais eventos relevantes para a Rede.

Nesse sentido, poderíamos resumir o que é Ponto de Cultura através de um trecho do livro de Turino (2009):

Ponto de Cultura é um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; um organizador da cultura local, atuando como um ponto de recepção e irradiação da cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. Ponto de Cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social (p. 64).

### 2.3 Marco Legal das políticas culturais

Como mencionado no item anterior, uma das questões levantadas pelo Programa Cultura Viva e pelos Pontos de Cultura é o direito ao acesso à cultura como sendo essencial para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, destacamos os avanços obtidos na esfera legal para as políticas públicas culturais.

Segundo Meira (2007), é na Constituição Federal de 1988 que a questão cultural aparece com mais clareza. Os direitos culturais aparecem em dois artigos da mesma: 215 e 216. Neste primeiro coloca-se: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (Brasil, 1988). No entanto, o mesmo texto não introduz os mecanismos necessários à organização, financiamento e gestão da cultura. Apenas em 2005 isto começa a se concretizar, através da aprovação da Emenda Constitucional 48 (Brasil, 2011a), a qual institui o Plano Nacional da Cultura, com caráter plurianual, visando integrar ações para a cultura entre os governos federal, estaduais e municipais. Deste modo, segundo Barbosa (2008), começa-se a pensar em políticas culturais de Estado, e não apenas dependentes de governos e vontades políticas. Este mesmo autor afirma, ainda, que um dos avanços do Ministério da Cultura no Governo Lula foi o de lutar por esta estruturação de Políticas Culturais de Estado.

Nesse sentido, estão tramitando no Congresso outras duas emendas consideradas de extrema relevância para os movimentos culturais. Trata-se da PEC 150/2003 – que visa à criação de um sistema público de financiamento da cultura – e a PEC 416/05 – a qual busca integrar instituições culturais públicas e privadas de forma horizontal, aberta, descentralizada e participativa (Barbosa, 2008). A primeira emenda coloca que a União deve investir 2% do seu orçamento em cultura, enquanto os estados devem investir 1,5%, e os municípios, 1% dos seus respectivos orçamentos. Já a segunda PEC trata da criação de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) o qual é “(...) é responsável por promover a participação da sociedade na gestão pública da cultura, reunindo instrumentos transparentes e democráticos de controle social e regulação das atividades e bens culturais” (Vilutis, 2009, p. 65).

A questão do financiamento é considerada por muitos como sendo um dos principais gargalos para a construção de uma política cultural efetiva. Mostra disso foi que nas duas Conferências Nacionais de Cultura (primeiras experiências do Brasil nesta área) a prioridade foi dada para a aprovação da PEC 150/2003 (Barbosa, 2008).

As Conferências realizadas em 2005 e 2010 são mais uma forma proposta pelo Governo Federal de estabelecer o diálogo entre Estado e sociedade civil, visando à construção conjunta das políticas públicas (Brasil, 2011d). Além do financiamento, foram muito debatidos nas Conferências os temas do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura. Na II Conferência de Cultura, bem como na Teia de 2010,

ocorrida em Fortaleza, foi igualmente defendida a aprovação da Lei Cultura Viva, que visa transformar o Programa, que tem como base os Pontos de Cultura, em política de Estado.

O SNC funciona desde o final de 2004 através da adesão voluntária dos estados e municípios, os quais assinam Protocolos de Intenções. Segundo Meira (2007), “o processo de adesão significa um pacto político entre entes federados e, destes, com a sociedade civil, entendido que o SNC deve resultar de um amplo processo de participação, transparência e democracia” (p. 194).

Outro avanço destacado por diversos autores (Vilutis, 2009; Barbosa, 2008; Meira, 2007) é a criação do Sistema Federal de Cultura (SFC), realizada em 24 de agosto de 2005, através do Decreto nº 5520 (Brasil, 2011b). Este mesmo decreto dispôs, ainda, sobre a formação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Segundo o site do Ministério da Cultura, este órgão tem como finalidade “propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional” (Brasil, 2011c).

Já o Sistema Federal de Cultura visaria à integração de todos os órgãos federais que atuam direta ou indiretamente com a cultura, buscando a transversalidade de programas federais. Desde o início do Cultura Viva, se buscou a integração com outros ministérios, como o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministérios das Comunicações, Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Embora algumas dessas parcerias não tenham se concretizado, houve este interesse por parte do MinC, de buscar a transversalidade das políticas.

A partir de 2007, esse processo se intensifica através do Programa Mais Cultura, criado pelo Decreto nº 6226. Uma das ações que o Mais Cultura visualiza é a de descentralizar os recursos e a gestão dos programas do MinC, através de convênios e de repasses do orçamento para outros ministérios, ou mesmo para estados e municípios.

Segundo o site do MinC (Brasil, 2011e), no ano de 2009, o Mais Cultura havia assinado 15 acordos com diferentes Ministérios, cinco bancos públicos e dezesseis governos estaduais. Além disso, visando atuar em áreas de maior vulnerabilidade social, estabeleceu-se uma territorialização do Programa, priorizando-se os locais atendidos pelos Territórios da Cidadania (áreas rurais, principalmente) e pelo Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), o qual atende regiões metropolitanas com elevados índices de criminalidade.

Assim sendo, observamos que, no período do Governo Lula, o MinC e os movimentos culturais buscaram aprovar um marco legal extenso, a fim de afirmar a política adotada pelo governo como política de Estado, envolvendo os entes da federação, bem como outros ministérios e parceiros do setor privado.

## 2.4 Pontos de Cultura e Saúde

Como foi colocado no item anterior, houve diversas tentativas no sentido de aproximar os Ministérios e criar políticas transversais. Em 2007, foi firmado o Acordo de Cooperação entre o Ministério da Cultura e o da Saúde (Anexo II deste trabalho),

(...) em que está previsto o desenvolvimento de ações conjuntas que contribuam para a garantia do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação do ambiente hospitalar e a melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro, por meio de instrumentos que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimentos à saúde com a rede de equipamentos culturais, tais como Pontos e Pontões de Cultura (Edital dos Pontos de Cultura e Saúde GHC; Anexo I).

A Ação Cultura e Saúde é, portanto, nacional, e é constituída por 41 instituições selecionadas pelo Prêmio Cultura e Saúde, lançado em 2008. Porém, a Rede GHC é a primeira e única experiência de Pontos de Cultura e Saúde<sup>8</sup>. Como nos coloca o site do MinC “a Ação Cultura e Saúde busca ampliar e qualificar os processos de promoção reconhecendo o ser humano como ser integral, a saúde como qualidade de vida e a cultura como o espaço em que o homem se realiza em todas as suas manifestações” (BRASIL, 2011g).

Posto isto, vale retomar brevemente como se deu a implantação da Rede de Pontos GHC. Segundo Melissa Sander<sup>9</sup>, coordenadora dos Pontos de Cultura e Saúde, as primeiras reuniões sobre o assunto, dentro do Grupo Hospitalar Conceição, começaram em março de 2008, com a presença de diversos setores do GHC, a fim de debater a possibilidade da realização de ações que unissem saúde e cultura.

---

<sup>8</sup> A diferença entre os Prêmios e os Pontos é que, enquanto aqueles recebem uma parcela única para desenvolverem seus projetos, não precisando prestar contas, estes recebem o valor em três parcelas anuais e a prestação de contas é bastante rígida (Vilutis, 2009).

<sup>9</sup> A maioria dos dados dessa seção foi retirada da entrevista realizada durante esta pesquisa com a coordenadora dos Pontos de Cultura e Saúde, Melissa Sander. A transcrição da entrevista está no Anexo III deste trabalho.

A ideia foi bem aceita pelos trabalhadores presentes, os quais, em sua maioria, já realizavam atividades culturais com os pacientes, no intuito de promover um ambiente hospitalar mais humano e agradável. No entanto, as atividades eram realizadas sem muita técnica, tendo em vista que eram trabalhadores da saúde e não da cultura. Nesse sentido, o Programa possibilitaria também uma qualificação dessas ações.

Em setembro de 2008, então, era instituído o Núcleo Operativo Cultural do GHC, formado por trabalhadores dos mais variados setores hospitalares que iriam pensar a política cultural da instituição dali para frente. Neste processo, foram realizados levantamentos para saber quais eram as demandas culturais tanto das comunidades de abrangência do GHC, quanto dos trabalhadores e usuários diretos do Grupo. Assim, decidiu-se lançar um Edital em outubro, propondo a criação de dez Pontos de Cultura e Saúde, sendo que nove seriam de entidades que trabalhariam com as comunidades da zona norte de Porto Alegre – local em que está localizado o GHC – e um Ponto seria interno, trabalhando dentro da instituição e com ações nos quatro hospitais - Hospital da Criança, Hospital Fêmeina, Hospital Cristo Redentor, Hospital Nossa Senhora da Conceição – além dos CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas) e CAPS II, e também das doze unidades de atenção primária, focando em atividades que envolvessem os trabalhadores, usuários e familiares destes.

A seleção pública das entidades foi feita em dezembro, e dela participaram representantes do GHC, Ministério da Saúde, Ministério da Cultura, Conselho Gestor do GHC e um representante da Rede de Pontos do estado do Rio Grande do Sul. Por sua vez, a formalização do convênio se deu em janeiro e o início das atividades em abril.

Inicialmente, a intenção era a de implantar os Pontos em uma área de abrangência maior, inclusive no interior do estado. No entanto, percebeu-se que não seria possível fazer um acompanhamento dos mesmos, havendo o risco de encontrar as mesmas dificuldades que o MinC enfrentou no início do Programa: o distanciamento das entidades e a consequente impossibilidade de oferecer maior atenção nos momentos mais difíceis, como o da prestação de contas.

Como se tratava de uma experiência nova, decidiu-se trabalhar com um território menor, embora ainda bastante significativo: em torno de dezoito bairros da zona norte da capital gaúcha, com uma população de aproximadamente 100 mil pessoas. Podemos incluir a estes dados o número de trabalhadores da instituição – em torno de 8 mil, segundo o site do GHC (2011) – e de usuários – são registradas cerca de 2,2 milhões de consultas anuais (GHC, 2011) –, os quais muitas vezes são oriundos da região

metropolitana ou mesmo do interior. O GHC é considerado o maior complexo hospitalar público do sul do país, com atendimento 100% SUS. Por isso, ao mesmo tempo em que a criação da Rede de Pontos era um desafio, tratava-se igualmente de uma possibilidade de potencializar as ações já desenvolvidas por trabalhadores, que envolviam cultura e saúde.

No caso da Rede de Pontos de Cultura e Saúde, quem gerenciava e dava suporte diretamente era o GHC, a partir do Núcleo Operativo Cultural: os recursos eram passados do MinC para o Grupo e desse para as entidades. Essa lógica vai ao encontro da pensada pelo programa Mais Cultura, no sentido de descentralizar as ações e recursos do MinC e poder, assim, facilitar a comunicação entre Estado e Pontos.

O Núcleo buscou também estimular a interação em rede dos Pontos entre si, mas também com as unidades de saúde e hospitais do GHC. Nesse sentido, além dos integrantes do Núcleo, escolheu-se ao menos um trabalhador de cada uma das doze unidades de saúde para ser responsável da cultura e dialogar de maneira mais regular com os Pontos.

As atividades culturais desenvolvidas pelos Pontos são diversas, variando de acordo com a demanda de cada comunidade. Assim, temos desde oficinas de construção de bonecos gigantes, até as de audiovisual, rádio comunitária, percussão, dança-teatro, artes plásticas, capoeira, informática para terceira idade, artesanato, poesia, e assim por diante.

Atualmente, a maioria dos Pontos terminou o segundo ano de trabalho e já prestou contas<sup>10</sup>, com exceção de três: um está terminando o primeiro ano do projeto e o outro finalizando o segundo ano, enquanto o terceiro, por dificuldades encontradas no caminho – especialmente por não ter conseguido lidar com a burocracia –, está com as atividades paradas.

O projeto teria a duração de três anos, faltando, portanto, apenas a terceira parcela para a finalização do mesmo. No entanto, em outubro deste ano, a Rede GHC recebeu a notícia de que esta parcela não viria. O motivo, segundo o MinC, seria o de que o Acordo de Cooperação foi feito pelos dois Ministérios, e não entre MinC e GHC. Assim, os recursos deveriam passar do MinC para o MS, deste para o GHC para, por fim, serem repassados para os Pontos. Deste modo, os Pontos terão de paralisar suas

---

<sup>10</sup> A parcela seguinte só é liberada após a aprovação da prestação de contas.

atividades, uma vez que não foi possível, no prazo de dois anos, conquistarem uma autonomia financeira plena.

O Núcleo Operativo Cultural do GHC desenvolve outras atividades culturais além da Rede de Pontos. Em março de 2010, foi inaugurado o Chalé da Cultura do Grupo Hospitalar Conceição, espaço cultural para uso de toda a comunidade GHC, inclusive dos Pontos. O Chalé, que se situa no pátio interno do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC), foi resultado de uma luta antiga de todos os trabalhadores que defendem uma concepção ampliada de saúde, vendo na cultura uma oportunidade de cura e qualidade de vida para os usuários e trabalhadores do GHC. Ocorrem no Chalé desde oficinas e reuniões, a mostras fotográficas e artísticas, além do acesso a uma pequena biblioteca.

## 2.5 Agente de Cultura e Saúde

O Agente de Cultura e Saúde é uma especificidade da Rede de Pontos GHC. A ideia do Agente não é inédita, porém pode ser considerada uma inovação, uma vez que é a primeira vez que vem inclusa no edital do próprio Ponto de Cultura. Trata-se da seleção de jovens das comunidades de abrangência dos Pontos de Cultura e Saúde, com a previsão de receberem uma bolsa mensal de R\$ 150 para participarem dos Pontos.

Segundo o Edital, presente no Anexo I deste trabalho, esta participação deve ser compreendida como uma experiência em gestão. Assim sendo, os jovens devem acompanhar e desenvolver as atividades dos Pontos, buscando articular a comunidade com as instituições conveniadas, assim como com as Unidades de Saúde do GHC. Além disso, devem participar da coordenação e da gerência do Ponto.

A seleção dos agentes se dá por chamamento público, amplamente divulgado na comunidade em que o Ponto está inserido. Para ser selecionado, é preciso atender alguns critérios, conforme o Edital:

- a) ter entre 16 e 24 anos;
- b) possuir renda familiar per capita de até ½ salário mínimo;
- c) cursar o ensino fundamental ou médio;
- d) não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal ou estar desempregado;
- e) comprovar residência na comunidade onde se desenvolve o projeto;

- f) não possuir vínculo familiar até 2º grau com os diretores da entidade e nem com prestadores de serviço da entidade;

Depois de ser selecionado, o jovem poderá receber a bolsa por no máximo um ano.

A ideia de inserir a juventude nos Pontos já havia sido pensada anteriormente no âmbito nacional. Houve uma primeira tentativa chamada de Agente Cultura Viva, implantada logo após a criação do programa Cultura Viva, a qual se tratava de uma parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a fim de formar agentes culturais nos Pontos de Cultura, sendo que o público alvo era formado por jovens em condições de vulnerabilidade social (Vilutis, 2009; Turino, 2009). No entanto, o projeto teve duração de apenas um ano, não sendo possível sua continuidade. Turino (2009), conta em seu livro que, após isto, houve diversas tentativas por parte do MinC de criar outro projeto nos mesmos moldes de forma interministerial.

Foi apenas em 2009, através dos próprios recursos do Ministério da Cultura, que foi possível lançar dois editais novos: o Agente Escola Viva (voltado a professores e estudantes do ensino médio) e o Agente Cultura Viva (que buscava o protagonismo juvenil dentro dos Pontos de Cultura) (Turino, 2009). Foram selecionados 90 projetos de Pontos de Cultura, beneficiando 360 jovens bolsistas, que ganhavam o valor de R\$ 150 para participarem do Ponto. Apesar de os recursos investidos no programa terem sido bem menores quando comparados à primeira experiência, em conjunto com o MTE, foi possível, a partir destes editais, avançar na pauta “juventude e cultura”.

Segundo o Catálogo do Ministério (MinC, 2010b), o Agente Cultura Viva tem por objetivos:

(...) desenvolver a consciência de si, a autoestima pessoal e social da juventude atuante nos Pontos de Cultura e em outras ações do Programa Cultura Viva. Ela está direcionada à capacitação e à articulação dos Pontos de Cultura que desenvolvem projetos ou apoiem grupos de jovens, voltados para as alternativas de construção das trajetórias pessoais, de acesso à participação em manifestações culturais e aos espaços amplos de sociabilidade (p. 42).

O projeto visa, ainda, fomentar a participação política da juventude em outros espaços de gestão e formulação de políticas públicas, possibilitando a renovação das lideranças locais (MinC, 2010b).

Segundo Vilutis (2009), “o papel atribuído ao jovem no contexto do Plano Nacional de Cultura é o de mediador, articulador, propagador e dinamizador da cultura, um agente que atua na multiplicação de atividades culturais (...)” (p. 75-76).

Assim, percebe-se em tais políticas uma preocupação em incluir o jovem e em torná-lo protagonista nas ações desenvolvidas pelos Pontos. O avanço conquistado pelos Pontos de Cultura e Saúde foi incluir o Agente em seu próprio edital, deixando de ser uma ação separada do Ponto e fazendo com que constasse no planejamento financeiro das entidades o investimento nesses jovens bolsistas.

### Capítulo 3

#### Análise da Participação dos jovens Agentes de Cultura e Saúde

Neste capítulo, faremos uma análise da participação dos jovens Agentes de Cultura e Saúde na Rede de Pontos GHC, buscando relatar as experiências vivenciadas, bem como verificar se houve alteração em suas redes de relações sociais antes e depois de participarem dos Pontos de Cultura e Saúde, na perspectiva de que, devido ao curto período em que estiveram presentes nos mesmos, não iremos encontrar mudanças drásticas nas redes sociais desses jovens, o que não diminui a relevância dessa experiência.

A ideia inicial era realizar entrevistas com jovens de três Pontos diferentes, porém, devido a dificuldades de contato com os mesmos, só foi possível realizar duas. A primeira conversa foi com o jovem chamado RB, realizada no Chalé da Cultura, que se encontra no pátio interno do Hospital Nossa Senhora da Conceição (HNSC). O local foi escolhido pelo fato de o mesmo ser uma referência dentro da Rede GHC, bem como por ser onde trabalha a pessoa por meio da qual o Agente foi apresentado – a funcionária Melissa Sander.

Já a segunda entrevista foi realizada com a BC, ex-Agente de Cultura e Saúde. Esta teve de ser feita via correio eletrônico, devido à dificuldade de contato telefônico, tornando inviável, devido ao tempo, marcar uma conversa presencial.

Não se pretende aqui fazer uma generalização para todos os Pontos de Cultura, seja da Rede GHC ou fora desta, uma vez que cada Ponto tem dinâmicas e características únicas. Visa-se, deste modo, analisar o impacto da política pública dos Pontos na vida destes Agentes.

Conforme foi mostrado no capítulo anterior, a ideia da inserção do Agente dentro do edital dos Pontos é algo novo e foi construída pelos trabalhadores do GHC, comunidades e a consultora do Ministério da Cultura, segundo Melissa Sander, em sua entrevista. Como pontua a coordenadora da Rede GHC, pensava-se em envolver os jovens de forma protagonista dentro dos Pontos, uma vez que a criança e o idoso já teriam seus Estatutos<sup>11</sup>, e o adulto já estaria no mercado de trabalho, respaldado pelos direitos trabalhistas, enquanto ficaria uma lacuna de políticas para juventude.

---

<sup>11</sup> Disponíveis em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)> e <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 12 nov. 2011.

Além disso, ainda segundo Melissa, a criação dessa figura dentro dos Pontos visava igualmente formar novas lideranças comunitárias, estando previstos, no edital, cursos de elaboração de projetos, entre outros, assim como a participação do Agente da gestão e das atividades desenvolvidas no Ponto, com o intuito de envolver esses jovens e possibilitando que eles assumam associações de moradores e participem mais da vida política das suas comunidades.

### 3.1 Perfil dos Agentes entrevistados

No momento em que esta pesquisa estava sendo realizada, os Pontos da Rede GHC contavam com dois bolsistas em atividade. Cabe lembrar, porém, que no mesmo período só estavam funcionando dois Pontos, devido ao cancelamento da terceira parcela. Portanto, todos os Pontos que estavam ativos, tinham um Agente.

Um desses Agentes, que estava exercendo a função no momento deste estudo, era o RB. RB tem 16 anos e reside no bairro Rubem Berta, local em que fica o Ponto do qual ele participou até outubro deste ano. Estuda na área central da cidade, em um colégio da rede pública estadual, e está cursando o 1º ano do Ensino Médio. No momento da entrevista, ele estava à procura de emprego.

RB era Agente do Ponto Falando a Gente se Entende há dez meses. No entanto, com o cancelamento da 3ª parcela do convênio, não foi possível dar continuidade, tanto para o projeto, quanto para a bolsa desse jovem, que se encerrou em outubro deste ano, quando na verdade ele poderia ficar mais dois meses participando enquanto Agente, conforme o edital.

A entidade proponente do Ponto é a Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta (AMORB), fundada em 1987, com o objetivo de apoiar as reivindicações da comunidade, surgida através de um processo de ocupação de prédios inacabados. A entidade mantém uma rádio comunitária, que possui programas sobre diversos assuntos, inclusive sobre saúde, em parceria com médicas do GHC<sup>12</sup>.

Por sua vez, a segunda entrevistada participou enquanto Agente entre os anos de 2009 e 2010, no Ponto Vila na Trilha, localizado no bairro Vila Jardim. BC tem hoje 19 anos, e também é estudante do Ensino Médio. Permaneceu como bolsista durante um

---

<sup>12</sup>Disponível em: <[http://www.amorb.org/index\\_arquivos/sobrenos.htm](http://www.amorb.org/index_arquivos/sobrenos.htm)>. Acesso 12 nov. 2011.

ano, tendo sido uma das primeiras Agentes da Rede GHC. Atualmente, BC trabalha como atendente de *Call Center*. Foi perguntado a ela qual era a escolaridade e profissão de seus pais: sua mãe tem o Ensino Fundamental incompleto e trabalha como cozinheira de um albergue, enquanto seu pai tem Ensino Técnico e é auxiliar de enfermagem.

A entidade proponente do Ponto do qual ela participou é a AELCA (Associação Evangélica Luterana de Caridade), fundada em 1968. Trata-se de uma entidade assistencial que se sustenta através de doações e convênios. Hoje, a AELCA atende cerca de 200 crianças na faixa etária de zero a 14 anos, além dos 50 adolescentes que eram atendidos pelo Ponto de Cultura e Saúde, quando este estava em funcionamento<sup>13</sup>.

### 3.2 A participação no Ponto

No início das entrevistas, foi questionado aos jovens qual era a sua opinião sobre os Pontos de Cultura. BC começa valorizando o Programa, dizendo que este é uma aprendizagem, tanto para quem participa da coordenação, quanto para os oficinandos, acrescentando que a comunidade precisa de cultura e o Ponto é uma maneira de proporcionar isso.

Por sua vez, RB inicia sua resposta lamentando o encerramento dos Pontos, já que ele estava participando do Ponto até outubro deste ano e não pôde continuar devido ao cancelamento da terceira parcela. Segundo ele, foi “uma perda para o pessoal da comunidade, porque ali a gente encontrava bastante coisa que a gente não encontra na escola. Oportunidades que a gente não vai ver. Tipo, cursos gratuitos, tinha técnica de rádio, produção audiovisual, informática, tudo de graça para quem não tem condições. Era bom, era bem legal” (Entrevista com RB). Mais adiante na conversa, ele acrescenta que desejaria que os Pontos voltassem, mesmo que ele não pudesse participar, pois não gostaria de ver paralisado este projeto, já que foi algo tão batalhado pela comunidade e que estava beneficiando a mesma.

Nas entrevistas realizadas, foi possível perceber também que os dois Agentes participavam de todas as oficinas oferecidas nos Pontos, cumprindo um dos objetivos previstos em edital, que era o de desenvolver essas atividades junto com os

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://aelca.blogspot.com/>>. Acesso 12 nov. 2011.

participantes, buscando conhecer a opinião dos mesmos sobre as oficinas, e objetivando, assim, uma aproximação do Ponto e da comunidade.

Cada entidade teve autonomia para propor em seus projetos as oficinas que melhor atendessem às demandas de suas comunidades. Deste modo, enquanto o Ponto do Rubem Berta oferecia oficinas de História e Cidadania, Produção Audiovisual, Jornalismo e Informática, o Ponto do bairro Vila Jardim proporcionava atividades de Artesanato, Hip Hop e Informática.

Com relação à participação na coordenação do Ponto (igualmente previsto no edital), RB enfatiza este fato, demonstrando que estava bastante presente nas decisões do mesmo, além de ser o principal responsável por fazer com que as atividades acontecessem conforme o planejado. Suas funções iam desde preparar o café da tarde ou o vídeo que seria exibido, até ajudar na melhora das aulas e organizar os materiais de divulgação das oficinas. Ele participava de todas as reuniões de coordenação e dava sua opinião nas mesmas. Por sua vez, BC nos fala que ela havia participado de algumas reuniões, que ocorriam com bastante frequência, mas não de todas elas.

Ambos jovens mencionam que gostariam de ter permanecido no Ponto, embora isto não tenha sido possível. RB, devido ao cancelamento da terceira parcela do programa; e BC, porque já havia participado por um ano, tempo máximo de permanência como Agente de Cultura e Saúde.

Quando questionados sobre a estrutura do bairro em que residem, ambos responderam não achar os mesmos segregados da cidade, havendo uma quantidade boa de transporte público, o que facilitaria, portanto, o acesso aos demais pontos. No entanto, os dois jovens mencionaram o fato de existir violência e tráfico drogas, que atingiria principalmente a juventude desses locais. Junto a isso, BC relata que a estrutura dos equipamentos culturais e de lazer de seu bairro é precária: não existem teatros ou cinemas, apenas praças, as quais não estariam bem preservadas.

Foi igualmente perguntado aos entrevistados se o Ponto havia impactado de alguma forma a comunidade. Ambos responderam que sim. BC foi enfática, afirmando que, através do Ponto, seria possível retirar as crianças e os jovens da rua e oferecer-lhes um caminho alternativo ao crime organizado. Segundo ela, as pessoas da comunidade começaram a acreditar mais em si mesmas após a implementação do Ponto.

Já RB fez ponderações, no sentido de que a mudança não seria para todas as pessoas da comunidade, mas principalmente para aquelas que participam das oficinas. Um dos motivos seria uma divergência política com o presidente da entidade

proponente do Ponto, que faria com que algumas pessoas não se envolvessem nas atividades desenvolvidas pela Associação de Moradores. Do mesmo modo, ele relata o fato de o Ponto se preocupar em retirar os jovens das ruas através das oficinas, insistindo para que eles permanecessem participando até o final.

Portanto, através desse relato, notamos uma preocupação do Programa em envolver os Agentes no processo de decisão e divulgação dos Pontos, permitindo, não somente a eles, mas também às pessoas da comunidade que participavam das atividades, um caminho alternativo à (auto-) exclusão. Esta ocorre em determinadas comunidades populares, como foi visto no primeiro capítulo. O Ponto, então, busca fortalecer as relações de confiança entre a entidade proponente e a comunidade, assim como o envolvimento coletivo das pessoas residentes no bairro. Há, portanto, a intenção de aumentar os *laços* da comunidade, sendo que os Agentes teriam um papel-chave nesse processo.

### 3.3 Redes de relações sociais antes e depois da participação no Ponto de Cultura e Saúde

Investigamos igualmente como era o dia-a-dia desses jovens antes de participarem do Ponto. Ambos responderam que estudavam em um dos turnos e no outro permaneciam em casa ou nas ruas do bairro em que moram, demonstrando que havia uma rede de relações sociais limitada à escola, à família e aos amigos residentes na comunidade. Este dado confirma o que mostramos no primeiro capítulo sobre as características das redes de relações de pessoas de classes populares, as quais seriam mais locais e menos diversificadas.

Porém, a entrada nos Pontos de Cultura e Saúde transforma esta realidade. Percebemos em seus relatos que, além de conhecerem pessoas de fora da comunidade, os entrevistados fortaleceram e ampliaram igualmente as suas redes de relações dentro de seus respectivos bairros.

Isso é perceptível quando eles afirmam que eram responsáveis pela divulgação do Ponto dentro do bairro. Assim, eles colavam cartazes, entregavam panfletos e conversavam com os moradores, não somente convidando a participar das oficinas, mas também esclarecendo o que era o Ponto de Cultura e como funcionava. BC, do mesmo modo, relata o contato constante que existia entre o Ponto e as Unidades de Saúde do GHC próximas a ele, havendo a divulgação das oficinas também nesses espaços.

Portanto, percebe-se uma maior circulação desses jovens pelo bairro ao desenvolver esta tarefa no Ponto de Cultura. Dessa forma, confirma-se na prática a ideia lançada pelo edital da Rede GHC, que estabelece os Agentes como responsáveis pela articulação do Ponto com a comunidade e com as Unidades de Saúde.

Quando questionados se eles se consideravam, ou não, lideranças dentro das suas comunidades, os entrevistados responderam de maneiras diferentes. BC afirma que se considera uma liderança, dizendo que as pessoas passaram a vê-la de outro modo, uma vez que agora ela era vinculada ao Ponto. BC era vista como referência para este assunto, o que levava os moradores a buscar informações com ela sobre as oficinas desenvolvidas.

Por sua vez, RB, embora não se considere uma liderança, em outros momentos da entrevista demonstra um papel ativo dentro e fora do Ponto: além da divulgação das oficinas pelo bairro e de explicar para a população o que era o Ponto, ele coloca diversas vezes que dava seus “pitacos”<sup>14</sup> nas reuniões da coordenação, demonstrando, ainda, que tem interesse em conhecer outros Pontos para poder opinar e ajudar a melhorá-los. Embora a comunidade não o vinculasse diretamente ao projeto dos Pontos de Cultura, mas sim à entidade proponente, viam no mesmo uma figura central daquele local em que eram realizadas as atividades.

Assim sendo, compreendemos que o Ponto de Cultura propiciou um empoderamento destes jovens, lembrando que este conceito não é entendido aqui numa visão assistencialista, mas sim como sendo um processo em que o indivíduo ou a comunidade se empoderam a si mesmos, tornando-se sujeitos ativos, capazes de modificarem suas próprias vidas. Porém, em determinadas situações de pobreza e segregação social, são necessários mecanismos que possibilitem uma maior organização coletiva – os quais podem ser fornecidos por políticas públicas que intentem estimular a autonomia e o protagonismo das comunidades e das pessoas que ali residem.

Notamos, ainda, um fortalecimento dos *laços fracos* desses Agentes com as pessoas que participavam do Ponto, e, no caso da BC, também com as Unidades de Saúde do GHC que eram próximas à entidade. Além disso, ampliaram-se igualmente os *laços fracos* com o restante da comunidade, através da divulgação do Ponto e da circulação pelo bairro, ampliando suas *relações de ligação*.

---

<sup>14</sup> Significa que ele dava a sua opinião.

Nas entrevistas, foi igualmente abordado o fato de eles terem tido, ou não, atividades fora dos Pontos. Ambos responderam que sim. RB nos conta que as turmas foram visitar um assentamento do MST, para participar de oficinas de serigrafia. Ele menciona, ainda, uma visita ao Arquivo Histórico Moysés Vellinho, no intuito de conhecerem melhor a história do bairro; além disso, participou de reuniões da Rede GHC, realizadas no Chalé da Cultura (localizado no pátio interno do HNSC).

Sobre a visita ao assentamento do MST, RB a relata como tendo sido uma experiência positiva, pois eles não só aprenderam sobre customização de camisetas, mas também sobre o próprio Movimento, que até então era algo desconhecido para a maioria daqueles jovens. O entrevistado afirma que achou a experiência interessante, “porque é uma vida totalmente diferente da nossa. Muito diferente. E é bom trocar experiências às vezes” (Entrevista com RB). Confessa, ainda, que se não fosse através do Ponto, dificilmente viria a conhecer o MST, pois não teria ido atrás de informações, inclusive por não ter muito conhecimento sobre o que era e como se constituía o Movimento.

Em relação às atividades externas, BC mencionou algumas oficinas, como a de criação de *sites*, além dos encontros com outros Agentes de Cultura e Saúde, algo que não ocorreu no período em que RB foi Agente. Por outro lado, ele nos conta em determinado momento que conheceu os Agentes anteriores a ele no Ponto do bairro Rubem Berta.

Vale ressaltar a opinião de BC em relação aos encontros entre os Agentes de diversos Pontos da Rede GHC: ela avalia que estes eram muito positivos, pois havia uma troca de experiências e um sentimento de companheirismo e identidade entre os Agentes. Podemos aplicar a estes encontros o conceito *Relações Sociais de Ponte* (MARTELETO E SILVA, 2004), que se trata de relações com indivíduos semelhantes, mas residentes em outras comunidades. Este contato ampliaria as fontes de informação e conhecimento de ambos envolvidos, além de propiciar ações conjuntas entre os mesmos. Portanto, haveria nesta situação uma ampliação da rede de relações dos jovens participantes de tais reuniões.

Na entrevista com Melissa Sander, ela relembra a presença dos Agentes (no período em que BC participava) em viagens como a do Congresso de Medicina e da Teia Sul (encontro dos Pontos de Cultura da região Sul do Brasil), ambos os eventos realizados em Santa Catarina. Assim, em sua entrevista, BC coloca que conheceu pessoas de outros Pontos de Cultura, citando alguns nomes da Rede GHC.

Deste modo, verifica-se que a rede de relações desses jovens aumentou para fora de suas comunidades, conhecendo pessoas de outros Pontos e de movimentos sociais, entre outras. Além de terem ampliado suas redes e de terem se relacionado com pessoas com as quais provavelmente não teriam tido a oportunidade de entrar em contato se não estivessem participando dos Pontos, eles igualmente as diversificaram, uma vez que conheceram desde assentados do MST, até funcionários públicos (Arquivo Histórico, trabalhadores GHC) e jornalistas (no caso da oficina de criação de site), por exemplo.

Além disso, foi perguntado se eles chegaram a conhecer alguém do Governo ou Ministério da Cultura, a fim de verificarmos se houve um contato com autoridades, ou seja, se foi possível para esses jovens obterem *Relações Sociais de Conexão* (MARTELETO E SILVA, 2004). Enquanto RB afirmou que não havia conhecido nenhuma autoridade, BC relata que pode conhecer uma deputada. Além disso, embora não esteja na entrevista, BC entrou em contato com a Superintendente do GHC da época, uma vez que as duas estiveram presentes nos encontros ocorridos em Santa Catarina.

### 3.4 Trajetória de vida dos Agentes de Cultura e Saúde

Ao observarmos o dia-a-dia desses jovens, antes e depois de participarem dos Pontos de Cultura, a fim de verificar se houve alteração na trajetória de vida dos mesmos, percebemos que ocorreram determinadas mudanças. Isso é perceptível no relato de ambos em relação ao que eles faziam antes de entrar no Ponto, bem como a maneira de pensar e se expressar. Vale lembrar que não é esperado, no presente estudo, encontrar mudanças profundas nas trajetórias desses jovens – embora relevantes do ponto de vista sociológico –, uma vez que o período de participação nos Pontos foi curto.

No período anterior à participação no Programa, os entrevistados permaneciam predominantemente em casa ou nas ruas do bairro, além de estudar. Com a entrada no Ponto, esses jovens conhecem outros lugares de Porto Alegre, cidades diferentes e, no caso de BC, outro estado. Além disso, eles modificam a relação com as pessoas da própria comunidade, já que passam a ser referência do Ponto, destacando-se dentro do bairro.

Em relação aos benefícios trazidos pelo Ponto em suas vidas, ambos os entrevistados mencionaram o aprendizado em se expressar melhor. BC coloca que o

Ponto mudou a sua vida, tendo sido a experiência mais importante que ela vivenciou; fala, ainda, que, com o Ponto, ela percebeu que é possível mudar a situação da comunidade, com “força de vontade”.

Já RB citou o fato de ter aprendido a manusear os equipamentos em uma rádio comunitária como fator marcante. Além disso, destacou a importância de ter aprimorado sua forma de se comunicar, tornando-a mais clara, devido não só à intensa participação em reuniões, mas também aos programas da rádio e à divulgação do Ponto pela comunidade: nestes momentos o entrevistado pôde praticar o modo de se expressar e melhorá-lo. Segundo ele, este fato foi o mais relevante para possibilitar mais oportunidades após a saída do Ponto. Sobre isso, RB nos cita o exemplo de uma entrevista de emprego, e o quanto poder se expressar com tranquilidade e clareza poderia ajudá-lo no mercado de trabalho.

No que se refere ao planejamento do futuro, os dois jovens relatam que, mesmo antes de terem participado do Ponto, pretendiam cursar o Ensino Superior, demonstrando otimismo em relação ao futuro. Vale destacar ainda que os pais de BC não possuem Ensino Superior, o que poderia tornar isto uma realidade distante para a mesma; no entanto, a entrevistada demonstra convicção sobre o que ela quer fazer futuramente: se formar em Psicologia, fazer intercâmbio e viajar muito.

Do mesmo modo, percebe-se uma visão otimista na fala de BC, quando ela comenta os problemas do bairro e a possibilidade de alterar esta situação: a jovem pensa que é viável resolvê-los, necessitando apenas de meios para retirar as crianças e jovens das ruas e mostrar-lhes um caminho alternativo, podendo o Ponto de Cultura, nesse sentido, estar inserido em tal processo. Além disso, perguntou-se a BC a respeito de sua visão sobre as pessoas se organizarem a fim de conquistarem melhores condições de vida, ao que ela respondeu pensar ser relevante; porém a entrevistada coloca que não pensava desta maneira antes de entrar no Ponto, uma vez que não se questionava se havia algo errado na situação das pessoas da comunidade. Hoje, ela percebe que há problemas a serem resolvidos dentro de seu bairro, sendo a organização importante para que os moradores conquistem mais direitos.

Percebemos, portanto, que além de terem aprendido técnicas específicas, desenvolvidas pelas oficinas de cada Ponto, e de terem participado de uma política pública de caráter inovador, foi possível a estes jovens ampliarem suas redes de relações e também seu capital social, já que os mesmos se tornaram referência em suas comunidades, assim como dentro dos Pontos. Um dos motivos para isso ter acontecido

deveu-se ao fato de que a política dos Pontos já nasce em rede, o que facilita a interação entre diferentes entidades e ações.

Junto a isso, o Ponto possibilitou maior circulação por espaços que antes eram pouco frequentados, seja no próprio bairro, na cidade de Porto Alegre e outras. Isso tudo propiciou a estes jovens ampliarem sua visão de mundo, antes restrita, basicamente, ao local em que residem. Podemos acrescentar, ainda, o fato de terem qualificado sua forma de se expressar, o que aumentou sua autoestima, posto que agora os jovens entrevistados são ouvidos e suas opiniões são respeitadas; esses jovens podem falar por si próprios, o que gera um empoderamento dos mesmos.

Assim, notamos que a experiência dos Pontos foi enriquecedora para a vida dos entrevistados, fato que ambos reconhecem e explicitam ao longo de seus relatos.

Embora se trate de uma amostra pequena – de dois casos, apenas –, o que impede uma generalização para outros Pontos, as informações obtidas nesta pesquisa propiciam bases empíricas para aprofundarmos estudos futuros sobre os efeitos da política pública dos Pontos de Cultura nas comunidades em que as oficinas são desenvolvidas.

## **Conclusão**

Pretendeu-se com este estudo analisar a participação dos jovens Agentes no Programa dos Pontos de Cultura e Saúde. Além disso, apresentamos de forma breve um histórico das políticas públicas culturais, abordando sobre suas características no período do Governo Lula, a fim de contextualizarmos esta pesquisa. Do mesmo modo, o trabalho visou divulgar a política dos Pontos de Cultura, buscando estimular a realização de futuros estudos no intuito de aprofundar o conhecimento acadêmico e político sobre o tema.

Com relação aos desafios postos aos movimentos culturais brasileiros, podemos citar a aprovação das PECs 150/2003 e 416/05, apresentadas no segundo capítulo deste estudo, que garantiriam a criação de um sistema público de financiamento da cultura, assim como a integração de instituições culturais públicas e privadas de forma horizontal, aberta, descentralizada e participativa, através da instituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

A PEC 150/03 tem relevância especial, pois de nada adiantaria termos projetos que atendam às necessidades da população brasileira, sem possuímos os recursos para colocá-los em prática. Junto a isso, podemos citar o fato de a própria estrutura interna do Ministério da Cultura (MinC) possuir condições precárias de trabalho, o que acarretou em dificuldades no início do Programa Cultura Viva. Autores relatam que, em especial no início do Governo Lula, era reduzido não só o número de funcionários, mas também a infraestrutura necessária para administrar um Programa daquele porte (BARBOSA, 2008; TURINO, 2009; VILUTIS, 2009). Esses obstáculos apareceram com mais clareza nas prestações de contas entregues pelos primeiros Pontos, uma vez que muitas das entidades proponentes nunca haviam participado de um edital público, não tendo, portanto, experiência para realizar sozinhos este processo; precisariam ter obtido um suporte técnico, o qual, na época, não pode ser fornecido imediatamente pelo MinC (TURINO, 2009; VILUTIS, 2009). Assim, maiores investimentos na pasta da cultura representariam não apenas a ampliação da abrangência dos Programas desenvolvidos, mas também a melhoria da estrutura interna do MinC, necessária para propiciar uma gestão mais eficiente.

Podemos acrescentar, ainda, a aprovação da Lei Cultura Viva, que visa transformar o Programa, dentro do qual os Pontos estão inseridos, em política pública de Estado, e não mais de governo. A discussão sobre a Lei foi bastante intensa na Teia de 2010 (encontro nacional dos Pontos de Cultura), tendo sido criados Grupos de

Trabalhos (GTs) específicos para estudá-la; porém, apesar dos esforços, ainda não foi possível sua aprovação<sup>15</sup>.

Percebemos a relevância do debate sobre tornar o Programa Cultura Viva em projeto de Estado ao observarmos, por exemplo, o cancelamento da terceira e última parcela dos Pontos de Cultura e Saúde vinculados ao GHC. Mesmo que o Partido dos Trabalhadores (PT) tenha permanecido na Presidência da República, modificou-se a forma de trabalho de alguns Ministérios, como parece ter sido o caso do Ministério da Cultura. Assim, no Governo Dilma, verifica-se um menor protagonismo dado pelo MinC ao projeto dos Pontos de Cultura, fato que foi mencionado pela coordenação dos Pontos da Rede GHC. Nota-se, neste caso, que não há uma garantia de continuidade do Programa, caso ocorra uma mudança de Partido à frente do poder nacional. No entanto, precisaríamos aprofundar o estudo comparativo entre os dois Governos (Lula e Dilma) na área cultural, a fim de evitarmos fazer afirmações equivocadas sobre o assunto.

Vale ressaltar que os Pontos são entidades da sociedade civil que já desenvolviam alguma atividade cultural nas comunidades em que estão localizadas, potencializando tais ações após serem selecionadas por edital público, recebendo, a partir daí, apoio institucional e financeiro do MinC. Relembramos aqui que acreditamos ser de extrema relevância a participação política da sociedade civil, seja para pressionar o Estado, a fim de que este cumpra seus deveres, assim como para formular em conjunto políticas públicas, no intuito que estas sirvam, de fato, às demandas da população. Portanto, assim como Gohn (2004), não acreditamos que a sociedade substitua o papel do Estado, pelo contrário, ela é essencial para que o Estado desenvolva de forma mais eficiente sua função.

Deste modo, foi possível visualizar ao longo do trabalho que os Pontos de Cultura possuem fatores positivos, mas também certos desafios a serem superados. Vilutis (2009) coloca esses dois lados, que gostaríamos de retomar nessa conclusão. Segundo a autora, o Programa fornece uma alternativa de vida cultural e de lazer às comunidades populares, que na maioria das vezes não possuem equipamentos nessa área, possibilitando o acesso ao direito à cultura. Acrescenta, dizendo que mais do que isso, os Pontos propiciam a criação de elos por meio dos quais é possível organizar a

---

<sup>15</sup> Mais notícias sobre este tema podem ser encontradas no sítio da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Disponível em: <<http://pontosdecultura.org.br>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

comunidade, os jovens, os artistas locais, entre outros, potencializando a qualidade de vida da população do bairro, bem como aumentando a autoestima da mesma.

Por outro lado, ela menciona a dependência econômica ao Programa por parte das entidades, fato que também foi identificado na entrevista realizada com a coordenadora da Rede GHC. Ao longo dos dois anos de desenvolvimento do projeto, discutiu-se como os Pontos poderiam se autossustentar após o encerramento das parcelas. No entanto, com a notícia do cancelamento da última remessa, foram poucos os Pontos que se mostraram otimistas no sentido de conseguir continuar com as atividades independente do repasse dos recursos. Precisaríamos aprofundar a pesquisa nesse sentido, para verificarmos se realmente essa foi a realidade enfrentada pela Rede GHC ou se, pelo contrário, conseguiram se organizar depois de determinado período e seguir com o planejamento original. Porém, salienta-se que este é um fator que precisaria ser repensado pelo Ministério em conjunto com os representantes da Rede de Pontos, no intuito de sanar esta dificuldade encontrada.

Com relação ao objetivo central deste estudo, que pretendia verificar os efeitos produzidos pela ação do Estado, através do Programa dos Pontos de Cultura, nas redes de relações sociais dos jovens que participaram dos mesmos, podemos dizer que houve uma diversificação e ampliação dessas redes. Isso é perceptível quando eles mencionam que entraram em contato com pessoas de fora da comunidade, as quais provavelmente não teriam tido a oportunidade de conhecer se não estivessem participando dos Pontos, fato que tornou suas redes menos locais e maiores. Além disso, foi possível vivenciar contextos distintos aos encontrados no dia a dia, como no caso da visita ao assentamento do MST, uma realidade totalmente diferente da presenciada nos bairros populares de Porto Alegre.

Portanto, esses jovens conseguiram superar a realidade enfrentada pela maioria da população residente em bairros populares, a qual tende a se fechar em círculos de sociabilidade primária, gerando a (auto-) exclusão política da mesma (SILVA, 2004). Pelo contrário, esses jovens puderam visualizar a importância de trabalhar coletivamente para garantir melhor qualidade de vida para suas comunidades. Além disso, indivíduos oriundos de classes de baixa renda tendem a ter suas redes menores, mais locais e com sociabilidade menos variada (MARQUES, 2009). Com a participação no Ponto, os Agentes conseguem ampliar e diversificar suas redes, entrando em contato com as pessoas das entidades proponentes, com trabalhadores do GHC, com a

população do bairro, com assentados sem-terra, jornalistas, autoridades, outros jovens de bairros diferentes, e assim por diante.

Segundo Marques (2004), as redes seriam importantes para promover tanto coesão social como a integração social. A primeira visaria produzir identidades, sensação de pertencimento ao grupo e construção de controle social nas comunidades. A segunda seria a redução do isolamento e construção de trocas e integração com outros grupos. Deste modo, percebe-se que o Ponto de Cultura produziu ambos os efeitos na vida dos jovens Agentes, uma vez que passaram a pensar mais nas suas comunidades (pertencimento), sendo referência dentro das mesmas enquanto Agentes dos Pontos de Cultura (identidade); junto a isso, eles reduziram o isolamento, seja por terem conhecido pessoas novas, realizando trocas com grupos diferentes dos seus, seja por terem fortalecido os laços dentro da própria comunidade.

Viu-se no presente estudo que, dependendo da sociabilidade que os indivíduos possuem, é possível a estes acessarem mais ou menos recursos materiais ou imateriais (MARQUES, 2004), por isso a importância de buscar ampliar e diversificar as redes de pessoas de baixa renda, para que eles possam acessar tais recursos e modificar, assim, suas trajetórias de vida. Pode-se dizer, ainda, que relações sociais que fossem capazes de produzir tais recursos para esses indivíduos, acabariam gerando capital social para os mesmos (SILVA e OLIVEIRA, 2009). Deste modo, experiência obtida dentro dos Pontos propiciou a estes jovens redefinir suas posições dentro das comunidades, já que se tornaram referência quando o assunto eram as atividades culturais desenvolvidas pelos projetos. Isso se deve em grande medida pelas relações sociais que estes passaram a ter com as coordenações das entidades, bem como com trabalhadores das Unidades de Saúde do GHC. Essa vivência proporcionou a eles obter prestígio e influência dentro das comunidades, bem como fontes de informações mais variadas, possibilitando, inclusive, a criação de pontes para fora de seus locais de residência.

Retomando o questionamento feito no início deste trabalho, no qual nos perguntamos em que medida a participação de jovens como Agentes de Cultura e Saúde dos Pontos de Cultura propicia um aumento de seu capital social, é possível afirmar que, embora nem todas as relações que eles mantiveram durante o período em que participaram dos Pontos tenham produzido capital social – embora tenha ocorrido a ampliação e diversificação das redes, o que já é um resultado significativo –, houve contatos através dos quais é possível notarmos o acesso a recursos antes inexistentes para estes jovens. Destaca-se a participação na coordenação dos Pontos, o que fez com

eles se apropriassem do tema, além de fortalecerem os laços com as pessoas que estavam à frente do projeto desde o início, o que propiciou a redefinição de suas posições dentro das comunidades.

Notamos, ainda, um fortalecimento dos *laços fracos* desses Agentes com as pessoas que participavam do Ponto, com os trabalhadores das Unidades de Saúde do GHC, além do restante da comunidade através da divulgação do Ponto e da circulação pelo bairro, o que permitiu a ampliação de suas *relações de ligação* dentro do mesmo.

Foi igualmente possível aos Agentes criar *relações sociais de ponte*, através dos encontros com outros Agentes e com pessoas de Pontos de Cultura distintos aos seus. Houve, então, uma troca de experiências e saberes entre indivíduos do mesmo espectro social, porém de comunidades diferentes, o que propiciou um sentimento de companheirismo e identidade entre os mesmos.

Embora o contato com autoridades políticas (com a Deputada e a Superintendente) tenha ocorrido, ele foi breve e para apenas um dos Agentes, sendo difícil qualificarmos este caso como uma *relação social de conexão*. No entanto, se considerarmos que ambos tinham um contato mais próximo e constante com a coordenação da Rede GHC, podemos dizer que estes jovens acessaram, de fato, *relações sociais de conexão*.

Por último, gostaríamos de averiguar se houve mudança na trajetória de vida desses jovens devido à participação nessa política. Como vimos no último capítulo, antes de participarem dos Pontos, os entrevistados permaneciam predominantemente em casa ou nas ruas do bairro, além de estudar. Após essa experiência dentro do Programa, foi possível conhecerem outros lugares de Porto Alegre, cidades diferentes e até mesmo outro estado. Além disso, eles modificaram a relação com as pessoas da comunidade, já que passam a ser referência do Ponto, destacando-se dentro do bairro.

Mais significativas foram as alterações de perspectivas observadas nesses jovens: perceberam que o bairro precisa de melhorias, compreendendo a importância de se trabalhar coletivamente para alcançar as mesmas, além de acreditarem ser possível modificar a situação atual; notaram que é essencial trocar experiências com outros grupos; observaram o quão importante é conseguir se comunicar de forma clara; compreenderam que a cultura e o lazer são necessários para a população de suas comunidades.

Junto a isso, os Agentes puderam acessar habilidades não disponíveis anteriormente a eles. Podemos citar tanto as capacidades aprendidas nas oficinas que os

Pontos desenvolviam (técnicas de rádio, informática, artesanato), quanto a habilidade comunicativa que ambos desenvolveram durante o período em que participaram do Programa. Esta última é relevante para a mudança na trajetória de vida, posto que ela poderá proporcionar, por exemplo, mais oportunidades de emprego, conforme mencionado pelo próprio Agente, uma vez que em uma entrevista de emprego ele saberá se portar de forma mais correta e clara, aumentando, assim, suas chances de entrar no mercado de trabalho.

Deste modo, percebemos que o presente estudo trouxe resultados relevantes com relação ao tema dos Pontos de Cultura e aumento do capital social dos jovens participantes. Embora a amostragem tenha sido pequena, não intentando realizar aqui generalizações para o restante dos Pontos, ela revelou que a política tem conseguido gerar respostas positivas no que se refere ao aumento das relações sociais dos envolvidos na mesma. Ressaltamos que seria relevante a continuidade da pesquisa, a fim de buscarmos mais Agentes e verificarmos se as modificações nas redes sociais e nas trajetórias de vida dos mesmos seriam semelhantes.

Da mesma forma, esperamos que o estudo possa ter suscitado inspiração de pesquisadores acerca da política pública dos Pontos de Cultura, a fim de que tenhamos mais estudos abordando os impactos da mesma nas comunidades em que desenvolvem suas atividades culturais.

## Bibliografia

BARBOSA, Frederico. Ministério da Cultura no governo Luiz Inácio Lula da Silva: um primeiro balanço. In: CALABRE, Lia (Org.) *Políticas Culturais: um campo de estudos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 59-85.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Constituição de 1988*. Emenda Constitucional n° 48, de 10 de agosto de 2005. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm)>. Acesso em: 10 out. 2011a.

BRASIL. Decreto n° 5520, de 24 de agosto de 2005. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 ago. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20042006/2005/Decreto/D5520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Decreto/D5520.htm)>. Acesso em 14 de out. de 2011b.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Conselho Nacional de Política Cultural*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/sobre-o-cnpc/>>. Acesso em: 02 nov. 2011c.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Conferência Nacional de Cultura*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2005/08/12/1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura-estado-e-sociedade-construindo-politicas-publicas-de-cultura/>>. Acesso em: 03 nov. 2011d.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Programa Mais Cultura*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/mais-cultura/>>. Acesso em: 04 nov. 2011e.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Cultura Viva: Objetivos e Público*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>>. Acesso em: 01 nov. 2011f.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Cultura e Saúde*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/category/cultura-e-cidadania/cultura-e-saude/>>. Acesso em: 29 out. 2011g.

BRASIL. *Site Ministério da Cultura. Cultura Viva*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>>. Acesso em 02 nov. 2011i.

CASTRO, M., e VASCONCELOS, A. Juventude e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. In: ABRAMOVAY, M., ANDRADE, E. e ESTEVES, L. (orgs.), *Juventudes: Outros Olhares sobre a Diversidade*, Brasília, Unesco/MEC, pp. 81-118, 2009.

FRAGA, P. D. Juventude e Cultura: identidade, reconhecimento e emancipação. *Revista Juventude.br*, ano 3, n. 6, p. 36-39, dez. 2008.

GHC. *Site do Grupo Hospitalar Conceição*. Disponível em: < <http://www.ghc.com.br/> >. Acesso em 5 nov. 2011.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Social*, São Paulo, vol. 18, n. 4, p. 733-743, 2009.

MARQUES, E. As Redes Sociais importam para a pobreza urbana? *Revista Dados*, MARQUES, E.; BICHIR, R.; PAVEZ, T.; ZOPPI, M.; MOYA, E. e PANTOJA, I. *Redes pessoais e pobreza em São Paulo*. São Paulo: CEM, mimeo. 2007.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. de O. Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MEIRA, M. A implantação dos Sistemas Públicos de Cultura no Brasil. IN: BRASIL. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006*. Curitiba: Novo Horizonte Comunicação, 2007.

MINC. *Almanaque Cultura Viva*. Editora Cultura em Ação Ltda., 2010a. MINC. *Catálogo Cultura Viva 2010b*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/wp-content/uploads/2010/11/cat%C3%A1logo-2010.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2011.

MONTEBLANCO, D. Desafios ao Projovem Urbano. *Revista Juventude.br*, ano 5, n. 9, p. 4-8, jun. 2010.

MOREIRA, D. e BARBOSA, L. Juventude e Participação: apatia ou exclusão política? *Revista Juventude.br*, ano 5, n. 9, p. 13-20, jun. 2010. N. 52, 2009.

PAVEZ, T. *Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas: o programa Santo André Mais Igual*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Política – FFLCH-USP. 2006.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e exclusão social: aspectos sócio-políticos. Washington, DC: *Banco Mundial*, [2003]. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/exclusion.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2011>

SANTOS, B. S. Poderá o direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, p. 3-76, maio 2003. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

SCÁRDUA, M. Conselho Nacional de Juventude: democracia e participação. *Revista Juventude.br*, ano 5, n. 9, p. 21-26, jun. 2010.

SILVA, I. A. A importância da cultura na formação identitária da juventude. *Revista Juventude.br*, ano 3, n. 6, p. 40-48, dez. 2008.

SILVA, M. K. Entre a norma e o factual: questões para uma análise sociológica dos processos de participação social na gestão pública. *Política e Sociedade*, 1:185-200. 2004.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. **Solidariedade assimétrica:** capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”. In: *Revista Katál*. Florianópolis, vol. 12, n. 1, jan. 2009, 9 p.

TOKARSKI, A. Um novo olhar sobre a juventude: o marco regulatório das Políticas Públicas de Juventude no Brasil. *Revista Juventude.br*, ano 5, n. 9, p. 27-33, jun. 2010.

TURINO, C. *Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

VASCONCELOS, A. Protagonismo juvenil e questão democrática. *Revista Juventude.br*, ano 3, n. 6, p. 6-9, dez. 2008.

VILUTIS, L. *Cultura e juventude: a formação dos jovens nos pontos de* Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração : Cultura, Organização e Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

## **Anexo I – Edital dos Pontos de Cultura e Saúde**

### **GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO**

#### **EDITAL DE DIVULGAÇÃO CONCURSO Nº 01/2008**

O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A., CNPJ 92.787.118/0001-20, integrante do chamado Grupo Hospitalar Conceição, convida organizações e instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e que desenvolvam ações de caráter cultural com interface com a saúde, para que apresentem propostas para constituição de Rede de Pontos de Cultura do GHC, ação integrante do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura, nos termos da Lei nº 8.666/93, no que couber, Lei nº 8.313/91, IN/STN 01/97, do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Cultura, no âmbito dos Programas Mais Cultura e Mais Saúde e nas condições e exigências estabelecidas neste Edital.

No ano de 2007, o Ministério da Cultura – MinC e o Ministério da Saúde - MS celebraram um Acordo de Cooperação em que está previsto o desenvolvimento de ações conjuntas que contribuam para a garantia do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação do ambiente hospitalar e a melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro, por meio de instrumentos que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimentos à saúde com a rede de equipamentos culturais, tais como Pontos e Pontões de Cultura.

A Ação Cultura e Saúde do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Programa Cultura Viva, no âmbito do Programa Mais Cultura do Ministério da Cultura – MinC tem como objetivo ampliar e qualificar os processos de promoção da saúde por meio de atividades culturais, reconhecendo o ser humano como ser integral e a saúde como qualidade de vida.

O conceito ampliado de saúde elaborado na 13ª Conferência Nacional de Saúde define que “saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda,

meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde”.

O Programa Mais Cultura foi instituído pelo Decreto de -04 de outubro de 2007 e o Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União de 07 de julho de 2004, alterada pela Portaria nº 82 de 18 de maio de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2005.

A Secretaria de Programas e Projetos Culturais, através de acordo de cooperação entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde e, em parceria com o Grupo Hospitalar Conceição, tem como proposta ampliar a ação do Programa Cultura Viva no Rio Grande do Sul. A parceria destas instituições federais viabiliza o compromisso do Programa Mais Cultura e do Programa Mais Saúde da Agenda Social do Governo Federal.

O GHC, por intermédio deste instrumento, objetiva constituir uma Rede de Pontos de Cultura, a serem conveniados de acordo com disponibilidade orçamentária, por essa razão, o prazo de validade das propostas selecionadas será de dois anos. A seleção dos projetos não obriga o GHC a formalizar os convênios, caracterizando apenas expectativa de direito para os selecionados.

## 1- DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Edital o apoio, por meio de repasse de recursos financeiros e de ações do Programa Cultura Viva, a projetos de entidades sem fins lucrativos que estimulem a manifestação de diferentes meios e linguagens artísticas e culturais, e que promovam a diversidade cultural, criando espaços de integração e de expressão da sua produção cultural; ampliem a oferta de recursos necessários à produção cultural da comunidade; promovam espaços de inclusão social, desenvolvendo potenciais de geração de renda para as comunidades; desenvolvam atividades de educação em saúde voltadas à proteção e promoção da saúde e prevenção de doenças; estimulem as potencialidades artísticas de trabalhadores, colaboradores e usuários do SUS/GHC e promovam a integração entre a comunidade e os serviços que compõem o GHC, nos bairros do Município de Porto Alegre abrangidos pelo seu

Serviço de Saúde Comunitária, quais sejam: Passo da Areia, Cristo Redentor, Vila Ipiranga, Vila Jardim, Chácara das Pedras, Jardim Floresta, Jardim Lindóia, São João, Anchieta, Costa e Silva, Jardim Leopoldina, Rubem Berta, Parque dos Maias, Coinma, Jardim Itú Sabará, Vila Margarita e Sarandi, considerados como área de abrangência do presente Edital.

1.2. – Serão selecionadas 10 propostas de projetos de Pontos de Cultura:

1.2.1 – 01 Projeto para qualificação e aperfeiçoamento das atividades culturais produzidas pelos trabalhadores, colaboradores e usuários do GHC, conforme definições do **anexo I**;

1.2.2 – 09 Projetos voltados para atividades culturais diversas, realizadas na área de abrangência descrita no item anterior.

1.3 - Para um melhor conhecimento do Programa Cultura Viva, sugere-se a leitura do documento CULTURA VIVA, disponibilizado no Portal do Ministério da Cultura – MinC, [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br), Programas e Ações / Cultura Viva.

## 2–DO PRAZO, FORMA E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1– As entidades que desejarem participar da Rede de Pontos de Cultura do GHC devem enviar sua proposta, acompanhadas dos seguintes documentos:

a) REQUERIMENTO, solicitando ingresso na Rede de Pontos de Cultura do GHC identificando se o projeto atende o item 1.2.1 ou 1.2.2 (**anexo II**);

b) FORMULÁRIOS DO PROJETO, devidamente preenchidos e assinados, conforme **anexo III**;

c) PLANO DE TRABALHO, devidamente preenchido e assinado conforme **anexo IV**;

d) CÓPIA autenticada do CNPJ da entidade;

e) CÓPIA autenticada do estatuto da entidade;

f) CÓPIA autenticada da Ata de Posse ou de Eleição da Diretoria da entidade;

g) CÓPIA autenticada do RG e CPF do responsável legal e do procurador nomeado se houver (neste caso com cópia autenticada da procuração);

h) PORTFÓLIO de Apresentação e Caracterização da Entidade que descreva as atividades desenvolvidas, relatando datas, local de realização, matérias em jornais, revistas, cartazes, vídeo, fotografias, publicações etc.

2.2 – Cada Entidade poderá apresentar apenas uma proposta de projeto.

2.3 - A falta de apresentação na proposta de quaisquer dos itens elencados no subitem

2.1 ou em desacordo com o estabelecido no Edital implicará o indeferimento do requerimento, sendo comunicado o proponente da motivação de indeferimento.

2.4 – Para participar do processo de seleção da Rede de Pontos de Cultura do GHC o proponente deve enviar seu projeto acompanhado dos documentos exigidos no item 2.1, seguindo a ordem disposta no edital, no período de 17 de outubro às 18 horas do dia 10 de dezembro de 2008, fazendo constar do endereçamento:

REDE DE PONTOS DE CULTURA DO GHC

Grupo Hospitalar Conceição

Hospital Cristo Redentor

Coordenação de Comunicação Social

Rua Domingos Rubbo nº 20, 2º andar

Bairro Cristo Redentor

Porto Alegre – RS CEP: 91.040-000

2.5 - Não poderão participar, sob pena de imediata inabilitação, instituições que já sejam Pontos de Cultura com convênio ativo e com parcelas financeiras a receber do Ministério da Cultura, e/ou sem prestação de contas final aprovada. Os Pontos de Cultura que estejam finalizando o convênio com Ministério da Cultura, poderão concorrer a esta seleção nas mesmas condições de todos os inscritos, desde que no ato do conveniamento com o Grupo Hospitalar Conceição, apresente declaração do Ministério da Cultura em que conste seu encerramento oficial, com aprovação da prestação de contas final do convênio.

2.6 – A proposta encaminhada implica prévia e integral concordância com as normas deste Edital.

### 3 – DA SELEÇÃO E DO JULGAMENTO

3.1 – A seleção das propostas será realizada por uma Comissão de Avaliação constituída por Portaria da Diretoria do GHC, composta por representantes dos seguintes organismos:

- Três membros do Conselho Gestor do GHC;
- Um representante do Fórum de Pontos de Cultura do Rio Grande do Sul;
- Quatro representantes do GHC/Ministério da Saúde;
- Quatro representantes do Ministério da Cultura.

3.1.1 - A Comissão de Avaliação será presidida pelo Coordenador do Núcleo Cultural do GHC, a quem caberá o voto de qualidade.

3.2 – Os projetos serão avaliados separadamente em dois grupos:

- Propostas para o item 1.2.1;

- Propostas para o item 1.2.2.

3.3 – Na avaliação dos projetos, a Comissão levará em conta propostas que comprovadamente atendam todos os seguintes requisitos:

I – Tenha interface com a saúde;

II – Promova ações da cultura digital em software livre;

III – Preveja a contratação de um Agente Cultural de Saúde, na forma do item 6;

IV – Esteja direcionado para as comunidades atendidas pelo Serviço de Saúde Comunitária do GHC, conforme definido no item 1.1;

V – Atenda, ao menos, a um dos seguintes públicos:

a) crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em situação de vulnerabilidade social;

b) populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos;

c) portadores de necessidades especiais;

d) lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros – LGBTTTT;

e) trabalhadores e colaboradores do GHC;

f) população usuária das unidades do GHC;

g) mulheres;

h) negros.

3.4 – Em seguida, os projetos serão pontuados conforme os seguintes critérios de classificação:

a) Processos criativos com evidente potencial de continuidade (pontuação máxima 6,00);

b) Criatividade na utilização da cultura digital em software livre (pontuação máxima 5,00);

c) Desenvolvimento de ações de documentação e registro nas comunidades em que atuam (pontuação máxima 6,00);

d) Geração de renda por meio da cultura (pontuação máxima 8,00);

e) Capacidade em agregar outros atores sociais e parceiros públicos ou privados (pontuação máxima 6,00);

f) Garantir a sustentabilidade futura da proposta (pontuação máxima 7,00);

- g) Integração de linguagens artísticas e da cultura com outras esferas do conhecimento e da vida social (saúde, ciência e tecnologia, esporte e lazer, educação, trabalho, comunicação e informação e outros) (pontuação máxima 9,00);
- h) Interação entre culturas tradicionais e novas tecnologias culturais, sociais e científicas (pontuação máxima 5,00);
- i) Gestão cultural compartilhada, assim entendida como um incentivo à participação dos atores na gestão do projeto apresentado (pontuação máxima 6,00);
- j) Contribuição para o acesso à produção de bens culturais (pontuação máxima 7,00);
- k) Dinamização dos espaços culturais locais (pontuação máxima 9,00);
- l) Abrangência da proposta considerando o público-alvo; (pontuação máxima 6,00);
- m) Coerência entre as ações do projeto e os custos apresentados (pontuação máxima 8,00);
- n) Viabilidade do projeto no prazo proposto (pontuação máxima 6,00);
- o) Razoabilidade dos itens de despesas e seus custos (pontuação máxima 6,00);

3.5 – Após a classificação final, os primeiros 20 projetos serão encaminhados a uma análise de mérito, em que serão observados as seguintes combinações e critérios:

- a) equilibrada distribuição entre as regiões abrangidas pelos serviços prestados pelo GHC;
- b) variedade e complementariedade dos projetos;
- c) diversidade de linguagens artísticas e público alvo;
- d) maior porcentagem de aplicação de recursos destinados às atividades fim;
- e) integração de suas propostas de ações culturais com os serviços e/ou atividades produzidas pelo GHC.
- f) ter desenvolvido parcerias anteriores em atividades culturais, educativas e afins com o GHC.

3.6–Será invalidada a proposta da instituição que tiver pendência, inadimplência ou falta de prestação de contas junto a qualquer órgão público.

3.7 - A seleção será realizada no período de 11 e 12 de dezembro de 2008. O resultado da seleção será divulgado no site do GHC ([www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)) no dia 13 de dezembro de 2008.

3.8 – Caberá pedido de reconsideração das decisões da Comissão de Seleção no prazo de cinco dias úteis, a contar do ato impugnado, fazendo constar do endereçamento:

**REDE DE PONTOS DE CULTURA DO GHC - RECURSO**

Grupo Hospitalar Conceição

Hospital Cristo Redentor

Coordenação de Comunicação Social

Rua Domingos Rubbo nº 20, 2º andar

Bairro Cristo Redentor

Porto Alegre – RS CEP: 91.040-000

3.9 – Os resultados finais serão divulgados dia 23 de dezembro através do site [www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br), sendo expedidos telegramas de informação dos resultados da seleção às Instituições selecionadas.

#### 4 – DO APOIO FINANCEIRO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 – O repasse dos recursos às instituições/organizações que tiverem seus projetos selecionados será efetuado em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, que somadas perfazem o valor total de até R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais):

4.1.1 - O primeiro repasse ficará condicionado à assinatura e publicação do convênio, devendo toda e qualquer despesa somente ser efetuada dentro da vigência do convênio.

4.2– O cronograma de distribuição dos recursos dar-se-á da seguinte maneira:

1ª parcela de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) na assinatura do convênio;

2ª parcela de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 2009;

3ª parcela de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 2010.

4.2.1 - As parcelas serão repassadas obedecendo ao seguinte sistema: a segunda parcela será liberada após a apresentação da prestação de contas da primeira parcela. A terceira parcela somente será liberada após a aprovação da prestação de contas da primeira parcela e apresentação da prestação de contas da segunda parcela, de acordo com a Instrução Normativa STN n.º 01/97, disponível no site [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)

4.2.2 - A prestação de contas final deverá ser encaminhada para o GHC até 30 dias após o término da vigência do convênio.

4.2.3- As despesas deverão ser comprovadas mediante relatório detalhado das atividades realizadas, acompanhadas de documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome da

Conveniente, devidamente identificados com o título do projeto e o número do Convênio.

4.2.4- Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro e a receita adicional deverá ser revertida integralmente para as atividades dos Pontos de Cultura.

4.2.5- O apoio, definido no objeto desse edital, destinar-se-á exclusivamente à realização do projeto apresentado pela entidade.

4.2.6- Dos recursos liberados da primeira parcela R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) são destinados para custeio e R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) para capital. Nas demais parcelas a relação custeio/capital obedecerá ao cronograma financeiro do projeto.

4.2.7- Em caso de obras e/ou benfeitorias também é requerida a apresentação da documentação referida no Anexo III:

4.3- Caso o projeto não seja executado conforme estabelecido no plano de trabalho, serão adotadas medidas administrativas e jurídicas destinadas à efetiva execução do projeto, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação vigente e, em último caso, será promovida a devolução dos recursos repassados com os acréscimos legais.

4.3.1- Qualquer alteração no plano de trabalho, depois de firmado o convênio, somente poderá ser feito após prévia consulta e aprovação pelo Grupo Hospitalar Conceição.

## 5-DA CULTURA DIGITAL

5.1 - A ação Cultura Digital conforme diretrizes do Programa Cultura Viva ([www.cultura.gov.br/cultura\\_viva/?page\\_id=21](http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=21)) é o instrumento que permitirá a apreensão do que existe de mais “palpável na cultura brasileira, o nosso patrimônio imaterial”, dando visibilidade e circulação à produção dos Pontos de Cultura.

5.2- A entidade se obriga a investir, ainda no primeiro repasse dos recursos financeiros, no mínimo, a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na aquisição, adequação de equipamentos ou atividades de formação necessários para a implementação da ação Cultura Digital.

5.3- Os equipamentos multimídia, para os quais recursos estão previstos na primeira parcela, devem ser em software livre e serão configurados conforme as necessidades do projeto.

## 6 - DO AGENTE CULTURAL DE SAÚDE

6.1 – As Instituições selecionarão até 10 jovens, um por cada Ponto de Cultura, que receberão, durante o período de um ano, uma bolsa de complementação de R\$ 150,00 por mês. O recurso para o pagamento da bolsa deverá estar previsto nos projetos a serem apresentados pelas entidades.

6.2 – A participação do Agente Cultural de Saúde na Rede de Pontos de Cultura do GHC deve ser compreendida como um instrumento de experiência de gestão para jovens no Ponto de Cultura. O Agente acompanhará e desenvolverá atividades, articulando a comunidade e instituições parceiras da proposta, sendo um dos principais articuladores entre a promoção de atividades integradas de cultura e promoção de saúde nas comunidades.

6.2.1 – Os Agentes Culturais de Saúde deverão exercer as seguintes funções:

- colaborar na coordenação e gerência do Ponto de Cultura de forma geral;
- apoiar a articulação da instituição proponente do Ponto de Cultura junto às Unidades Básicas de Saúde do GHC na promoção de atividades integradas;
- acompanhar e desenvolver atividades do Ponto de Cultura, mobilizando a comunidade e instituições parceiras.

6.3 - A entidade proponente deverá observar os seguintes critérios para seleção dos seus Agentes Culturais de Saúde:

- g) ter entre 16 e 24 anos;
- h) possuir renda familiar per capita de até ½ salário mínimo;
- i) cursar o ensino fundamental ou médio;
- j) não possuir experiência prévia no mercado de trabalho formal ou estar desempregado;
- k) comprovar residência na comunidade onde se desenvolve o projeto;
- l) não possuir vínculo familiar até 2º grau com os diretores da entidade e nem com prestadores de serviço da entidade;

6.3.1- Os Agentes Culturais de Saúde somente poderão participar do projeto durante um ano, devendo ser substituídos a cada ano.

6.3.2- Dar-se-á prioridade aos quilombolas e afrodescendentes, indígenas, portadores de deficiência, jovens de comunidades rurais, egressos de unidades prisionais ou de

unidades de internação de medidas sócio-educativas ou que estejam cumprindo medidas sócio-educativas, em regime aberto.

6.3.3 - Estão inabilitados para inscrição na bolsa agente de cultura na saúde, agentes que já estejam incluídos em qualquer política pública municipal ou estadual de concessão de bolsas ou outros tipos de auxílio financeiro que visem a articulação de projetos entre cultura e saúde.

6.3.4 - Fica vedada a participação do agente de cultura na saúde, em mais de um Projeto apresentado pelos Pontos de Cultura e outras entidades privadas, sob pena de indeferimento de todas as inscrições apresentadas.

6.3.5 – A seleção dos Agentes deverá ser realizada através de chamamento público divulgado amplamente na comunidade abrangida pelo Projeto, de acordo com os pré-requisitos expressos neste edital, devendo ser acompanhada pelo Núcleo Cultural do GHC.

## 7–DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE

7.1– Cumprir fielmente a proposta aprovada, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, de acordo com a legislação vigente.

7.2– Executar os projetos dentro da vigência do instrumento, conforme proposto no Plano de Trabalho apresentado, que será parte integrante do convênio.

7.3- Divulgar, em destaque, o nome do Grupo Hospitalar Conceição, dos Programas Mais Cultura e Cultura Viva em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, objeto do convênio, no local do Ponto de Cultura e nos eventos e ações deles decorrentes.

7.4 – Participar das atividades de formação e capacitação (Seminários, encontros e oficinas) oferecidas pelo GHC à Rede de Pontos de Cultura, da Rede de Pontos de Cultura da região sul e nacional.

7.5 – Integrar a Rede de Pontos de Cultura do Grupo Hospitalar Conceição.

## 8 – DAS OBRIGAÇÕES DO GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO:

8.1. Constituir a Rede de Pontos de Cultura do GHC, a partir das instituições conveniadas por meio deste Edital.

- 8.2. Articular a gestão desta Rede de forma compartilhada com os Pontos de Cultura conveniados a partir deste Edital.
- 8.3. Acompanhar a execução dos projetos realizando visitas técnicas de monitoramento e auditorias, a qualquer tempo.
- 8.4. Promover encontros de qualificação/formação oferecidos aos pontos de cultura GHC, bem como as demais entidades parceiras do GHC para estimular o trabalho em rede;
- 8.5. Aplicar as penalidades previstas e proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, nos casos em que se aplique;
- 8.6. Colaborar, caso necessário, assistência técnica para a gestão dos recursos do Convênio;
- 8.7. Comunicar e disseminar os resultados e impactos sócio-culturais alcançados.

## 9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1- Fica assegurado ao GHC o direito de uso de imagens, de marcas e logomarcas dos proponentes na divulgação das atividades culturais desenvolvidas pelos Pontos de Cultura.
- 9.2. – Cada Projeto selecionado terá sua implementação fiscalizada por comissão designada pelo GHC para este fim, que terá competência para determinar a interrupção dos trabalhos, desde que motivadamente.
- 9.3- O presente Edital ficará à disposição dos interessados no sítio do Grupo Hospitalar Conceição: [www.ghc.com.br](http://www.ghc.com.br)
- 9.4- Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone: (51) 3357-4361 ou pelo correio eletrônico [cultura@ghc.com.br](mailto:cultura@ghc.com.br)
- 9.5.- Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Avaliação.

Porto Alegre, 17 de outubro de 2008.

## Anexo II – Acordo de Cooperação entre Ministério da Cultura e Ministério da Saúde



ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O **MINISTÉRIO DA  
CULTURA** E O **MINISTÉRIO DA  
SAÚDE** PARA O DESENVOLVIMENTO DE  
AÇÕES CONJUNTAS NO ÂMBITO DA CULTURA E  
DA SAÚDE.

O **MINISTÉRIO DA CULTURA**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, doravante denominado **MinC**, com sede na Esplanada dos Ministérios - Bloco "B" - 3º andar, Brasília - DF, inscrito no CNPJ sob o Nº 01.264.142/0001-29, neste ato representado pelo seu Ministro de Estado Exmo. Sr. Gilberto Passos Gil Moreira, brasileiro, casado, portador da CI nº 02493945-6 - SSP/RJ, CPF(MF) sob o nº 000.309.618-15, nomeado pelo Decreto de 1º de janeiro de 2003, publicado no Diário Oficial da União, na mesma data, e o **MINISTÉRIO DA SAÚDE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco G, 5º andar, Brasília-DF, doravante denominado **MS**, inscrito no CNPJ sob o Nº 00.394.544/0008-51, neste ato representado pelo seu Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, português, naturalizado brasileiro, casado, portador da CI nº 2571943 IFF/RJ, CPF sob o nº 487.471.497-87, nomeado pelo Decreto de 16 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União, na mesma data,

**CONSIDERANDO** que a saúde e a cultura são políticas públicas que apresentam interfaces evidentes que necessitam ser potencializadas em benefício da população;

**CONSIDERANDO** que arte e a cultura deixam de ser momentos apenas de entretenimento e passam a integrar a política do SUS e da Cultura;

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial de Saúde dedicou, no ano de 2007, o Dia Mundial de Saúde Mental - 10 de outubro - ao tema da Cultura e da Diversidade Cultural, o que incita uma maior aproximação entre as atividades e os princípios do MinC e do MS;

**CONSIDERANDO** que o Ministério da Saúde busca popularizar e propiciar o controle social do SUS, da Estratégia Saúde da Família, e vê a cultura como instrumento de educação popular para a Saúde;

**CONSIDERANDO** que a articulação dos Pontos de Cultura, Pontões e as Unidades Básicas Saúde/Saúde da Família poderá viabilizar a formação educacional em saúde e cultura;

**VISTO**  
Alberto Corrêa Cardim Neto  
Consultor Jurídico - Substituto  
Consultoria Jurídica / MinC



**CONSIDERANDO** a necessidade de aumentar a oferta de materiais e produtos culturais nas Unidades de Saúde, nas bibliotecas e nos ambientes hospitalares;

**CONSIDERANDO** que os Ministérios da Cultura e da Saúde têm políticas culturais e de saúde voltadas aos povos e comunidades tradicionais;

**CONSIDERANDO** a importância de fornecer equipamentos para qualificação cultural aos ambientes de atendimento à saúde do cidadão coordenados pelo MS;

**CONSIDERANDO** a necessidade de instrumentais que favoreçam e facilitem a articulação da rede pública de atendimento à saúde dos cidadãos brasileiros com a rede de equipamentos culturais, tais como Pontos e Pontões de Cultura, museus, bibliotecas, brinquedotecas e cineclubes;

**CONSIDERANDO** que a cultura possui um campo simbólico eficaz para a prevenção de doenças, erradicação da violência e combate às drogas e que são escassas as interlocuções entre agentes de cultura e agentes comunitários de saúde;

**CONSIDERANDO** que a criação de hábitos que propiciem uma vida saudável perpassam campanhas publicitárias e de conscientização intrinsecamente vinculadas aos hábitos culturais da população brasileira;

**CONSIDERANDO** que as Secretarias e Programas dos respectivos Ministérios desenvolvem políticas que propiciam a intersetorialidade,

**RESOLVEM** assinar o presente Acordo de Cooperação, nos termos das cláusulas que se seguem:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objeto estabelecer e formalizar parceria entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Saúde para a integração de competências e de recursos institucionais para o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas - consecutivas ou simultâneas-, que contribuam para a garantia do acesso aos bens e serviços culturais, a qualificação dos ambientes de saúde e a melhoria do atendimento ao cidadão brasileiro.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA ETAPA INICIAL DE IMPLANTAÇÃO**

O MinC e o Ministério da Saúde, a partir da assinatura do presente instrumento, promoverão, como etapa inicial, a elaboração conjunta de um plano de trabalho, que especificará todas as ações e atividades para a execução desta Acordo.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

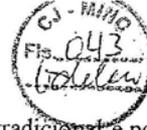
Para a realização do plano de trabalho de que trata esta Cláusula, cabe às partes, em conjunto:

**VISTO**  
Alberto Correia Cardim N  
Consultor Jurídico - Subs  
Consultoria Jurídica / Mii



- a) executar e coordenar, em suas esferas de competência, as atividades inerentes à aplicação deste Acordo;
- b) dispor e relacionar dados e informações relativos às questões culturais de saúde, objetivando a formulação de um plano de trabalho e demais atividades relacionadas às finalidades deste Acordo;
- c) elaborar e promover conjuntamente um Seminário sobre Cultura e Saúde para integrar as políticas públicas de cultura e saúde;
- d) coordenar esforços para capacitar gestores e lideranças comunitárias envolvidos com os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e outros serviços da rede de saúde mental no campo cultural;
- e) cooperar na elaboração de uma política que reconheça e valorize os saberes sobre saúde dos povos e comunidades tradicionais;
- f) atuar, por meio de campanhas e programas de capacitação, na prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e ao uso de drogas;
- g) propiciar a integração dos agentes culturais e os agentes comunitários de saúde para atuações conjuntas;
- h) utilizar os Pontos e Pontões de Cultura como um espaço de acesso e de formação para os agentes comunitários de saúde no uso das tecnologias de informação e comunicação;
- i) promover formação para os agentes de cultura e agentes comunitários de saúde sobre conteúdos e programas de saúde e cultura;
- j) disponibilizar conteúdos culturais, artísticos e de saúde para ações de educação;
- l) discutir a composição de um Kit Básico de Equipamentos - audiovisuais e multimídia, como suporte às atividades de capacitação e qualificação artística, cultural, técnica e profissional nas unidades de atendimento à Saúde e Cultura;
- m) disponibilizar conteúdos do Plantão Saúde da Rede de Comunicadores pela Saúde para as rádios comunitárias e rádio web dos Pontos e Pontões da Cultura;
- n) designar técnicos para acompanhar a execução do plano de trabalho em referência;
- o) analisar e aprovar os produtos resultantes do objeto deste Acordo;
- p) elaborar edital público para envolver os Pontos de Cultura e Pontões para integrar ações de educação e promoção da saúde e da Cultura, propiciando a

**VISTO**  
Alberto Correia Cardim N  
Consultor Jurídico - Subs  
Consultoria Jurídica / Mi



participação dos artistas, artesãos, griôs, pessoas ligadas a cultura tradicional e popular com as Equipes Saúde da Família – ESF e programas e ações de saúde;

q) realizar mapeamento das ações, programas e campanhas de cultura e saúde dos respectivos Ministérios.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

O MinC e o MS designarão formalmente as pessoas de suas equipes que ficarão responsáveis pela implementação, execução e centralização dos contatos entre ambos Ministérios que coordenarão as ações conjuntas em todas as etapas da cooperação.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

As informações, dados, conhecimentos e experiências obtidos na realização do projeto serão insumos para o desenvolvimento e a proposição de outras linhas de ação do trabalho conjunto e coordenado que será desenvolvido entre o MinC e o MS em virtude do presente instrumento.

#### **PARÁGRAFO QUARTO**

Outras ações, cláusulas adicionais e complementares, respeitado o objeto do presente Acordo, inclusive não relacionadas ao Programa MAIS CULTURA, poderão ser incluídas, mediante a celebração de Termo Aditivo, para o desenvolvimento do trabalho conjunto e coordenado entre os partícipes.

#### **PARÁGRAFO QUINTO**

Os partícipes deverão formular, em conjunto, os projetos, ações e atividades para a realização das linhas de ação de trabalho decorrentes deste Acordo e seus aditivos, cuja execução ficará subordinada à celebração de instrumento específico, quando for o caso, adequado e pertinente a cada situação proposta.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES**

O MinC e o MS se comprometem, reciprocamente, visando o objeto do presente Acordo, no âmbito de suas atribuições, a:

I- atuar em parceria no planejamento, implementação, monitoramento, acompanhamento e avaliação das linhas de ação de trabalho conjunto e coordenado, decorrentes do objeto do presente Acordo;

II- discutir, em conjunto, os critérios para seleção dos territórios que serão atendidos pelo Programa;

**VISTO**  
Alberto Correia Cardim Nei  
Consultor Jurídico - Substit  
Consultoria Jurídica / MinC



III- garantir articulação e apoio junto a organismos de sua área de competência, visando facilitar o desenvolvimento das linhas de ação;

IV- trabalhar em parceria caso as ações objeto deste Acordo requeiram outros esforços conjuntos e coordenados junto a órgãos e entidades do Governo Federal ou outros;

V- promover a troca de informações, documentos e apoio técnico-institucional necessários à consecução do objetivo do presente Acordo, sendo de responsabilidade do receptor dos dados a manutenção de seu sigilo, quando for o caso.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA OPERACIONALIZAÇÃO**

Para a operacionalização das linhas de ações referidas na cláusula segunda, o MinC e o MS poderão promover a implementação de atividades tais como:

I - reuniões de trabalho;

II - organização de visitas aos territórios atendidos pelo Programa para conhecimento de experiências;

III - fóruns de discussão e videoconferências;

IV - realização de eventos, tais como oficinas temáticas e seminários.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Em caso de eventual contratação de pessoal especializado por cada um dos partícipes, com a finalidade de executar atividades relativas ao desenvolvimento deste Acordo, tal contratação será assumida pelo partícipe contratante, em conformidade com seus procedimentos legais, não tendo a outra Instituição nenhuma obrigação, solidarização ou vinculação de ordem civil, trabalhista, tributária ou previdenciária com relação a eventuais contratados.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

É prescindível a celebração de instrumento específico para a implementação da etapa inicial do presente protocolo prevista na Cláusula Segunda, cuja efetivação não demandará repasses de recursos entre os partícipes, competindo a cada órgão arcar com os ônus assumidos no presente instrumento, segundo suas disponibilidades materiais e orçamentárias.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

Os partícipes se obrigam a mobilizar recursos humanos e materiais compatíveis com o objetivo do Acordo, nos termos de suas respectivas dotações orçamentárias.

**VISTO**  
Alberto Correia Cardir  
Consultor Jurídico - Sr.  
Consultoria Jurídica I



### PARÁGRAFO ÚNICO

O presente Acordo não contempla repasse de recursos financeiros de um a outro partícipe, devendo cada órgão arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições com recursos próprios, ficando estabelecido, porém, que o surgimento de atividades que requeiram o repasse de recursos, de um dos partícipes a outro, implicará na elaboração de instrumento específico, observado o disposto na Cláusula Sétima.

### CLÁUSULA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO

A divulgação institucional das ações conjuntas e coordenadas do Programa, definidas com base neste Acordo, respeitadas as políticas institucionais respectivas, será definida no âmbito dos planos de trabalho.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

O presente Acordo possui vigência de 3 (três) anos a partir da data de sua assinatura pelos partícipes, podendo ser prorrogado por igual período mediante acordo entre as partes.

### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido por qualquer um dos partícipes, desde que a rescisão seja formalmente motivada e comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### PARÁGRAFO ÚNICO

Nessa hipótese, havendo pendências ou trabalhos em andamento, os partícipes ajustarão as condições para levantamento, distribuição e execução dos compromissos assumidos.

### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O MinC providenciará a publicação de extrato do presente Acordo no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua celebração.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Protocolo de Intenções não resolvidas na seara administrativa.

*mo*

**VISTO**  
Alberto Correia Cardim Neto  
Consultor Jurídico - Substituído  
Consultoria Jurídica / MinC



E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

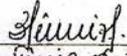
Brasília, 04 de OUTUBRO de 2007

  
José Gomes Temporão  
MINISTRO DA SAÚDE

  
Gilberto Passos Gil Moreira  
MINISTRO DA CULTURA

Testemunhas:

1)   
Nome: Simone A. Coleman  
CPF: 869.243.541-49  
CI/órgão emissor: 1869445 - SSP/DF

2)   
Nome: Kézia Batista Pereira  
CPF: 047.518.786-54  
CI/órgão emissor: 1488573 - SSP/DF

**VISTO**  
Alberto Correia Gardim Neto  
Consultor Jurídico - Substituto  
Consultoria Jurídica / MinC

### **Anexo III - Entrevista com Melissa Sander**

**Nome:** Melissa Sander.

**Idade:** 33 anos.

**Profissão:** Terapeuta Ocupacional.

**Tarefa que exerce atualmente dentro da Rede de Pontos GHC:** Coordenadora da política de cultura do GHC.

**Luiza:** Como se deu a implantação dos Pontos de Cultura e Saúde?

**Melissa:** A partir de quando eu comecei a ter relação com esse processo, em Março de 2008, vários representantes de diversos setores do GHC foram chamados para uma reunião com a Superintendente, Jussara Cony, para discutir a possibilidade de parceria com a cultura. Pelas características do meu trabalho, e por ser fora do horário, eu fui chamada. Fui representando a Internação Psiquiátrica. Na reunião a Jussara apresentou a possibilidade de uma parceria com o Ministério da Cultura. Ainda não havia sido decidido que seriam os Pontos a ação que ia resultar dessa parceria. Depois houve outra reunião em que veio o pessoal do Ministério. E então foi afunilando. Foi falado do momento do Ministério da Cultura, que tinha um programa Cultura Viva, que havia mil e poucos Pontos pelo país. Era uma política de vanguarda porque lançava editais públicos pra ouvir as comunidades. De certa forma perguntando "bom, do que vocês precisam?", para assim investir nessas ações. E pra gente da saúde fazia muito sentido, porque a gente tem como princípio do Sistema Único de Saúde a participação. E o GHC, por ter toda uma rede de saúde no Sistema Único 100% SUS, tem como atribuição investir em promoção de saúde e desenvolver sempre para a comunidade, então tem o Conselho Gestor, tem doze unidades de saúde comunitária de atenção primária. E a gente enxergava nessa possibilidade de parceria o que a gente batalhava há muito tempo. Os trabalhadores já desenvolviam inúmeras ações se utilizando da linguagem das artes. Tinha gente trabalhando com o teatro, com um grupo informal, professores voluntários, que faziam diversos setores do grupo, como atividades de artesanato. Na internação a gente tinha um trabalho de foto na lata, outros setores trabalhavam com máquina digital, dança, música. Enfim, algumas iniciativas com mais qualidades que outras. Eu me lembro de pesquisar muita coisa na internet, fazia sarau com os pacientes e não tinha muita qualidade, porque não tinha ninguém da cultura,

porque eram pessoas da saúde que tinham uma relação pessoal com pessoas da cultura, que se apaixonavam por esse jeito de fazer, e então acabavam levando algumas coisas, mas faltavam condições técnicas. Então esse projeto ia nos ajudar a dar muita qualidade para o que a gente vinha fazendo. Primeiramente era um grupo grande, mas conforme foram acontecendo as reuniões as pessoas, naturalmente, foram saindo, pelo fato de o GHC ter outras várias ações. Assim ficou um grupo menor. Em setembro, o grupo que seguiu até aquele momento, foi nomeado na instituição, o que a gente mantém até hoje, como o Núcleo Operativo Cultural. E foi nomeado na mesma portaria que lança, oficializa, na intenção daquela gestão de investir na política cultural GHC. Aí nisso a gente já havia decidido que ia ter uma Rede de Pontos de Cultura e Saúde, que era um recorte novo. E o núcleo é a representação de diferentes setores. Nesse período foi discutido também com o Ministério a abrangência dos Pontos de Cultura. Inicialmente a gente pensava em ter Pontos no estado do Rio Grande do Sul, porque o GHC tem essa abrangência, mas fomos nos dando conta que não teríamos como acompanhar, e a idéia de ter uma gestão local era facilitar essa relação. Lá no interior a gente não teria como acompanhar, ia reproduzir um pouco como já vinha acontecendo com o Ministério da Cultura, que era muito difícil de conversar, de facilitar o processo, de estimular. E era também um recorte novo: cultura e saúde. Para a gente acompanhar um pouco melhor ficou definido que a gente ia delimitar só para os territórios abrangidos pela saúde comunitária do GHC. Então pegamos 17 ou 18 bairros de Porto Alegre, e uma população de aproximadamente 100 mil habitantes. E que é muita coisa, em um momento político em que a gente tinha essa grande política nacional pelo Ministério da Cultura, e o governo do estado não tinha o desejo de entrar com a contrapartida e de investir. Então foi a possibilidade do estado de ampliar também o número Pontos de Cultura. Então algumas entidades já eram do território do serviço de saúde comunitária, e tiveram a possibilidade de concorrer e serem selecionadas. O que a gente achou superinteressante, porque era um investimento em gente da Zona Norte, que é uma região de muita vulnerabilidade, muita morte por causa externa, muito uso de drogas, inúmeros moradores de rua. Uma região de muita fragilidade, muita pobreza e muita falta de equipamento público. Mas em compensação com uma ótima referência em saúde. O processo foi mais ou menos esse. Os trabalhadores participando ativamente dessa construção com o Ministério da Cultura, com reuniões até outubro. Então a partir de março tivemos a conversa com a Superintendente, daí tivemos dois encontros por mês, teve todo um levantamento do que já existia no GHC de ações inter-setoriais, um

levantamento do que havia de desejo de novos projetos. Mandamos e-mails, conversamos com as pessoas conhecidas. Enfim, criamos uma rede para fazer esse levantamento. E aí fomos vendo com o Ministério a definição de área. Conseguimos definir também, devido às características dos trabalhos, da demanda, de todo o levantamento, que a gente ia ter nove Pontos externos, de entidades da comunidade que seguiriam um trabalho na comunidade, e que teria um Ponto Interno, que seria uma entidade que desenvolveria as atividades mais pra dentro da entidade, pra capacitar os trabalhadores que já desenvolviam ações embrionárias inter-setoriais, pra que eles pudessem vivenciar também. Então não é uma lógica só de capacitação, de formação, mas é uma lógica de promover para o trabalhador um espaço mais agradável, de lazer, de humanização via corpo mesmo, assim poder vivenciar o que tu vai oferecer para o outro. O que foi muito interessante, conseguindo garantir essa inovação. A gente garantiu também nos nossos Pontos a inovação de ter os Agentes de Cultura e Saúde, jovens bolsistas. E aí a gente definiu características de vulnerabilidade, para dar espaço pra quem normalmente não entra em projetos. Eram jovens quilombolas, jovens a cumprir medidas socioeducativas, negros, indígenas, enfim, com renda até dois salários mínimos. Eram essas as características, muito para gente desenvolver ações de promoção de saúde. E aí foi muito pra além de focar em prevenção de doença. Eu acho que promoção da saúde anda em paralelo com todo o processo de cidadania. Não poder falar, não poder participar, ficar imobilizado, enfim, falta de movimento, na minha opinião, adocece. Então envolver as pessoas em um projeto para a sua comunidade, acho que não há nada assim que promova saúde como um projeto desses. Por fazer esse movimento, por fazer pensar, poder escolher, romper com a lógica de que as pessoas só recebem transcrição pra tudo na vida. O processo de implantação foi pensado até outubro, então em setembro a gente já tinha a política, através de portaria Núcleo nomeado, em outubro tem o lançamento público do edital pra selecionar dez entidades, nove em territórios da saúde comunitária, e uma entidade que trabalharia para dentro da instituição de todos os hospitais, que são quatro: Hospital da Criança Conceição, Hospital Fêmeina, Hospital Cristo Redentor, Hospital Nossa Senhora da Conceição, na época CAPS II, e CAPS AD, e mais outras 12 Unidades de Atenção Primária. Então é um universo enorme, de trabalhadores eram 8.500, fora os outros usuários que circulam no serviço. Tínhamos então cerca de 10 mil pessoas, entre trabalhadores, usuários, familiares, que na política de cultura a gente chama de Comunidade GHC, para romper um pouco com essa lógica de sempre pensar as diferenças. A gente entende que as

peças se parecem em função dos desejos, então nós temos o Chalé da Cultura, que é um QG dessa política e lá a gente tem sempre trabalhado na perspectiva da Comunidade GHC. Independente da função, da condição social, as pessoas se reúnem lá ou porque vão a fim de pensar em uma cooperativa, ou porque querem fazer uma oficina de artesanato ou porque querem ver um filme. E a riqueza é essa, porque as diferenças se encontram e tem muita troca. Então voltando, em outubro tem o edital com todas essas características, em dezembro fazemos a seleção pública, onde participam representantes do GHC, do Ministério da Saúde, do Ministério da Cultura, do Conselho Gestor do GHC e um representante da Rede dos Pontos de Cultura do estado do Rio Grande do Sul. Então é uma demanda da própria Rede que a gente acolheu. Selecionamos as dez entidades; em janeiro tem a formalização do convênio, e lá por abril, março os Pontos executam os projetos apresentados. A maioria delas já tinham um trabalho comunitário, uma ou duas que eram de fora que aí vão desenvolver as ações lá naquele território em função do recorte do edital, como por exemplo a Catarse que é o Ponto Ventre Livre, a sede é na Protásio Alves, tem um trabalho fantástico, mas não tinha esse trabalho na Vila Jardim, então tem que iniciar toda uma relação com a comunidade, tiveram que alugar um espaço porque a Associação que acolheu o Ponto desistiu da parceria. Mas daí o processo foi por aí, seleção em dezembro, convênio em janeiro, e em abril, maio as coisas seguiram, tentaram seguir os planos, os projetos, claro a vida é dinâmica e muita coisa precisou ser alterada. Da implantação acho que é isso.

**L:** Fala mais um pouco do objetivo da política dos Pontos.

**M:** O que a gente mais queria com essa Rede de Pontos era desenvolver, qualificar essa atenção em saúde, para investir bastante em promoção da saúde, dando atenção a alguns números que a gente tem de mortes por causa externa na juventude, e acho que não por acaso praticamente todos os Pontos de Cultura tinham ações direcionadas especificamente para a juventude, porque era uma lacuna que a gente tinha naquele momento, e acho que ainda tem, e não se tinha muita política pública para juventude, e a saúde também tem dificuldade para chegar na juventude, porque jovem não está doente, mas se a gente pensar que está previsto em Constituição, enfim, dos seus direitos, muitas vezes não tem acesso à educação, não tem acesso à esporte, não tem acesso à espaços de cultura e lazer, acaba adoecendo, possivelmente. E aí vem toda a relação de mercado de trabalho, que essa juventude aí dos guetos, basicamente Zona Norte, onde tem muito, acaba não tendo acesso, e aí acaba indo por um caminho de

tráfico de drogas que é algo bem presente nessas comunidades, e então na verdade a gente queria oferecer novas possibilidades. E percebemos uma aridez nesses territórios. Então seria uma alternativa pras pessoas que não estão doentes, mas que estão privadas de uma série de necessidades. Seria um apoio importante pra desenvolver ações de promoção de saúde que muitos trabalhadores da saúde fazem isso belissimamente, mas outros têm dificuldade, porque a formação não nos prepara muito pra isso. É toda uma lógica de focar sempre no problema, nos sintomas, então acho que com esse Projeto temos um suporte importante também, participação da comunidade na decisão do que é importante pra ela. Com essa lógica que a saúde também está habituada: emissor e receptor. Trabalhador sabe o que é bom pra comunidade e para o lar, e aí o usuário tem que receber nessa lógica; na verdade a gente muda um pouco essa relação, a comunidade também diz o que é importante pra ela, passa a ser uma relação mais horizontal nesse processo. E a gente percebeu isso com a implantação dos Pontos, que no início as Unidades, algumas, não todas, algumas trabalharam muito bem, tem relatos fantásticos, mas algumas tiveram dificuldades em se relacionar com os Pontos. Porque era diferente, estavam acostumados a se relacionar sempre na relação mais vertical mesmo, mais detentora do saber. E acho riquíssimo esses conflitos que apareceram, pois se produziram ali novas relações, talvez novas formas de fazer. Mas é basicamente isso: ações de promoção de saúde. E aí promoção mesmo, aí tem que voltar lá pro que está previsto no Sistema Único, porque às vezes as pessoas falam em promoção, mas quando vão descrever o que está dentro disso é uma prevenção, está focado nos sintomas, mas não, ações de promoção, participação da comunidade, mudar essas relações. E aí acho que a gente teve muito cuidado de seguir o tripé, as diretrizes do programa Cultura Viva, focar na autonomia das pessoas. Pelo menos sempre tentou passar muito isso para as pessoas que se relacionaram com os Pontos: autonomia, protagonismo. E a gente entende que quando as pessoas tem a possibilidade de vivenciar isso está se produzindo saúde, e liberdade, poder escolher, poder pensar, poder ter o seu saber também valorizado e reconhecido.

**L:** Fala um pouco da importância dessa inovação e pela primeira vez ter esse Agente de Cultura e saúde dentro dos Pontos.

**M:** A gente construiu essa idéia com a consultora do Ministério que nos acompanhou. A idéia de fato era de envolver jovens, e aí de novo volta àquela questão de que não havia muito espaço, se pensa muito na criança, se pensa muito no idoso, o adulto está

trabalhando, tem outros espaços, e pra juventude ficava uma lacuna. Então era de envolver jovens, a outra questão era de envolver jovens vulneráveis, e eu acho que uma das principais razões era ajudar a formar lideranças comunitárias. Tanto é que estava previsto no edital que eles pudessem fazer formação, fazer cursos, aprender a escrever projetos, porque justamente o objetivo é formar lideranças pra que sigam escrevendo projetos e se envolvendo, enfim, assumindo as associações pra gente ampliar a participação das pessoas nas políticas. E foi basicamente isso o que a gente pensou. E era isso, era dar muito espaço a partir dos unificadores, do que a gente tinha. E a gente sabe que são jovens negros, que tem muito mais dificuldades que jovens brancos pra entrar em um estágio, pra entrar em um projeto de pesquisas, enfim, tem uma série de ações que contratam jovens de nível médio, de ensino fundamental. A gente sabe bem dos dados que tem uma série de jovens que tem muito menos oportunidades que outros, então a idéia era dar espaço pra esses também. E enfim, investir na própria comunidade mesmo. Era alguém ali da comunidade, o investimento de um projeto comunitário naquela pessoa que futuramente continuaria escrevendo e trazendo coisas para a sua comunidade. Às vezes acontece da gente pensar em políticas que tiram as pessoas depois do seu território e aí continua um espaço árido, sem equipamentos, sem projetos. Então a idéia era reformar isso para as comunidades, um investimento no coletivo mesmo.

**L:** Quantos Pontos existem hoje aproximadamente no Brasil, no RS e em Porto Alegre?

**M:** Se não estou enganada, no país a gente está com aproximadamente 3 mil. No RS, vou chutar, depois olho direitinho e te digo, mas se não me engano a gente tava com cento e alguma coisa. Porque apareceram alguns que a gente nem sabia que existiam. Em Porto Alegre, quando a gente começou esse processo todo, eram uns quarenta e poucos. Mas nenhum desses números sei precisamente. Depois eu olho. Na época o Minc tinha um mapa, na época a gente olhou muito isso, tinha todo um mapeamento por estado por região.

**L:** Como se dá a gestão dos Pontos do GHC?

**M:** Na verdade eu consigo falar de uma parte da gestão. Que é o que a gente tentou organizar, mas na verdade a maior parte da gestão dos Pontos acontece nos próprios Pontos. E aí a gente acompanhou um pouco, mas eu não tenho todos os detalhes, não estava lá no dia-a-dia dos Pontos. A gente tem algumas entradas nas entidades dos

Pontos então não dá pra ver exatamente como é que é. Alguns com grande participação da comunidade, outros, infelizmente, não. Ainda reproduzindo uma lógica de quem escreveu o projeto faz a coordenação e os outros não tem tanto espaço. Ou porque também as pessoas não tem tempo, porque tem mil compromissos e acabam não priorizando, e aí não vem pra dentro do Ponto pedir espaço. Então assim, a gente teria talvez que dar uma conversada, não sei se interessa, podia mandar por e-mail, perguntar como foi a gestão em cada Ponto. Tem Ponto que discutiu auto-gestão, conselho gestor, queriam chamar a comunidade pra organizar. Outros pontos fizeram parceria com o Conselho Local de saúde, reconheceram toda a trajetória do Sistema Único de Saúde, desde 1988 que a população já valoriza e reconheceram o Conselho Local como um espaço muito importante de participação da comunidade, então o Ponto foi pra dentro do Conselho Local discutir coisas. Mas tem Pontos que não se abriram tanto assim no início, mas depois foi se transformando com o próprio projeto do Ponto de Cultura, acho que é fantástico também a gente conseguir que a comunidade entre mais em uma entidade a partir de um projeto, acho que cumpriu talvez a maior função. Acho que essas são as características. Daí pensando nas características do GHC, que é uma gestão colegiada, um núcleo multi-profissional, de áreas no campo da saúde, isso acho importante deixar claro porque o GHC é um complexo de serviços da saúde. A gente não tem colegas das diferentes linguagens artísticas, a gente tem sim alguns técnicos de educação de artes plásticas, de educação artística, enfim, e no Núcleo a gente tem uma ou duas pessoas, mas também por estar tanto tempo dentro da saúde eu diria que também são trabalhadores da saúde, que tem muito mais afinidade com essa lógica. Talvez as pessoas não gostem disso que eu estou dizendo. Mas é normal que ocorra essa absorção no trabalho. Acho que isso é fundamental pra fazer a discussão, não querer negar, porque fico pensando que a minha categoria, é uma categoria que sempre fez política inter-setorial, sempre esteve aberta pra cultura, sempre teve projetos em parceria, sempre foi muito presente, mas eu não me atrevo a dizer que eu sou fluente em conhecimento no campo da cultura, tenho quaresma, tenho características fortes do campo da saúde. Então a gestão se dá por um núcleo multi-profissional, mas todos trabalhadores da saúde, uma coisa muito positiva que a gente faz vinculada ao serviço de saúde comunitária. Uma outra coisa positiva, a gente não tinha um protocolo, enfim, tudo esquematizado, de como participar da gestão da rede de Pontos. Eu falo que foi positivo porque na verdade fomos construindo com as pessoas que fizeram parte desse processo, com a comunidade, com os Pontos, com os trabalhadores de saúde.

Inicialmente a gente pensava em um encontro mensal central pra discutir, trocar, fazer a Rede, e a gente até pensava que a Rede precisasse ser presencial. Hoje em dia a gente até discute que fazer a Rede na verdade é as pessoas poderem compartilhar de alguns ideais, saber como se localizar, saber o que o outro anda fazendo, enfim, se conectar por diversas outras formas, seja virtual, seja conversando de vez em quando por telefone, pode só saber da presença de alguém com o projeto parecido em outro território e se encontrar. Fazer a Rede não necessariamente é participar dos encontros onde todos estão. Então a gente foi mudando cada encontro, primeiro era encontro mensal, depois a gente espaçou, depois mudamos o foco do encontro. Atualmente a gente tem encontro pra pensar em uma pesquisa, porque a gente também se deu conta que é um projeto piloto, que não temos garantia de continuidade. Não sabemos nem se a própria política dos Pontos, sem ser o recorte de saúde, não sabemos se vai haver continuidade ou não, em investimentos em Pontos de Cultura, que dirá em Pontos de Cultura e Saúde. Então a pesquisa vem pra gente registrar tudo o que foi feito, pra poder fazer uma reflexão desses cotidianos, pra saber o que a gente conseguiu produzir desse encontro de pessoas do campo da saúde e do campo da cultura, e vários outros saberes que vieram, saberes populares, a educação, enfim, uma série de pessoas envolvidas em outras políticas públicas acabaram tendo contato, então acho que todos esses diferenciais enriqueceram muito esse processo, e a gente quer poder pensar sobre isso, escrever, deixar registrado e compartilhar, contar pras pessoas. Então atualmente os encontros que a gente tem são em função disso, algum encontro pra gente ver prestação de contas mesmo, formais. Na verdade sempre que um Ponto precisar é só chamar que a gente vai ou eles vem até a gente, ou se precisam de alguma relação com a diretoria, com a controladoria a gente faz esse meio-de-campo, pois era nosso objetivo facilitar as relações com as Unidades. Em algumas a gente apresentou os Pontos, outras não precisou porque eles já conheciam. A gente trazia aqueles encontros iniciais mensais na estrutura central do GHC, a gente se deu conta que não fazia sentido, que o número de trabalhadores não era suficiente pra acompanhar tanto e ajudar a estimular essa relação com as Unidades, então o melhor era alguém de lá, das Unidades. Então a gente fez uma conversa, cada Unidade de Saúde tirou um trabalhador para ser uma referência para o Ponto, para ajudar no cotidiano. Tinha Pontos que já conheciam muito bem a comunidade, já tinham uma relação com a Unidade, mas outros não, como eu falei antes, no mínimo dois Pontos que estavam entrando. Então essa referência da cultura ia ajudar, ia apresentar o Conselho Local de Saúde, ia apresentar lideranças comunitárias, ia estar à disposição

quando o Ponto tivesse que pensar ações em parceria. A gente tinha também encontros com as referências também na estrutura central, e a gente se deu conta também era complicado porque as pessoas que se dispunham a estar à disposição com o Projeto, que se identificavam, naturalmente estavam envolvidas com vários outros projetos da instituição, são pessoas que entendem que fazer saúde é trabalhar em rede, então elas não tinham tempo para esse deslocamento, vir até uma estrutura central e ter uma reunião formal, então atualmente a gente também vai até as Unidades fazer uma conversa com essa referência da cultura, quando possível com a assistente de coordenação e com as outras pessoas que investem mais, que estão mais a frente dessa relação dessa política de cultura. E aí com frequência vemos os Agentes Comunitários de Saúde, que é fantástico porque são moradores da comunidade, e eles tem um entendimento de saúde, ao meu ver, mais ampliado. Algumas pessoas acabam não envolvendo eles em algumas atividades da Unidade por conta do saber científico da saúde, porque não estudaram, mas para outras ações, como a cultura, eles contribuem muito com projetos. Tivemos um ganho fantástico agora no Núcleo com a vinda de uma Agente Comunitária na nossa estrutura central. Então a gestão que iniciou muito mais centralizada, agora está descentralizada, também indo conforme o vento dessa política a gente foi se transformando nesse processo, na relação com essas referências da cultura, que são os trabalhadores das Unidades, na relação com os Pontos de Cultura. Acho que não deve ter um jeito fechado de como gerir. Acho que o jeito tem que ser presente, colaborativo e colocar a disposição pra construir, integrando todos esses saberes que estão envolvidos.

**L:** Cita exemplos de algumas atividades culturais, oficinas que são desenvolvidas nos pontos.

**M:** É delicado falar só de alguns, quando todos têm trabalhos tão ricos, desenvolvidos especialmente pra cada comunidade. Mas enfim, tem Ponto de Cultura, por exemplo, com investimento em confecção e manipulação de bonecos gigantes e audiovisual. E aí toda uma discussão teórica, de uma lógica transversal. Tem outros Pontos que se propuseram a inúmeras oficinas, como dança, teatro, informática, culinária, capoeira, iniciação musical, artes plásticas. Tem outro que investiu em comunicação comunitária, em formação de comunicadores, e aí então tiveram que ver toda a parte técnica pra isso, discutir legislação, mas o Ponto previu também oficinas de história, cidadania. Teve outro Ponto que investiu só em audiovisual, mas que se dispôs a circular por várias

comunidades. E aí investiram no audiovisual na produção, toda uma capacitação técnica, toda uma relação com essa ferramenta, acesso a sala de cinema, pessoas que se não fosse por essa experiência talvez nunca fossem ao cinema. E aí também o conteúdo do audiovisual, pra poder produzir documentários da realidade da sua comunidade, com uma qualidade fantástica, podendo inclusive concorrer a prêmios, e acho muito potente isso, poder sair da invisibilidade. Tem outro Ponto que por características da comunidade investe muito na terceira idade, em atividades de ginástica pélvica, por exemplo, ginásticas voltadas para terceira idade, também informática, artesanato, saraus, enfim, é um Ponto que levou pra dentro do hospital em parceria com o Núcleo de Cultura a possibilidade das pessoas internadas e acompanhantes de quem está internado, de música, poesia, enfim, um espaço de compartilhamento. Algumas atividades se repetem. Tem um ou outro que trabalha com teatro com metareciclagem, pra formação de jovens, toda uma articulação com Ministério do Trabalho para inserir os jovens, uns trabalham música, outro que as parcerias na comunidade que queria trabalhar com padaria, fazer um reverso na história da comunidade, através das receitas, que trabalhou com artesanato, que também é um resgate das pessoas que estão ali, trabalhou com hip hop. Tem outro ponto que previu apresentações de espetáculos, e a idéia era depois fazer uma discussão, então espetáculo com debate, formação em audiovisual. Agora que já se passaram três anos é difícil se lembrar o que cada Ponto se propôs, porque algumas coisas foram acrescentadas também, eles apresentaram um projeto inicial pra um trabalho de três anos, e nesse caminho foram surgindo parcerias, e novos editais do próprio Ministério da Cultura, então eles foram incorporando fazeres e projetos, fazendo novas coisas para as comunidades. Estou tentando me lembrar do inicial pelo menos de todos. Outros Pontos tinham atividades corporais. Outro ponto queria trabalhar com percussão, iniciação musical. Outro customização, costura, pensando muito na profissionalização do carnaval, também atividades pra terceira idade, atividades físicas, como hidrogenástica também. Outro Ponto pensou atividades de teatro, fotografias, de produção cultural, implantação de uma produtora de vídeo. Todos os Pontos na verdade tinham que fazer um investimento em equipamentos, em ações de cultura digital. Então todos previram ou oficinas de informáticas, ou oficinas de audiovisual, no caso da rádio, de comunicador. Todos tinham esse recorte previsto no edital. Fora isso essas atividades que eu estou falando, sempre relacionada à necessidade da sua comunidade. E também com as características da entidade propriamente. Mas o

interessante é que sempre tinha amplitude nesses projetos, o repertório das atividades oferecidas, porque de fato foram construídas com os atores daquele território.

**L:** Como está atualmente a situação dos Pontos e quantos Pontos estão em funcionamento?

**M:** Tinha a idéia de entrar mais oito e acabou não se concretizando. O edital previu a seleção de dez. Seleccionamos os dez. Em função da qualidade dos projetos foi conversado com o representante do programa Cultura Viva na época, pra articular e conveniar mais oito Pontos que eram suplentes daquele processo seletivo. Mas então tivemos mudança de governo e não foi possível conveniar esses oito. E dos dez conveniados a gente está com dois, que estão no primeiro ano de trabalho. Na verdade não é um primeiro ano cronológico, porque já se passaram praticamente três anos, porém estão sendo feitas as ações que estavam previstas para o primeiro ano de trabalho, e pra primeira parcela de R\$60mil. Então tem dois que ainda estão no primeiro ano, um conclui agora em dezembro, e o outro paralisou, porque teve receio de adquirir equipamentos, de contratar os oficinairos. Ficou assustado com a legislação, e aí tem receio de fazer as coisas. Porque também demorou certo tempo do período em que eles foram selecionados até o início da execução das atividades, então alguns preços mudaram, algumas demandas da comunidade mudaram. E eles teriam que pedir autorização pra fazer alteração do plano de trabalho. E aí envolve tempo pra fazer documentos, e eles estavam um pouco assustados com tudo isso e não estavam sabendo muito bem como lidar, porque se o equipamento é mais barato não precisaria pedir autorização, tu adquires e depois justifica. Mas isso não era claro pra eles, eles estavam muito assustados por ter que fazer a execução do projeto com recursos públicos, correndo o risco de ter que devolver com juros, e aí paralisaram, e eles estão já mais de meio ano sem desenvolver nenhuma atividade na comunidade. Tem um Ponto que está concluindo, em torno de duas semanas para concluir, o segundo ano. Outro que está no segundo ano, e também pediu reformulação no plano de trabalho, e estava finalizando isso com a controladoria. Enfim, eles tinham dificuldade em relação à prestação mesmo, em função da Lei 8666. Tem quatro Pontos aguardando a terceira parcela, já entregaram a prestação de contas da execução do segundo ano. Se não me engano, tem Ponto que já está com a prestação aprovada, só aguardando os recursos pra iniciar. E infelizmente a gente não vai poder, neste momento, dar continuidade. Não vai poder repassar porque o Ministério da Cultura não nos repassou esse recurso. E aí a justificativa é que na época a

formalização do Acordo de Cooperação foi entre os dois Ministérios, e pra haver esse repasse, pra situação estar regularizada, deveria ter tido um documento do GHC com o Ministério da Cultura, não valia aquele dos dois Ministérios, pra valer aquele o MinC deveria ter passado o dinheiro para o Ministério, daí do Ministério para o GHC, pro GHC passar pros Pontos. Como o Acordo de Cooperação é entre os dois e o MinC passou pro GHC a gente ficou sem respaldo, sem uma documentação que desse essa guarda. Então pra gente não ter problema, eles vão encerrar, organizar a prestação de contas. E há um reconhecimento da nova diretoria do grupo que foi um bom trabalho, que é importante investir. E acho que o MinC também, eu não tenho tido contato com eles no momento, mas a idéia é que possa ser feita a prestação de contas, deixar tudo certo, de todos no segundo ano, a não ser algum que não queira. E aí depois tentar novos convênios, tentar negociar. Não sei como vai ser porque o momento político não nos favorece, o Ministério da Cultura acabou reduzindo, cortando verbas justamente do programa Cultura Viva, e ação Cultura e Saúde, e a própria política dos Pontos de Cultura, que são o guarda-chuva do Cultura Viva. Então não sei o que temos pela frente. Mas eu já sei que tem Ponto que independente de receber a terceira parcela ou não do Ministério da Cultura, vai executar o terceiro ano de projeto, talvez um pouco diferente né, não vai ter os R\$60mil, faz diferença, mas vai continuar o projeto. Enfim, outros Pontos estão aguardando ainda a terceira parcela, nesse caso não vem, mas vão se organizar, vão continuar algumas atividades, porque eles já pensavam em sustentabilidade, embora tivesse mais um ano pra tomar fôlego e organizar isso, mas a ideia é seguir, não deixar morrer esse trabalho na comunidade. Mas o momento é esse, a gente está com um Ponto finalizando trabalho, concluindo segundo ano de projeto e um no primeiro ano, concluindo também as atividades do primeiro ano. O resumo é esse: um Ponto paralisado, o Ponto interno concluindo o primeiro ano, e os demais todos parados. Na verdade eu acho que a política de cultura do GHC, eu estava pensando outro dia, que a gente fala assim que a utopia é necessária pra caminhar, para pensarmos coisas, criarmos coisas, e eu tenho a sensação que a gente tocou na utopia e agora escorregou de novo. E é uma experiência única, a gente teve o privilégio de acompanhar, pena que foi pouco tempo, acho que é uma experiência inédita desse porte, a gente precisava de mais tempo pra pensar algumas coisas, e até achar saídas pras próprias comunidades darem continuidade, e pensando só na continuidade desses projetos, mas eu acho também que a gente deveria seguir, que a gente deveria continuar tendo editais para continuar com esses projetos que fazem a interface de cultura e saúde.

O edital do Governo do estado está prevendo esse recorte de cultura e saúde. Mas enfim, a gente tem que esperar, esperar uma seleção e ver como vai ser conduzido, pra daqui a pouco a gente não cair na mesma coisa que a gente não quis fazer. Aí todo mundo da cultura pensando cultura e saúde? Ou o que vai ser previsto em edital? Vai ter alguma relação com o serviço de saúde? Porque eu acho que a grande riqueza da nossa Rede foi de fato promover esse encontro dos campos de conhecimento através das pessoas que transitam por eles. Porque se não acaba a idéia da cultura sobre saúde, e a idéia saúde sobre cultura. Mas a grande riqueza foi a mistura que a gente conseguiu proporcionar. Acho que as pessoas se transformando conseguem então transformar os seus fazeres.

**L:** Eu lembro nas reuniões que a questão de como se sustentar depois que acabar as três parcelas estava muito presente.

**M:** Sim, estava muito presente, justamente por isso, por sabermos que era um projeto piloto, que era único do país. E acho que sempre teve um peso pra essa Rede que era de mostrar a importância dessa interface de cultura e saúde. Algo como: temos que mostrar a importância, temos que dar um jeito de depois dos três anos seguir. E é isso, a experiência essa que eu relatei que me disseram: independente de vir a terceira parcela ou não, a gente já está se organizando e vai executar o terceiro ano. E isso é reflexo do que o Ponto conseguiu promover no interior da entidade, de dar mais espaço pra própria comunidade, de valorizar o que era produzido a partir das oficinas. Mas acho que tem muito a ver com o processo de dois anos, a continuidade nesses Pontos. Tem outro Ponto, que eu acho bem interessante a história também, na verdade tem mais de um que transformou a realidade da entidade, lembrei de outro agora que acho que também vai seguir no terceiro ano com a estrutura da própria entidade, mas que talvez a entidade não bancasse lá no início. Por exemplo, se tivesse todo o processo de seleção e por algum motivo o MinC não mandasse dinheiro, eu acho que a entidade não diria "está bem, nós vamos assumir o projeto dos Pontos de Cultura". Mas depois de dois anos, depois de todo esse processo, eu acho que sim, que é possível que eles tenham visto a potencialidade do trabalho, do envolvimento da comunidade, e vão bancar. Outro que não era do território e que entra e que faz toda uma relação com diferentes fatores, e acho que talvez consiga se manter, se algumas pessoas da comunidade tomarem a frente, vinha numa crescente esse processo, tinham pensado em fazer festas no finais de semana, com a venda de salgados, bebidas, pra poder custear as despesas do local que é

uma referência naquela comunidade. É uma comunidade que praticamente não tem praça, não tem nenhum espaço pra lazer, nenhum espaço mais coletivo, então tem essa possibilidade até esse momento, e está se encaminhando pra isso. Enfim, a gente ainda também não conversou muito, acho que tem que complementar depois, é muito novo isso pra gente que não vai ter a terceira parcela e agora quando eles souberem disso que a gente vai poder conversar sobre a continuidade ou não, acho que está em um momento muito rico. Talvez vários digam que vão continuar, e aí nós vamos saber como, se a entidade que vai assumir, se é a própria comunidade que vai assumir. Então de fato tem um empoderamento das pessoas que se relacionaram.

**L:** Agora dos Agentes de Cultura e Saúde, sabe quantos Pontos são com Agente?

**M:** A gente tem dois. Quer saber com a bolsa? Dois. São dois, mas é 100% dos Pontos em funcionamento. Está relacionado ao Ponto estar ativo ou não.

**L:** Quando teve os Agentes de Cultura e Saúde quais atividades eles participaram mais freqüentemente? E que outras atividades, que não eram frequentes, mas que eles tiveram a oportunidade de participar também?

**M:** Pra garantir que o bolsista tivesse uma formação foi previsto inclusive em edital, estão lá as atribuições pra não correr o risco de virar o que às vezes acontece com estagiário, abre a porta, fecha a porta, atende ao telefone. A idéia era ser um investimento, uma formação, no projeto como um todo, enfim, pra aprender a escrever os projetos, saber procurar editais, fomentos. Então a gente previu isso, participação da gestão do Ponto em todas as atividades, em atividades de formação. Previu no edital, reforçava isso nos encontros com os Pontos, em alguma situação a gente teve que falar com algum Ponto de Cultura, reforçar um pouco isso. Lembro de uma situação de um Agente de Cultura e Saúde que ficava muito pra ele varrer, buscar isso, buscar aquilo, então tivemos que reforçar qual era o papel, o que a gente pensava pra esse bolsista. Não pedimos relatório do que fez cada Agente, mas sempre estimulamos que eles participassem do processo como um todo, das atividades das oficinas que o Ponto estava promovendo para a comunidade. Nós tínhamos o desejo de fazer uma formação institucional e certificar os Agentes de Cultura e Saúde. Mas até então não foi possível a certificação, a gente tem feito uma discussão na Instituição de relacionar os jovens de Cultura e Saúde com o programa Jovem Aprendiz, que a Instituição mantém. A idéia inclusive era abrir essa possibilidade e envolver todos os Agentes que passaram nos

Pontos de Cultura até hoje pra poder certificá-los, mas está em construção ainda essa idéia. Então o que aconteceu foi todo esse processo de formação no serviço, que se assemelha a proposta de Residência Integrada, por exemplo, em alguns momentos a gente conseguiu chamar os Agentes de Cultura e Saúde para encontros no nível central, dentro da estrutura GHC. Mas atualmente não, depende também da situação de trabalhadores, e da própria ação dos Agentes de Cultura e Saúde. Infelizmente quando a gente previu essa figura pra cada Ponto de Cultura a bolsa ficou com o valor um pouco baixo, então isso prejudicou muito o vínculo com o jovem, pois ficou uma bolsa de 150 reais. Então as pessoas acabavam tendo convite pra ter fazer estágio por 500 reais, 550 reais, e não mantinham o vínculo com Ponto. Às vezes até falavam que era uma experiência fantástica, que queriam muito isso, mas que precisavam dessa bolsa de maior valor pra dar conta dessas questões de sobrevivência, transporte, alimentação. Enfim, tem muito jovem que ajuda a manter a casa. O que é diferente da realidade de classe média, classe média alta, que tem a possibilidade de estudar, de investir em si, que não é uma realidade que a gente vê nas comunidades em que temos os Pontos de Cultura e Saúde. Então infelizmente as pessoas ficavam ali com a possibilidade de conhecer novas pessoas, saber sobre outros lugares, e quando eram convidados pra outro vínculo com uma bolsa ou um salário maior saiam.

**L:** E em viagem, eles participavam?

**M:** A gente também fez algumas interferências nisso, porque no geral pra representar um Ponto de Cultura, a gente vê que vão os coordenadores, tem Pontos que a gente vê que investem nos oficinas. Mas o Agente de Cultura e Saúde não é a primeira pessoa escolhida pra ir representando o Ponto em uma viagem. E eu lembro de uma situação que foi bem interessante, que foi uma participação da Rede de Ponto de Cultura e Saúde no Congresso de Medicina de Família e Comunidade, em Florianópolis, em 2009, a gente tinha um número de representantes de cada Ponto, eram três pessoas por Ponto de Cultura e Saúde, e pedimos que uma das três pessoas fosse o Agente. E foi superinteressante, porque se pensarmos tem tanta gente que não tem acesso nem de ir ao cinema, o que dirá a uma viagem, pra participar de um evento grande, pra falar das suas experiências, pra conhecer tanta gente diferente. Acho que foi muito bom pra todos. Eu lembro na volta de ônibus do pessoal falando super-entusiasmado das suas experiências, do que viram. Acho que foi essa a experiência que a gente teve de viagem. A gente sempre estimulou que os Pontos envolvessem os Agentes de Cultura e Saúde, no geral

tinham entendimento disso. Uns Pontos envolviam mais que outros. É delicado falar disso porque tem a ver com a descontinuidade de vínculo. A gente teve Agente de Cultura em Saúde na Teia Nacional. É interessante de pensar, porque daí lembra da J, que foi uma Agente de Cultura e Saúde que ficou um ano vinculada ao Ponto, e que também dá condição pra ela representar o Ponto em alguns espaços desses e falar com propriedade. Então a gente teve a Teia Estadual, teve a Teia Nacional, o Congresso de Família e Comunidade, que a gente teve uma participação expressiva, três pessoas por Ponto. Eventos em geral a gente sempre estimulou que os Agentes fizessem parte, e de fato os que conseguiram permanecer mais tempo vinculados aos projetos participavam mais dessas atividades.

**L:** Com relação à rede de relações dos Agentes, tu achas que ela se modificou? Eles mantiveram, no período em que estavam no Ponto, relação com pessoas de fora da comunidade?

**M:** Com certeza, pela própria circulação. Tu ser um jovem e fazer parte de uma família que não tem muita condição econômica te restringe tudo, te restringe inclusive a circulação pela tua própria cidade. Então fazer parte de um projeto desses que já nasce em rede, de largada já te oferece a possibilidade de sair da tua comunidade e ir para encontros em outros espaços da tua própria cidade, ou em outras cidades, ou em outros estados, e sem dúvida conhecendo muita gente diferente. Acho que a possibilidade de intercâmbio cultural é fantástica, e é muito legal, porque às vezes a violência, as intolerâncias no geral, vem muito de nunca conviver com as diferenças, nunca se colocar no lugar do outro, não saber que tem diferença, de não respeitar o outro. E aí quando tu descobre que a cidade tem diferenças, que os estados são diferentes, que tem riquezas nas diferenças, que tem projetos bacanas em outros lugares, pode incorporar algumas idéias que te possibilitam outra relação com o diferente. Não é um diferente ameaçador, é um diferente que vem pra somar, pra construir, e bom, talvez não incorpore toda a diferença, mas parte dela, se isso fizer sentido pra ti. Eu acho riquíssimo, amplia absurdamente o repertório de possibilidades pra tua vida, e aí inserido na comunidade. Ainda mais esses jovens que a gente desde o edital quis garantir todo o investimento pra formar lideranças, então certamente essa bagagem que eles puderam ter na relação com o projeto retorna pra comunidade também.

**L:** Pra finalizar, o que tu acha que precisa melhorar na política?

**M:** A principal questão, a maior dificuldade, é a descontinuidade na política. A gente teve uma troca de governo, e que tem outro entendimento desse projeto, dessa ação, tem outro envolvimento das pessoas com essa ação, e é péssimo pra gente. Eu fiquei muito chateada quando recebi a notícia, porque eu estou no dia-a-dia, menos do que eu gostaria, mas eu vejo no dia-a-dia as transformações que vão sendo produzidas a partir desse projeto, nas comunidades, na vida das pessoas, e agora não dar continuidade é comprometer um projeto de vida de muita gente, com muito pouco investimento. Em cada Ponto de Cultura tem um investimento de 180 mil pra três anos de projeto, e aí tu pensar em tudo que acontece nessa relação dessa entidade com essa comunidade, é um baixíssimo investimento. Então pra mim a maior dificuldade é a descontinuidade e o que a gente já conversou algumas vezes, que é um problema ser um projeto de governo, uma política desse governo ou daquele, e não ser uma política pública. Eu não sei como que ficou, estava tramitando na PL, enfim, acho que não avançamos, infelizmente não deu tempo. Eu acho que todo mundo que teve relação com esse Projeto tem que tentar publicar, tentar deixar essa história, pra que em algum momento ela possa ser retomada com mais força de novo, porque ela é muito potente e foi a primeira vez que eu vi a base ser tão ouvida e tão respeitada. E é o que eu mais sonho, como trabalhadora de saúde, que a gente possa ter essas práticas mais dialógicas, que a gente possa não entrar como colonizadores nas comunidades, dizendo como tem que ser, o que é bom. Então é bem sofrido ver essa política minguar, e é o que tem acontecido.

**L:** Muito obrigada.

## **Anexo IV - Entrevista com RB**

Luiza Bezerra: Hoje é dia 9 de novembro, quarta-feira, entrevista com o RB, Agente de Cultura e Saúde do Ponto Falando a Gente se Entende.

Nome: RB.

Idade: 15 anos. Vou fazer 16, agora na sexta.

L: Atividade que tu exercias dentro do Ponto de Cultura e Saúde.

R: Eu estava por dentro de todas as atividades dentro do Ponto. Fazia parte da coordenação, fazia as atividades junto com o Ponto. Fazia todas as atividades que os educadores passavam para os alunos, daí eu também estava junto, aprendendo junto com eles, dando as minhas dicas. E na hora das reuniões eu interferia, fazia algumas atas das reuniões e dava os meus “pitacos”, o que podia acontecer, o que podia ser melhor, “aqui tem que melhorar”, “eu não gostei disso, os adolescentes também não gostaram disso”.

L: Tua escolaridade. Em que série tu estás?

R: Eu estou no 1º ano do Ensino Médio, estudo no Instituto Estadual Rio Branco.

L: Teu local de moradia.

R: Eu moro no Rubem Berta.

L: O que tu achas do Ponto de Cultura?

R: Bom, foi uma perda, uma perda para o pessoal da comunidade, porque ali a gente encontrava bastante coisa que a gente não encontra na escola. Oportunidades que a gente não vai ver. Tipo cursos gratuitos, tinha técnica de rádio, produção audiovisual, informática, tudo de graça pra quem não tem condições. Era bom, era bem legal. A

gente aprendia a mexer dentro da rádio, alguns programas botar no ar, tirar, gravar, fazer tudo isso, no Ponto de Cultura.

L: há quanto tempo tu és Agente?

R: há uns 10 meses.

L: Qual é o Ponto?

R: Ponto de Cultura Falando a Gente se Entende.

L: Quais as atividades tu acompanhas enquanto Agente, no Ponto?

R: Produção audiovisual, jornalismo, informática e história e cidadania.

L: Essas são as oficinas?

R: Essas são as oficinas. E, claro, as atividades de coordenação, organização do café, o que vai ter hoje, o que não vai ter, fazer um relato, passeio, buscar, “esse passeio é bom para a gente ir?”, “não, esse passeio já não é”. Entendeu?

L: Fala um pouco do teu dia a dia. Como ele era?

R: Eu saía do colégio. Eu chegava mais ou menos 12h45 e a gente começava as atividades às 14h. Daí lá, eu já agilizava algumas coisas: fotografia, o material do Ponto de Cultura, “o Ponto de Cultura fez isso nesse dia, tiramos fotos do GHC nesse dia”. Daí o que eu fazia? Passava todas as fotos para um CD e já passava para um educador ou para alguém responsável por aquela atividade, para quem estava no comando daquela atividade. Daí isso era quando eu chegava. Depois, mais ou menos às 14h, eu ia lá atender o Ponto; o pessoal, os jovens e adultos. Eu dava as chamadas e interferia dentro das aulas. Eu saía mais ou menos 15h para a organização do café. Eu ia à padaria, fazia a contagem de quem tinha, e ia lá organizar o café. Depois eu voltava e 15h30 a gente tomava o café. Daí às 16h começava de novo as atividades. Entrava nas atividades e daí era mais dar os meus “pitacos”: “isso aqui acho que não”, “não concordei com isso”. E

nas quartas-feiras era o dia da nossa reunião; reunião pedagógica, que a gente decidia o que ia acontecer durante a semana, se tinha filme “ah gostei desse filme”, “RB, organiza lá um cineminha, nós vamos precisar disso, se precisar traz umas pipoquinhas, organiza o HD, monta o computador, o notebook e o projetor”. Daí eu fazia isso.

L: Tu achas que a implantação do Ponto teve algum impacto na comunidade? Se sim, qual foi este impacto, na tua opinião?

R: Não pra todas as pessoas. Porque tem muita pessoa que não gosta de ir na Associação, porque tem preconceitos com a Associação, tem divergências políticas com o Presidente da Associação, que é o Paulinho. Tem uma bronca com a Associação, diversas pessoas. Outras pessoas, bastantes pessoas, iam lá. Teve uma mãe que já não estava conseguindo mais fazer uma controlação do filho, ele estava faltando muito, ela tinha que ir trabalhar, então o que ela fez? Ela foi lá, conversou conosco, comigo, com a AB e com o CD, que são os coordenadores. A gente fez uma reunião e daí quando ele não viesse no Ponto, a gente ligava para ela; e quando ele não pudesse ele tinha que conversar com a gente pra saber o que tá acontecendo, o que ele não tá gostando, “faltou o que?”, “o que poderia ser melhor?”, dar uma opinião, mesmo. Puxando... puxando, não deixar na rua. Eu acho que isso, pra comunidade, pra bastantes pessoas, foi uma ajuda.

L: Sobre a comunidade do Rubem Berta. Tu achas que ela é isolada do resto da cidade? Como é o acesso para o Rubem Berta? Tem transporte público? Tu achas longe?

R: Não, é uma comunidade... não vamos dizer totalmente tranquila, porque tem as confusões e tudo o mais, violência e tal, mas eu acho que não é... quem mora lá e quem não conhece e chega lá acha bem legal, uma comunidade bem parceira, todo mundo se mete na vida de todo mundo, como sempre, tem sempre alguém caçando a vida de todo mundo. É isso, eu acho bem legal lá.

L: E o transporte?

R: O transporte é tranquilo. Tem o Postão que passa aqui na frente e vai pra lá, aqui na Assis Brasil tem a Cairu, tem o Sertório rápida ali e o Protásio. Tem bastante ônibus pra ir pra lá. Só que demora muito.

L: Sobre o Ponto, o que representou pra ti participar do Ponto? Modificou alguma coisa na tua vida? No modo de tu veres as coisas?

R: No começo eu estava pensando o que? Eu estava sem nada pra fazer em casa, estava com 15 anos, já não tinha mais nada para fazer, tinha me formado do Ensino Fundamental e eu achava que tinha que fazer alguma coisa, porque em casa eu não podia mais ficar. Daí eu conversei com a AB, que era a coordenadora, e ela disse “tem uma vaga de Agente, tal, tal” e a gente conversou. Daí a AB me falou da vaga de Agente de Cultura e Saúde. Daí o primeiro impacto: “tá, mas o que é Agente de Cultura e Saúde?”. Daí eu aceitei, aceitei de primeira, mesmo sem conhecer o que era. Eu conversei com ela, fui conhecendo, lendo os editais, o que era o Ponto de Cultura, o que eram os Agentes, as oficinas. Daí eu comecei a ler, eu li bastante sobre o que era. Eu comecei a me interessar, eu comecei a gostar, eu comecei a participar. Benefícios para mim, foi que antes eu não sabia mexer numa rádio, isso é o principal dos benefícios. Sei entrar, sei tirar um programa no ar, sei colocar um programa no ar. Que mais...? Antes eu era muito alegre, mas eu não sabia me comunicar. Se eu estivesse falando agora contigo eu estaria gaguejando, não saberia falar contigo. Mas eu participei de bastantes palestras, reuniões, reuniões que eu nem sabia explicar, até reunião aqui no Chalé, não sabia nada. Então, acho que o principal pra mim foi aprender a falar. Aprender a falar foi fundamental pra mim, porque eu não sabia, não sabia me expressar. Começava a suar, começava a gaguejar, mas não sabia me expressar. Isso foi fundamental pra mim.

L: E antes de entrar no Ponto o que tu planejavas para o futuro?

R: Bom, antes de entrar... eu ainda planejo, eu quero fazer Psicologia, Psicologia é meu foco. Quero pelo menos tentar entender o ser humano. E após psicologia eu quero fazer Fisioterapia. Psicologia é só pra tentar entender a cabeça do ser humano, tentar entender a minha cabeça, mas Fisioterapia era a profissão que eu queria fazer... faria... vou conseguir.

L: E tu achas que o Ponto pode te dar mais oportunidades daqui pra frente? Abre mais portas ter participado do Ponto?

R: Ter participado do Ponto? Pode ser, pela maneira que eu estava te falando, que agora eu aprendi a me expressar, agora eu sei falar. Se eu estiver numa entrevista, como a gente tá agora, numa entrevista de emprego, eu não vou tremer, eu não vou gaguejar, eu não vou fazer nada, só vou responder com naturalidade. Como eu já tive experiência de rádio, imagina num microfone e tudo o mais, pra pessoas que a gente nem conhece. É isso.

L: Tu te considera uma liderança dentro da comunidade?

R: Uma liderança dentro da comunidade? Não... não me considero.

L: Tu achas que, depois que tu entraste no Ponto, mudou a forma como as pessoas te veem?

R: Mais ou menos. Quando eu estava no Ponto, lá na rua ninguém sabia que eu trabalhava no Ponto, todo mundo sabia que eu trabalhava na Associação. Começaram a me conhecer pela Associação e não pelo Ponto.

L: Qual o nome da Associação?

R: Associação de Moradores do Conjunto Residencial Rubem Berta (AMORB). Ali tem a sala do Ponto de Cultura, trabalho educativo e a coordenação.

L: Tu achas que tu conhecestes mais pessoas dentro da comunidade depois que tu entraste no Ponto?

R: Bastante, porque a gente fazia a divulgação do Ponto. Eu, principalmente, fazia a divulgação do Ponto. Eu entregava os panfletos, colava cartazes pelo bairro e as pessoas perguntavam o que era o Ponto e eu sabia explicar o que era Ponto, pra que servia, porque seria interessante e convidava as pessoas.

L: E tu participaste de atividades fora do Ponto?

R: Claro, fora da Associação. A gente foi lá para o assentamento MST, que é passando Canoas, Nova Santa Rita eu acho. Foi pra lá e no Arquivo Histórico Moysés Vellinho. E teve outros passeios que eu não me lembro, mas eu sei que a gente foi. A gente foi pra bastante lugar. O assentamento MST era sobre serigrafia, a gente foi lá fazer umas oficinas de serigrafia. E o Arquivo Histórico Moysés Vellinho era para buscar arquivos antigos do bairro, na oficina de História e Cidadania.

L: Mais alguma?

R: Que eu me lembre não. Nada de importante.

L: E nessas atividades tu chegaste a conhecer pessoas novas?

R: Conheci, mas eu não vou saber o nome. Era o professor que ensinava serigrafia.

L: Ele era do MST?

R: Ele era do MST. O MST eu sei o que é. É Movimento Sem-Terra, alguma coisa assim. Ele explicava pra nós que ele morava num tipo de uma fazenda.

L: Um assentamento?

R: Assentamento, isso mesmo. Eles moravam ali e ali eles cultivavam couve, verduras, tudo o mais, e daí vendiam. E ali eles faziam serigrafia, eles faziam camisetas para o MST e pra vender também. A gente foi para conhecer o que era. E o Arquivo Histórico a gente conheceu a pessoa que cuidava dos arquivos, sabia o que fazer quando chegava o material antigo, colocava eles em ordem, o que foi no passado, o que tá acontecendo no presente.

L: Tu conhecia o MST antes?

R: Não. Sabia que tinha alguma coisa com Movimento Sem-Terra, isso eu sabia que alguma coisa tinha, mas eu não sabia o que era. Nunca tinha ido lá.

L: E tu achaste boa essa experiência?

R: Achei, porque é uma vida totalmente diferente da nossa. Muito diferente. E é bom trocar experiências às vezes.

L: E tu acha que teria tido alguma experiência desse tipo se não tivesse participado do Ponto?

R: Não, porque eu nunca teria me interessado em saber o que era MST. Nunca teria nem passado pela minha cabeça. Eu vou querer saber o que sobre MST? Dai como eu fui pelo Ponto eu gostei. Eu gostei de saber e da oficina que eu participei também.

L: Tu chegaste a ir a atividades em que tu conhecestes pessoas de outros Pontos de Cultura?

R: Só aqui, que eu conheci uma menina, numa reunião de quarta-feira, que eu conheci uma do Ponto Interno. Mas eu também conheço outros Agentes, só que os ex-Agente lá da comunidade.

L: Lá do Rubem Berta?

R: Exatamente.

L: Tu chegaste a conhecer alguém que trabalhasse no Ministério da Cultura ou no Governo?

R: Não.

L: E o que achas que poderia melhorar nos Pontos? Agora teve a paralisação da parcela, mas digamos que continuasse.

R: Eu não sei se é daqui ou é da comunidade, mas que eles fizessem uma diversidade de horários, não apenas no horário da tarde. Segundas, terças e quintas no horário da tarde,

porque muita gente tá trabalhando nesse horário. Tem muita gente também que não vai conseguir ir nesse horário. Poderia ser num sábado de manhã ou num sábado de tarde ou numa sexta-feira de noite. E fazer as oficinas separadas. Não fazer as oficinas todas juntas. Por exemplo, se tu queres só fazer História, não ter que fazer técnica de rádio, não ter que fazer audiovisual. Não. Eu gostaria, pra mim, se eu continuasse no Ponto, que fossem separados. Tipo: História na segunda, 19h, qual teu público alvo? A gente quer de 14 a 18 anos. É um exemplo. Na terça, Técnica de Rádio, também pode participar da História, mas não é obrigado. Tu que participa da História, precisa vir só na História. Agora, se tu quiseres vir na Informática.

L: Hoje é obrigatório fazer todas?

R: Exatamente. Então, que separassem as oficinas entre dias e diversos horários.

L: Tu tens interesse de conhecer pessoas de outros Pontos?

R: Eu gostaria de conhecer outros Pontos, porque eu gosto de falar muito. Eu falo muito. Se eu não gostei e pedem a minha opinião, eu falo. Se não pedem, também não falo. Mas eu gostaria de dar os meus “pitacos” nos outros Pontos que tem. Eu não sei se fecharam todos...

L: A princípio sim...

R: Os que têm, pra conservar, pra ver se dura por um bom tempo e dar os meus “pitacos” pra ver o que poderia melhorar, o que não dá, diversificar os horários, que é o principal foco. Porque de tarde vai ser só para adolescentes, não tem outras pessoas a não ser adolescentes para ir nesse horário. Diversificar os horários. Seria o meu principal “pitaco”.

L: Algo mais a acrescentar?

R: Não acho que não... Acho que eu falei tudo. Ah! Uma coisa que eu tenho bastante saudade. Eu sempre salvava os arquivos no lugar errado. É a maior saudade que eu tenho. Eu tinha a mania de salvar no Administrador as coisas. Aí brigavam muito

comigo, dizendo que se eu salvasse lá de novo eles iam mudar a senha do Administrador e não iam me dar. É a coisa que eu mais sinto saudade. E do povo. Agora eu estou procurando outras coisas pra fazer, mas eu sinto bastante saudade do Ponto. Queria bastante que ele voltasse. Não sei se tem chance de voltar, nem que eu não participe, mas só pra ver uma coisa que a gente lutou, uma coisa que a gente conseguiu, ir em diante. É isso.

L: Muito obrigada, RB.

## Entrevista com BC

1. **Nome:** BC
2. **Idade:** 19 anos.
3. **Profissão:** Call Center e monitora.
4. **Escolaridade:** cursando o Ensino Médio.
5. **Local de moradia:** Bairro Vila Jardim.
6. **O que você acha do Ponto de Cultura?** O Ponto de Cultura, em minha opinião, é uma aprendizagem, pois eu aprendi e ensinei. A cultura é algo que a comunidade precisa muito.
7. **Quais atividades você acompanhava quando era Agente?** Acompanhei muito as oficinas de Artesanato, Hip Hop e Informática.
8. **Você exerce alguma atividade dentro do Ponto atualmente?** Não, mas na época fazia Informática e Artesanato.
9. **Participou do Ponto depois que deixou de ser Agente?** Não.
10. **Gostaria de ter continuado no Ponto? Por que não foi possível?** Sim, mas não deu, pois o contrato era apenas de um ano para a aprendizagem, depois disso tinha que dar oportunidade para outra pessoa.
11. **Tu participavas da Coordenação do Ponto? Havia reuniões regulares?** Às vezes participava das reuniões do Ponto... havia, sim, bastantes reuniões.
12. **Tu fazias divulgação do Ponto na comunidade? Em que locais normalmente tu ias para conversar com as pessoas e convidá-las a participar das oficinas do Ponto?** Sempre fazia divulgação nos mercados, creches e no posto com a assistente social, conversava com as pessoas e explicava para elas como funcionavam as oficinas.
13. **Como era a relação do Ponto com a Unidade de Saúde do GHC mais próxima?** Era muito boa tanto com o posto da Barão que é o posto que frequento a anos, quanto com o posto do SESC, que eu também conversava bastante com eles (médico, enfermeiras e psicólogos).
14. **Você acha que a implantação do Ponto teve algum impacto na comunidade? Qual?** Com certeza, pois com a chegada do Ponto as pessoas acreditaram mais em si mesmas e começaram a comentar umas com as outras e também tiramos as crianças das ruas, das drogas (tiramos um menino na época que estava entrando na vida do crime... foi muito emocionante!).

**15. Você considera a comunidade de certa forma isolada, segregada, do restante da cidade? Como é o acesso à comunidade? Há bastante transporte público?** Não, a comunidade tem bastante acesso a várias coisas e lugares e o transporte público também é bom.

**16. Como é a estrutura cultural e de lazer do bairro? Existem praças, teatro, cinema, etc? São bem cuidados? São utilizados pelos moradores? Tu achas que deveriam existir em maior quantidade? Tu achas que deveria haver melhoria nos que existem?** A estrutura do bairro não é das melhores, existem sim praças, até muitas, só que não são muito preservadas. Teatro e cinema não. Claro que seria muito bom se tivesse cinema e teatros na comunidade, seria mais cultura para a comunidade.

**17. Quais são os maiores problemas enfrentados pela comunidade?** Crianças na rua e drogas.

**18. Tu achas que é possível mudar essa situação? Tu achas que poderia ajudar nessa mudança? Como?** Claro que sim, se tirarmos as crianças da rua e mostrar a elas o caminho certo já é uma grande ajuda, principalmente se o Ponto de Cultura estiver envolvido, pois muitos adolescentes e crianças fazem o que os outros dizem; comentam e fazem. Se plantarmos uma semente em suas cabeças isso irá se multiplicar.

**19. Falando um pouco sobre você: qual a escolaridade dos teus pais e/ou parentes mais próximos?** Minha mãe primeiro grau incompleto e meu pai ensino técnico completo.

**20. Qual a profissão deles?** Meu pai é Auxiliar de Enfermagem e minha mãe é Auxiliar de Nutrição (cozinheiro em um albergue).

**21. O que tu fazia antes de entrar para o Ponto?** Só estudava e ficava muito na rua.

**22. O que representou pra você participar do Ponto? Modificou algo na sua vida e/ou no modo de ver as coisas?** O Ponto mudou muito a minha vida, a forma de pensar e de me expressar, de falar, de ver a vida com outros olhos, me fez ver que podemos mudar muita coisa com força de vontade.

**23. Antes de entrar no Ponto o que tu planejavas para o futuro?** Planejava e planejo ser uma grande psicóloga, fazer intercâmbio e viajar muito.

**24. E agora? Mudou alguma coisa?** Ainda não, mas continuo com meus planos e cada vez aumentando mais, ou melhor, sonhando mais.

**25. Tu achas que o Ponto pode te dar mais oportunidades daqui pra frente? Como?** Pode sim, com mais experiências, mais sabedoria e aprendizagem.

**26. Você se considera uma liderança dentro da comunidade?** Sim.

- 27. Se sim, você se considerava uma liderança antes de entrar no Ponto?** Não.
- 28. Depois que você entrou no Ponto, você acha que houve mudanças no modo como as pessoas da comunidade te veem ou continua a mesma coisa?** Sim, sim, as pessoas me veem agora Agente do Ponto. Passo na rua e eles me pedem informação, dizem que querem colocar seus filhos e até mesmo eles dizem que querem uma ocupação com cultura.
- 29. Tu achas importante as pessoas se organizarem para buscar mais direitos e melhores condições de vida?** Com certeza.
- 30. Tu pensavas assim antes de entrar no Ponto?** Mais ou menos. No ponto de vista que tinha antes, tudo estava certo, agora vejo que não.
- 31. Existem outras entidades e/ou lugares em que as pessoas se organizam no bairro? Quais? Como elas são? Tens vontade de participar de alguma delas?** Não sei dizer, pois atualmente ando meio desligada dos acontecimentos da comunidade. Estou por fora..
- 32. Tu gostaria de participar de outros movimentos daqui pra frente? Qual(is)?** Com certeza.
- 33. Durante seu período como Agente, você participou de atividades fora do Ponto? Quais?** Sim. Criação de site e Redação e alguns mais que não lembro.
- 34. Nessas atividades você conheceu pessoas novas? Quem eram essas pessoas?** Sim, outros Agentes. Mantemos a amizade até hoje, como CL, JM, MS, DI, etc.
- 35. O que você achou dessa experiência?** Maravilhosa, aprendi muita coisa com o Ponto.
- 36. Você acha que teria tido alguma experiência parecida se você não estivesse no Ponto?** Com certeza não.
- 37. Você conheceu pessoas de outros Pontos?** Sim, muitas.
- 38. De onde eram esses Pontos?** Teia Viva, Geração Livre, Ventre Livre, etc.
- 39. Conheceu alguém que trabalhava no Ministério da Cultura ou no Governo?** Sim, Manuela D'Ávila.
- 40. Você participou de encontros com outros Agentes para trocar experiências? O que você acha desses encontros?** Muito boa, pois cada um passava suas experiências dentro da comunidade e vimos que não estávamos sós.
- 41. O que você acha do valor da bolsa do Agente?** Acho que é de acordo com o tempo que ficamos: 4 horas, duas vezes na semana.

**42. O que você pensa que pode melhorar nos Pontos?** Pode aumentar a bolsa e a carga horária para mais aprendizagem, pois duas vezes na semana era pouco e também o contrato poderia ser de mais tempo, pois minha saída foi muito triste, não queria sair do Ponto.

**43. Algo mais a acrescentar?** Sim, foi a coisa mais importante da minha vida, foi o Ponto de Cultura. Muito obrigada mesmo!